FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS - ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)



PSICOLOGIA

Saúde & Educação

2023

PSICOLOGIA

Saúde & Educação

PSICOLOGIA

Saúde & Educação

FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS
ELÓI MARTINS SENHORAS
(organizadores)

BOA VISTA/RR
2023

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão
Elói Martins Senhoras
Maria Sharlyany Marques Ramos

Capa
Alokike Gael Chloe Hounkonnou
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação
Elói Martins Senhoras
Paulo Henrique Rodrigues da Costa

Conselho Editorial
Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

Le2 LEMOS, Flávia Cristina Silveira; SENHORAS, Elói Martins (organizadores).

Psicologia: Saúde & Educação. Boa Vista: Editora IOLE, 2023, 305 p.

Série: Psicologia. Editor: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-85212-19-9
https://doi.org/10.5281/zenodo.7826420

1 - Brasil. 2 - Educação. 3 - Moçambique. 4 - Psicologia. . 5 - Saúde.
I - Título. II - Lemos, Flávia Cristina Silveira. III - Psicologia. IV - Série

CDD–150

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores



EDITORIAL

A editora IOLE tem o objetivo de divulgar a produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância social, científica ou didática em distintas áreas do conhecimento e direcionadas para um amplo público de leitores com diferentes interesses.

As publicações da editora IOLE têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e das práxis em diferentes áreas do pensamento e para a consolidação de uma comunidade de autores comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates.

O conteúdo produzido e divulgado neste livro é de inteira responsabilidade dos autores em termos de forma, correção e confiabilidade, não representando discurso oficial da editora IOLE, a qual é responsável exclusivamente pela editoração, publicação e divulgação da obra.

Concebido para ser um material com alta capitalização para seu potencial público leitor, o presente livro da editora IOLE é publicado nos formatos impresso e eletrônico a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(Editor Chefe)

Copyright © Editora IOLE
2023

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO | 9

CAPÍTULO 1 |
O Compromisso Social da Psicologia no Brasil:
Reconstrução de Saberes e a Interlocução com Políticas Públicas 13

CAPÍTULO 2 |
O Papel da Psicologia perante as Políticas Públicas de Saúde 43

CAPÍTULO 3 |
Stroke in Pregnant Women and Depression: A Systematic
Review of How it Affects Mother-Baby Affection Relationship 59

CAPÍTULO 4 |
Psicologia e a Execução da Pré-Análise de Conteúdo
Acerca da Dependência de Substâncias Químicas 77

CAPÍTULO 5 |
A Psicologia Positiva e sua Aplicação nos
Contextos do Trabalho: Questões Teóricas e Práticas 109

SUMÁRIO

CAPÍTULO 6 |
Promoção de Saúde Mental por meio da Arte e
Psicanálise: Um Relato de Experiência com Alunos de um Curso de Psicologia 143

CAPÍTULO 7 |
Danos Causados pelo Racismo Linguístico na Saúde Mental da População
Negra e a Importância da Psicologia Preta: Uma Educação para as Escolas 169

CAPÍTULO 8 |
A Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia da Alternância 207

CAPÍTULO 9 |
Orientação Profissional e Vocacional no Contexto Moçambicano 225

CAPÍTULO 10 |
Psicologia, Psicologia Sócio-Histórica e Educação 253

CAPÍTULO 11 |
A Filosofia da Psicologia e o "Novo Método" Filosófico nos
Escritos Tardios de Wittgenstein: Uma Relação Prática e Necessária 267

SOBRE OS AUTORES | 293

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O epistêmico campo da Psicologia passou por uma crescente evolução institucional em termos científicos e profissionais nos últimos séculos, demonstrando que a despeito das agendas temáticas e das forças de longa duração oriundas desde a Grécia Antiga cinco séculos antes de Cristo, ainda existe um amplo espaço para estudo e atuação com base em emergentes agendas temáticas contemporâneas.

Partindo desta apreensão histórica da Psicologia, as discussões e resultados apresentados ao longo deste livro surgem devido ao trabalho coletivo multidisciplinar executado por uma rede internacional de vinte e oito pesquisadoras e pesquisadores, com distintas formações e atuações profissionais, presente em Moçambique e em distintos estados de todas as macrorregiões brasileiras e comprometida com o avanço do estado da arte.

Organizado em doze capítulos, este livro, intitulado "Psicologia: Saúde & Educação", traz consigo relevantes discussões relacionadas ao campo epistemológico da Psicologia sob dois prismas setoriais de relevante interesse no contexto das políticas públicas, demonstrando assim uma oportunidade ímpar para apresentar estudos de caso teórico-empíricos com base na realidade brasileira e moçambiquenha.

O objetivo geral desta obra é discutir as temáticas de saúde e educação à luz dos estudos de Psicologia e de uma abordagem que se sedimenta em um paradigma eclético caracterizado por uma pluralidade teórica e metodológica que conjuga diferentes análises e experiências de profissionais com base em distintas origens geográficas e institucionais no Brasil e em Moçambique, resultando assim em uma rica oportunidade para explorar as fronteiras do conhecimento científico.

A natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e a abordagem quali-quantitativa desta obra fundamenta-se no uso do método dedutivo a fim de possibilitar o estudo das agendas da saúde e da educação à luz do campo da Psicologia, permitindo assim a conjugação de uma abordagem permeada por discussões que partem do plano teórico e chegam ao plano empírico da realidade material.

Com base nas discussões apresentadas nesta obra, por meio de uma didática abordagem e uma fluida linguagem, este livro é indicado a um potencial amplo público leitor, corroborando para a produção de novas e conhecimentos sobre a Psicologia, a partir de estudos representativos nos planos teórico e empíricos que podem potencializar novas apreensões sobre as agendas sanitária e educacional.

Ótima leitura!

Profa. Dra. Flávia Cristina Silveira

Prof. Dr. Elói Martins Senhoras

(organizadores)

CAPÍTULO 1

O Compromisso Social da Psicologia no Brasil: Reconstrução de Saberes e a Interlocução com Políticas Públicas

O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA NO BRASIL: RECONSTRUÇÃO DE SABERES E A INTERLOCUÇÃO COM POLÍTICAS PÚBLICAS[1]

Camila Daltro Ferreira

Edleusa Nery Garrido

A Psicologia, como ciência e profissão, historicamente serviu aos propósitos da classe dominante, sendo muitas vezes utilizada para legitimar o *status quo.* Desde a sua origem, a prática clínica firmou-se como hegemônica dentro da profissão; entretanto, é importante pensar, por exemplo, se esse modelo preponderante de atuação é realmente acessível a todas as pessoas.

Pensar criticamente a Psicologia envolve analisar pressupostos teóricos e abordagens diversas e, para além disso, ter uma visão desnaturalizante acerca do lugar do suposto saber que é destinado a(ao) psicóloga(o) em uma parte expressiva de suas áreas de atuação. Profissionais e estudantes podem empreender a ocupação de espaços pouco explorados pela Psicologia na tentativa de romper com intervenções excludentes, higienizadoras e, muitas vezes, patologizantes.

Devido a isso, é importante rever a quem ainda se destina as intervenções desse campo do saber e como tornar a Psicologia uma ciência comprometida social, histórica e politicamente com populações subalternas que sempre tiveram acesso negado aos seus direitos mais básicos. Não se posicionar perante situações de

[1] Uma versão prévia do presente capítulo foi publicada em: FERREIRA, C. D.; GARRIDO, E. N. "O compromisso social da Psicologia no Brasil: reconstrução de saberes e a interlocução com políticas públicas". *Humanidades e Inovação*, vol. 8, n. 54, 2021.

injustiça é colocar-se como conivente, e isso vai de encontro a todos os pressupostos éticos que permeiam a atuação da(o) psicóloga(o), firmado no Código de Ética dessa profissão (CFP, 2005).

O presente artigo tem como objetivo discutir o compromisso social da Psicologia na realidade brasileira, a fim de refletir em que consiste uma prática ética e socialmente comprometida. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em artigos de revistas e periódicos – encontrados em portais como Scielo, PePSIC e BVS-Psi Brasil – além de livros que versam sobre o tema.

Inicialmente, foram colocadas algumas reflexões sobre o lugar ocupado pela Psicologia e no que consiste o compromisso social para essa ciência e profissão, abordando-se também aspectos formativos. Como forma de exemplificar a execução desse conceito, fez-se um exercício de interlocução com o Serviço Social como forma de se pensar em novas áreas de inserção da Psicologia, como o campo das políticas públicas.

Dessa forma, justifica-se a relevância em abordar esse tema na medida em que é imprescindível discutir a historicidade e os rumos atuais da Psicologia, a fim de que se reconheça possíveis equívocos assim como lacunas para, dessa forma, pautar novos horizontes que contribuam para o fortalecimento de práticas mais abrangentes e críticas.

A DESNATURALIZAÇÃO DO OLHAR NA FORMAÇÃO E NA ATUAÇÃO DO COMPROMISSO SOCIAL EM PSICOLOGIA

Segundo Martín-Baró (2017), a Psicologia - em seu campo científico e profissional - depara-se com o grande desafio de pensar criticamente as teorias que visam o ajustamento dos sujeitos ao seu

meio. Dessa forma, deve-se também empreender questionamentos acerca da sociedade, do *status quo* e das diversas formas de alienação e opressão sofridas pela população, resultando na manutenção da pobreza e retirando-lhes possibilidades de autodeterminação.

O autor considera que é papel da Psicologia a construção de um novo espaço de desenvolvimento epistemológico, havendo uma práxis (prática refletida), assim como um compromisso político e social com a libertação da opressão sofrida pelos povos latino-americanos, pois, conforme acredita, a libertação do indivíduo é a libertação da sociedade.

Em outras palavras, "subverter estruturas de significação opressoras faz parte da atividade de um/a intelectual verdadeiramente crítico/a e o/a psicólogo/a não pode se furtar a tal tarefa" (ALVES; DELMONDEZ, 2015, p. 659). Apesar de se dirigir primeiramente à sociedade salvadorenha – onde vivia –, Martín-Baró (2017) contribuiu para a reflexão e atuação de uma Psicologia emancipatória em toda a América Latina. Para o autor, a distribuição de saúde mental é tão desigual quanto a distribuição de riquezas.

Ainda sobre esse aspecto, Freire (1982) reitera a importância dessas práxis - a qual ele se refere como reflexão e ação – ser imbuída também de participação das massas, pois sua alienação e/ou passividade da realidade é uma característica própria da manipulação opressora.

A partir do momento em que a 'liderança' revolucionária nega as considerações dos oprimidos, esvazia em si mesma a sua prática, que se torna também dominadora. Nesse sentido, mesmo que as(os) psicólogas(os) não sejam tal liderança política, como nomeia o autor, visto que se trata aqui de contextos diferentes, é possível transcender esses pressupostos também para a prática da Psicologia comprometida socialmente.

Para o autor, essa práxis é a mais desafiadora, pois, diferentemente da práxis opressora, que tem todos os instrumentos do poder ao seu dispor, a práxis libertadora, social e eticamente comprometida, precisa transpor todas essas barreiras. Além disso, esta não existe sem a comunhão com as maiorias populares, o que muitas vezes se mostra como um empecilho, que para ser sobreposto necessita da desmistificação da realidade.

Entretanto, não se extinguirá a condição de opressão apenas com a tomada de consciência ou desalienação das massas, pois isso se dá através de um processo muito mais complexo e demorado, como afirma Freire (1982). Esse, certamente, é o primeiro passo para a materialidade da mudança concreta.

Esse pensar, como já pontuado, nunca deve ser feito restritamente, mas em conjunto com o público que se almeja; no caso da Psicologia Social Comunitária, as maiorias populares. Isso porque implicar uma atuação unilateral e sem diálogo é utilizar das mesmas estratégias dos dominadores, e a Psicologia, a partir do momento em que se furta de tal diálogo e tenta se inserir em contextos não hegemônicos insistindo em manter o seu lugar do suposto saber – acadêmico, por exemplo –, assemelha-se ao que, teoricamente, pretendia enfrentar.

Fanon (2008) também propõe um processo de desalienação semelhante ao que defende Freire (1982), este que consiste no enfrentamento à uma realidade que não é aceita como definitiva. Embora, no seu caso, o foco seja a libertação da população negra, pode-se perceber pressupostos que se aplicam a outras existências e reverberam na "tomada de consciência das realidades econômicas e sociais" (FANON, 2008, p. 28).

No entanto, deve-se sempre repensar qual liberdade se almeja, pois corre-se o risco de, ainda sob consequências do enraizamento estrangeiro, lutar por uma liberdade e justiça brancas,

imbuídas de valores colonizados. Coimbra e Nascimento (2001) reafirmam o distanciamento político da Psicologia em prol de uma submissão a valores que se afastam do reconhecimento das singularidades como parte do processo de produção de conhecimento.

Esse aspecto revela-se já na graduação, quando as disciplinas curriculares, em sua maioria, enfocam a transmissão de técnicas e instrumentos que pretensiosamente revelam a "resposta correta" e pontual para a resolução de conflitos e problemas sociais. De maneira a agravar ainda mais essa situação, é recorrente haver a aceitação desses métodos sem questionamentos acerca da sua origem, dos seus efeitos e da sua serventia na vida dos sujeitos (REIS; GUARESCHI, 2010).

De acordo com as autoras, como consequência dessas práticas, muitos estudantes de Psicologia têm sua formação pautada em crenças sobre a neutralidade da profissão, sem se dar conta de que o conhecimento que irá permear a sua futura prática reverbera politicamente na medida em que se dá o reconhecimento hierarquizado e disciplinador de determinados modos de vida, sempre subjacentes a diversas relações de poder.

Para Lane (2006), ainda que pareça difícil ir contra esse modelo, deve-se ter em mente que as contradições do próprio sistema capitalista, isto é, a luta de classes, também se encontra presente no âmbito educacional. A construção dessa educação subversiva é possível a partir do momento em que o ensino esteja implicado criticamente com a reflexão acerca de significações socialmente postas e de representações sociais enraizadas.

Assim, os estudantes serão capazes de se confrontarem com a realidade e de mudar ou construir novos significados e, consequentemente, realizar novas práticas potencialmente emancipatórias. No entanto, é ingênuo acreditar que essa educação

libertadora virá do próprio sistema dominador, que inclusive tem nas instituições de educação uma via de reprodução de sua ideologia dominadora. Uma prática revolucionária, portanto, possui também e, principalmente, um caráter pedagógico (FREIRE, 1982).

A criticidade no compromisso científico constrói-se com a "desideologização" das ideologias que deturpam a história e se utilizam de uma racionalização que desenvolve uma consciência de grupo, por sua vez, também deturpada. Nesse sentido, Martín-Baró (2017) defende que "desideologizar" é reconhecer a si mesmo e ao outro como são e, por mais opositor que seja esse outro, não o desumanizar.

Assim, é proposta uma nova racionalidade, alternativa à hegemônica, que visa buscar novas formas do fazer e de comprometer-se com o resgate histórico de acontecimentos e memórias que foram propositalmente esquecidos. Corroborando com essa proposta, Freire (1982) aposta nessa "desideologização" como forma de atingir não apenas uma consciência de classe, mas uma consciência individual de sujeito oprimido.

Para Martín-Baró (2017), nesse contexto, a Psicologia Social tem o dever de posicionar-se do lado das pessoas oprimidas, desenvolver pesquisas sobre essa realidade marginalizada e estar sempre incentivando movimentos de libertação popular. Qual seria então o papel da(o) psicóloga(a) diante dessa realidade? Esta é uma pergunta para a qual não há uma resposta pronta, mas há, sem dúvidas, reflexões.

Em vez de se colocar na posição de salvador(a) das massas, o(a) pesquisador(a), quando de fato implicado com uma racionalidade social, pode ter um olhar crítico e interno da realidade a que se dirige, o que vai muito além de pautar-se em concepções estereotipadas e distantes, mas envolve sua imersão no campo prático (MARTÍN-BARÓ, 2017).

No entanto, conforme defende o autor, psicólogas (os) sociais não devem acreditar que podem, sozinhos, resolver problemas de ordem política, econômica ou social, pois estes precisam de muito mais que uma intervenção da Psicologia para mudarem estruturalmente.

Corroborando com o pensamento do autor, Freire (1982) preconiza que o papel dessas lideranças – que no contexto aqui trazido, o de psicólogas e psicólogos, pode ser tomado como exemplo ilustrativo – é o de problematizar com as(os) oprimidas(os) todos os mitos que são utilizados para a sua manutenção na condição subalterna.

Mitos esses que instituem caráter heroico às elites dominadoras, como aquelas que guardam a ordem e a civilidade; o mito da sua caridade e bondade quando esta é, em verdade, apenas assistencialismo mantenedor de desigualdades; o mito da propriedade privada como sinônimo de sucesso; o mito de inferioridade inerente às(aos) oprimidas(os) em oposição à superioridade natural das(os) opressoras(es).

Já Furtado (2000) questiona se existe a possibilidade de se fazer uma Psicologia Social sem contaminação ideológica, principalmente no campo científico. Fazer uma Psicologia política não implica em desresponsabilizar o sistema capitalista pelas consequências de sua dominação, muito menos culpabilizar os dominados pela sua condição.

É importante ir além de um posicionamento reformista de acreditar que o capitalismo pode ser combatido por meio de outras vias também capitalistas, e, nesse âmbito, a defesa de uma Psicologia política reside muito mais em não negar a existência desse sistema do que efetivamente em alimentá-lo de dentro.

Apesar de se utilizar do termo Psicologia política, Furtado (2000) acredita que não há necessidade desse rótulo, visto que, ao

defender um compromisso social, a implicação política já está subentendida. Essa compreensão vincula-se ao entendimento da sociedade de classes dentro do capitalismo e a complexidade que esse fato social traz para qualquer tipo de intervenção que pretenda ir de encontro a isso.

Na concepção de Reis e Guareschi (2010), é equivocado acreditar que uma atuação profissional ética se restrinja ao seguimento de um Código de Ética ou Termo de Consentimento; é interessante ir além desses pressupostos básicos e entender a história e o modo de vida das pessoas a quem se dirige.

O reflexo de todas essas provocações é visível, principalmente, quando profissionais recém-formadas(os) – muitas vezes por não conseguirem adentrar na área de atuação que pretendiam inicialmente –, se inserem em serviços públicos de saúde e se deparam com a urgência de um olhar humanizado que inclui responsabilidade social e princípios políticos em sua forma de trabalho.

Essas situações, para as quais as(os) psicólogas(os) normalmente não são preparados em sua formação, retira-os de sua posição associada comumente ao assistencialismo e ao atendimento de queixas pontuais, pois incentiva a construção de um pensamento crítico – sobre si mesmo e sobre a sua inserção nesse contexto – aliado a práticas embasadas ética e politicamente (REIS; GUARESCHI, 2010).

A partir do momento em que essa ciência pretende trabalhar com sujeitos, é fundamental levar em conta o contexto histórico e social em que tais sujeitos estão imersos. Portanto, toda e qualquer intervenção realizada influencia – direta ou indiretamente – seu coletivo, tendo em vista que essa é uma ação modificadora de vidas.

Ao considerar alguns comportamentos e formas de existir como mais legítimos, marginaliza-se outros, colocando-os em uma

posição de inferioridade até mesmo patológica. Isso se deve, em parte, à inserção da Psicologia na área da saúde, que se deu, principalmente, por meio de um modelo biologicista e patologizante.

Entretanto, o gradual rompimento com essas concepções vem acontecendo dentro da própria profissão, com o intuito de englobar as diversas formas de existir e ver o mundo; valores esses que, infelizmente, raramente se encontram nos livros acadêmicos racionalistas (REIS; GUARESCHI, 2010).

A política, dessa forma, diz respeito a tudo que se refere ao convívio social (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014), e não deve ser entendida apenas de forma partidária ou como uma entidade distante e autônoma. Sua construção é diária e suas influências são palpáveis no dia a dia da população e, sendo assim, é imprescindível conectar a Psicologia a essa instância a partir do seu fazer cotidiano.

APONTAMENTOS ÉTICO-POLÍTICOS PARA UMA PROFISSÃO COMPROMETIDA SOCIALMENTE

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, proclamada pela Organização das Nações Unidas (ONU), é uma das bases para o Código de Ética Profissional do Psicólogo; todavia, a garantia desses direitos não pode estar desconexa do processo histórico brasileiro, que foi – e ainda é – pautado por diversas exclusões e opressões raciais, de gênero e de sexualidade.

O Brasil, por exemplo, possui uma herança escravocrata da população negra de aproximadamente 400 anos – estima-se que 10 milhões de negros foram trazidos da África para o Brasil durante esse tempo (GALEANO, 2011). Já no que concerne às mulheres, essas, durante muito tempo, não possuíam acesso aos ambientes

trabalhistas ou educativos, sendo privadas até mesmo do direito ao voto (SCARPARO; TORRES; ECKER, 2014).

Os povos nativos, por sua vez, que também foram escravizados, ainda hoje têm sua demarcação territorial ameaçada, suas línguas marginalizadas – quando não extintas – e seus costumes muitas vezes criminalizados.

As autoras enfatizam as consequências dessas práticas seculares na existência desses grupos politicamente minoritários atualmente, que vão desde a negligência na criação de políticas públicas mais direcionadas às suas necessidades, até nas formas de sua organização social. De modo a não se ausentar dessa realidade, o Código de Ética Profissional do Psicólogo – em sua versão mais atualizada –, construído pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP), propõe como:

> PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS. I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos (CFP, 2005, p. 7).

Ainda segundo este documento, é vedado à(ao) psicóloga(o) conivência com a violação de direitos, crimes, entre outros, quando no exercício da profissão (CFP, 2005). Ou seja, há uma prescrição norteadora quanto à forma de atuar dessas(es) profissionais que deve ser comprometida com os princípios fundamentais dos Direitos Humanos.

De acordo com Martín-Baró (2017), não é possível falar de conscientização sociopolítica sem se ter consciência de quem somos e a quem servimos. É válido que se faça a localização do saber, pois,

assim, psicólogas e psicólogos serão capazes de construir um trabalho de cunho popular; o que, para o autor, é essencialmente um processo político.

Essa perspectiva pretende, então, não apenas criar e valorizar metodologias próprias para a construção do conhecimento, como também se comprometer socialmente com a realidade vivida, que não deve ser restringida às dificuldades e aos problemas socioeconômicos existentes, mas ao enaltecimento de todas as potencialidades e riquezas culturais que se possui (ALVES; DELMONDEZ, 2015).

A fim de que esse tão pronunciado compromisso social se materialize em práticas coerentes com sua teoria, a Psicologia vem se aproximando cada vez mais de outras áreas que também compartilham a vontade de concretizar uma atuação socialmente responsável e implicada, como é o caso do Serviço Social.

Seu principal foco de atuação, isto é, as comunidades, teriam como uma de suas características um posicionamento de resistência frente aos ataques do Estado e uma postura de reivindicação de direitos, contrapondo-se a investidas puramente assistencialistas ou a projetos que não são dialogados com a população (RIBEIRO; JUNIOR, 2011).

Assistencialismos esses que, conforme Freire (1982), atuam na manipulação das massas, tendo em vista a sua conquista, pois as distraem das reais causas de seus problemas, como um anestésico. Nesse sentido, o único ponto positivo do assistencialismo, para o autor, é o de que a população beneficiada poderá inquietar-se e exigir além, demandando sempre mais ações que, por serem paliativas, nunca conseguirão oferecer uma completa satisfação.

Daí a importância de um trabalho ético e socialmente comprometido com o engajamento popular e de fortalecimento de comunidades, conhecendo seus significantes comuns e sua história,

sem que isso caia em uma homogeneização irreal e naturalizante (RIBEIRO; JUNIOR, 2011). Pautando-se em Freire (1982), esse movimento de união popular em prol de uma causa social e política já é um tipo de ação contra hegemônica, pois dividir para dominar é uma das principais estratégias das elites para a manutenção do seu poder e influência.

Qualquer unificação das maiorias populares é uma ameaça à ordem hegemônica e, partindo do conceito exposto aqui, a existência da(s) comunidade(s), por si só, é um ato de resistência. Por isso mesmo que as represálias – sejam simbólicas ou físicas – são mais intensas nessa população organizada, considerada como perigosa por aquelas que estão no poder.

> Quanto mais se pulverize a totalidade de uma área em "comunidades locais", nos trabalhos de "desenvolvimento de comunidade", sem que estas comunidades sejam estudadas como totalidades em si, que são parcialidades de outra totalidade (área, região, etc.) que, por sua vez, é parcialidade de uma totalidade maior (o país, como parcialidade da totalidade continental) tanto mais se intensifica a alienação. E, quanto mais alienados, mais fácil dividi-los e mantê-los divididos (FREIRE, 1982, p. 166).

Ilhadas, as massas não têm como acessar as vivências de outros grupos marginalizados como o seu para, assim, construir uma organização dialética e unificada.

É importante salientar que essa divisão não acontece apenas territorialmente, mas em diversas instâncias sociais, como na interferência das elites na escolha de lideranças em sindicatos, na concessão de benesses, entre outros (FREIRE, 1982).

Como resultado desse processo, segundo Ribeiro e Junior (2011), há um movimento de desindentificação política das massas, que muitas vezes não veem possibilidades de se inserirem nesse campo, afastamento esse que é proposital no sistema atual, que visa objetificar seus dominados. Entretanto, atribuir ao capitalismo toda a culpa é também recair em um lugar de passividade que pode ser alienante.

Tomar responsabilidade pela construção de um campo político ético não deve ser confundido com se responsabilizar pela sua condição socioeconômica, pois perpassa questionar e criar estratégias para mudar a realidade.

É também preciso ter em mente que as comunidades nem sempre estão postas à(ao) psicóloga(o) de antemão, e é papel da(o) mesma(o), nesses casos, atuar também no sentido de mediar ou facilitar essa organização comunitária no espaço em que se está inserida(o). Apesar do seu preparo acadêmico, à(ao) profissional não cabe supor que sabe o que é melhor para a comunidade, deve, contudo, dispor de uma atenção qualificada para as pessoas a quem se dirige.

Uma atenção qualificada – que engloba escuta, olhar, acolhimento e outros meios de promover o cuidado – não apenas possibilitará conhecer os anseios e desejos da comunidade, mas, para além disso, conhecer a sua visão de mundo a partir da perspectiva do outro, e isso implica familiarizar-se com suas crenças religiosas, sua percepção sobre opressão, sobre si mesmo, entre outros aspectos.

Essa imersão se dará no sentido de, coletivamente, construir possibilidades de emancipação e resistência frente à realidade, sem, contudo, se apropriar dessa visão de mundo para si (FREIRE, 1982). Outro ponto de problematização diz respeito à intervenção que visa a "inclusão" social, sem que se questione que tipo de inclusão é esta.

Levando-se em consideração que os “excluídos” são aqueles marginalizados socialmente – seja em vista de sua classe social, cor, sexualidade ou deficiência –, a inclusão se daria no sentido de transformação desses sujeitos de forma que, ao invés de se trabalhar para a mudança de perspectiva sobre esse sistema que normatiza e exclui, trabalha-se para inserir esses sujeitos na mesma lógica que os oprime.

Assim, a tal “inclusão” pode acontecer visando uma padronização aos ideais sociais capitalistas definidos pelo poder aquisitivo e por outros atributos individualizantes (RIBEIRO; JUNIOR, 2011).

Além disso, para as autoras, a existência de uma inclusão pressupõe, necessariamente, a existência de excluídos, de forma que a ‘adequação’ desses sujeitos da margem social significará, consequentemente, a perpetuação da condição de exclusão de outros semelhantes.

Em vez de mobilizar no sentido do ajustamento a uma ordem perversa, o trabalho da(o) psicóloga(o) pode se dar na direção do incentivo ao comprometimento dessas pessoas com os seus próprios desejos de realização pessoal, bem como ao enfrentamento do modelo social que lhe retira possibilidades de concretização.

Em continuidade, as autoras alertam para a importância de construir um trabalho com a comunidade que nem imprima nesta a responsabilidade individual pelo seu ‘fracasso’ – segundo a lógica capitalista neoliberal – e nem a coloque como vítima passiva e impotente da sua condição, pois, tanto em uma quanto em outra, apenas alimenta-se as concepções implementadas pelo sistema hegemônico.

Em situação semelhante, também acontece dessa inserção ter em vista apenas objetivos individuais almejando um benefício individual, seja para fins profissionais ou acadêmicos, ocasionando

o tratamento dessa população não como sujeitos possuidores de fala e desejos, mas somente como objetos de pesquisa.

PARA ALÉM DO SERVIÇO SOCIAL: A INSERÇÃO DA PSICOLOGIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O compromisso social evidencia a transformação social como meio para a emancipação e o empoderamento de sujeitos e grupos que se encontram em situação de vulnerabilização, através do desenvolvimento de suas próprias potencialidades e formas de enfrentamento.

Para isso, psicólogas(os) têm voltado sua atenção para políticas públicas que contribuem – ainda que de forma limitada – para essa mudança. Em vista de fortalecer esse processo, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP) foi criado, em 2006, no Brasil.

Este tem como objetivo o reconhecimento e a divulgação de práticas psicológicas socialmente relevantes, auxiliando, assim, na instrução de profissionais acerca das políticas públicas voltadas para populações diversas (CREPOP; CFP, 2008). As políticas públicas, por sua vez, são entendidas neste documento como:

> [...] um conjunto de ações coletivas geridas e implementadas pelo Estado, que devem estar voltadas para a garantia dos direitos sociais, norteando-se pelos princípios da impessoalidade, universalidade, economia e racionalidade e tendendo a dialogar com o sujeito cidadão (CREPOP; CFP, 2008, p. 22).

Como registra o CREPOP e CFP (2008), a partir da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), passou a existir, desde

1993, o Sistema Brasileiro de Seguridade Social, o qual foi reconhecido como política pública e tem responsabilidade sobre a garantia de direitos e promoção da cidadania, com foco nos grupos populacionais mais afetados pela desigualdade social.

Já o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – parte integrante da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) – foi criado em 2004 e seu impacto foi determinante para o rompimento do ciclo de assistencialismos e benesses que eram concedidos como "favores" pelo Estado e/ou por iniciativas privadas àquelas(es) cujas necessidades e direitos básicos não eram cumpridos.

Uma das bases do SUAS encontra-se na efetividade do compromisso social e no diálogo com movimentos sociais e com a população a qual se dirige, de forma a construir ações articuladas horizontalmente entre profissionais e usuários desses serviços. Para isso, trabalhadores do SUAS conhecem as demandas de perto, partindo do princípio de que a vulnerabilização social não é homogênea e possui suas particularidades locais (CREPOP; CFP, 2008).

Para melhor execução dessas propostas, esse Sistema possui, de acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) e CFP (2007), duas estruturas conectadas entre si: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial. A primeira delas tem como foco a atenção básica, isto é, uma forma de acolhimento mais genérica que envolve, dentre outras coisas, a garantia de direitos, a prevenção de situações de risco e o fortalecimento de vínculos na comunidade.

A segunda, por sua vez, é relativa a situações mais complexas, nas quais os direitos já foram violados e os sujeitos em questão encontram-se em risco – como em casos envolvendo trabalho infantil, abuso sexual, entre outros. Por se tratar de casos mais graves, outras políticas públicas podem ser agregadas, porém, tem-se a clareza de que o cerne desses problemas é muito mais

profundo e amplo, pois reside, dentre outros aspectos, na estruturação da desigualdade social.

A concretização das ações de Proteção Social Básica ocorre no Centro de Referência em Assistência Social (CRAS), onde trabalham não apenas assistentes sociais, mas também psicólogos/as e outros profissionais que se fizerem necessários (CFESS; CFP, 2007).

Devido à crescente inserção de psicólogas(os) nesse espaço, que é um dos principais quando se fala em atuação em Psicologia na Assistência Social, destaca-se o CRAS como um dos lócus das reflexões sobre a prática do compromisso social no presente estudo, tendo em vista que seus propósitos são consistentes com a temática abordada até então.

Os CRAS são territorializados e buscam, de modo geral, promover a qualidade de vida nas comunidades atendidas, entendendo suas necessidades, fragilidades e potencialidades como um todo e em situações focais, como com grupos familiares.

Para isso, há a oferta de serviços educativos, de socialização ou comunitários, de benefícios como o Bolsa Família e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) e programas e projetos diversos que, em suma, incentivam o protagonismo político da população, estando a(o) psicóloga(o) envolvida(o) em todas essas atividades, que devem ser contínuas (CREPOP; CFP, 2008).

É em espaços como esses que, ainda que possa estar fora da sua zona de conforto, a(o) profissional em Psicologia pode conseguir de fato exercer a Psicologia Social e Comunitária e entender, na prática, como se dá o compromisso social fora dos arranjos convencionais de consultório. É através de trabalhos em rede que a(o) psicóloga(o) constrói a interlocução com outras áreas e percebe que a psicologização da vida não dá conta de muitas *nuances* da realidade social.

Com essa saída do lugar de autoridade sobre o conhecimento, torna-se mais evidente que nem tudo precisa começar do zero, mas, com humildade e respeito pelas pessoas e grupos a quem se dirige, é possível perceber as articulações já existentes e trabalhar no sentido de fortalecê-las e não simplesmente abandoná-las, tornando, assim, o trabalho muito mais efetivo e cidadão (CREPOP; CFP, 2008).

O documento técnico destaca que, nesse contexto, pensa-se ações permanentes em contraponto àquelas de natureza pontual tão frequentemente utilizadas, visto que a continuidade do fazer constrói e desenvolve vínculos, pois cidadania não se faz sozinha(o).

Através da desnaturalização da pobreza e das contradições sociais, portanto, que a(o) psicóloga(o) contribui, individual e coletivamente, para a autonomia dos sujeitos que, de forma independente, são e serão capazes de exigir o que lhes é seu de direito (CFESS; CFP, 2007).

Esse trabalho, contudo, não acontece intuitivamente; é importante que se tenha clareza sobre quais práticas são necessárias ou mais adequadas para determinada comunidade, e isso só acontece conhecendo-a, o que se dá indo até a mesma e não apenas esperando pacientemente as demandas chegarem. É importante que ocorra o monitoramento das ações desenvolvidas, bem como o estabelecimento de indicadores de funcionamento e de resultados (CREPOP; CFP, 2008).

Corroborando com isso, Martín-Baró (2017) afirma acreditar que o problema da Psicologia não está em seus conceitos e teorias, mas na forma como estas são aplicadas à realidade. Para mudar isso, o autor propõe uma inversão de fazeres: ao invés de começar pela teoria e, a partir dela, articular a prática, pode ser melhor optar por deixar que a realidade seja capaz de impactar a(o) psicóloga(o) e demandar os conceitos que necessita; a isso ele chama de realismo crítico.

Por isso, enfatiza-se a importância de capacitação adequada e atenção qualificada a fim de que essas(es) profissionais possam propor políticas e/ou ações comunitárias, até mesmo tendo em vista a necessidade de lidar com diferentes tipos de públicos com necessidades, consequentemente, também diferentes, seja em relação à religiosidade, etnicidade ou raça, sexualidade, gênero, classe ou faixa etária.

Ao ajudar a conectar pessoas com a sua história e com a sua comunidade, a(o) psicóloga(o) facilita a participação social e fortalece sua relação com a Assistência Social (CFESS; CFP, 2007). Partindo do princípio de que as condições sócio-histórico-culturais são determinantes para a significação das experiências de vida, a(o) profissional em Psicologia pode atuar na ressignificação do que foi vivido e, a partir disso, mudar a forma como o sujeito se enxerga e se posiciona na sociedade.

Isso só acontece com a tomada de consciência deste sobre o seu poder como cidadão de direitos, e é essa mobilização que difere um trabalho comprometido socialmente com o rompimento da perpetuação da vulnerabilização de um trabalho assistencialista que apenas reproduz a lógica da desigualdade social (CREPOP; CFP, 2008).

Levando em consideração CREPOP e CFP (2008), a atenção aos processos afetivos e emocionais, às interpretações da realidade e à construção simbólica das pessoas auxilia no processo de fortalecimento pessoal que poderá ser conquistado com apoio psicológico adequado. O CRAS visa a mitigação da vulnerabilização social para, assim, romper com o ciclo da pobreza, muitas vezes geracional. A(o) psicóloga(o), nesse espaço, deve atuar em vista da emancipação dos usuários na utilização dos serviços oferecidos, e não na manutenção de sua dependência.

É importante reiterar que, apesar dessa proposta ser um grande desafio, ela não deve ser tratada como uma utopia, mesmo considerando a estruturação da pobreza no Brasil, que se fundou nas bases da desigualdade social.

Essas(es) trabalhadoras(es) assumem o compromisso de ir além do oferecimento de serviços e aliviar também o sofrimento, a fim de evitar que os quadros se agravem; para isso, é importante a visualização da demanda planejada, para além da atenção pontual.

Nesse quadro, deve-se estar atenta(o) para a não culpabilização pessoal ou familiar pela situação de vida. Reiterando um dos aspectos já expostos, esses objetivos não são atingidos isoladamente e, nesse aspecto, a interdisciplinaridade é um ideal a ser executado (CREPOP; CFP, 2008).

Outros desafios, que dizem respeito a todas(os) as(os) trabalhadoras(es) nesse âmbito, são apontados como o cuidado para que o CRAS não reitere o estigma de plantão emergencial ou de uma simples passagem para o recebimento de benefícios – pois fazem parte deste campo também intervenções de longo prazo.

Outro ponto é a sensível relação entre o público e o privado, de forma a monitorar que esse espaço não sirva apenas como mediador de recursos para ONGs, mas que exerça o seu devido protagonismo (CFESS; CFP, 2007).

Para orientar as práticas profissionais das(os) psicólogas(os), alguns princípios, como apontados por CREPOP e CFP (2008), precisam de atenção, como o alinhamento com as políticas públicas, a integração com outros campos profissionais e científicos, a implicação com o contexto social, histórico e político no qual se trabalha.

A realização de intervenções – sejam individuais ou coletivas – com o objetivo de estimular os recursos psicossociais da

população, fazer uma interlocução entre o saber popular e o científico, favorecer a articulação social, propiciando espaços de encontro, estar sempre atenta(o) à continuidade da sua formação, capacitando-se cada vez mais e, por fim, ir além dos espaços tradicionais de atuação em Psicologia, seja nos CRAS ou em locais adequados e funcionais existentes na própria comunidade.

É também agregador que os CRAS se aliem a redes já existentes na comunidade, visto que, como já foi mencionado, a ideia não é criar uma imagem destes como 'salvadores' da população, mas fomentar alianças com grupos e/ou projetos que também sejam movidos pelas mesmas propostas.

Como nem todas as necessidades poderão ser sanadas no CRAS, é também dever da(o) psicóloga(o), quando preciso, realizar encaminhamentos para a rede socioassistencial local, isto é, para outros serviços públicos que possam acolher aqueles sujeitos, seja para um acompanhamento psicoterapêutico ou para outras demandas que não possam ser abarcadas naquele espaço (CREPOP; CFP, 2008).

Perpassando os CRAS, mas indo além destes – englobando todos os outros lugares nos quais seja possível comprometer-se com a mudança social –, notam-se, de acordo com CREPOP e CFP (2008), desafios a serem vencidos pelas(os) profissionais de Psicologia, quais sejam: o conhecimento a respeito de marcos legais e normas relativas às políticas públicas, principalmente aquelas relacionadas à Assistência Social.

Possuir clareza sobre assuntos como: "indicadores de vulnerabilidade e risco sócio psicológico; especificidades étnicas e culturais da população brasileira; [...] trabalho com grupos e redes sociais; dialética exclusão/inclusão social [...]" (CREPOP; CFP, 2008, p. 31). Ainda que trabalhando em conjunto com outros

profissionais, a atuação da Psicologia deve se dar de forma igualitária a das outras áreas.

Nesse aspecto, se faz contundente revisitar os apontamentos acerca das lacunas na formação em Psicologia, que muitas vezes negligencia a interlocução com outras áreas, como o Serviço Social, e com questões de raça, etnia e gênero, que são de suma importância para o entendimento dessas condições nas relações de poder e na perpetuação de vulnerabilidades.

Ainda assim, como afirmam CFESS e CFP (2007), psicólogos e psicólogas já vem demonstrando uma Psicologia humanizada, visto as lutas pela Reforma Psiquiátrica e desinstitucionalização, bem como a cobrança pelo cumprimento dos Direitos Humanos.

Mesmo tendo liberdade de atuação, há algumas diretrizes importantes para a orientação de psicólogas(os) no CRAS – mas que podem ser ampliadas para outros espaços –, como: o incentivo ao diálogo e ao compartilhamento de vivências e percepções entre a população sobre a realidade vivida.

O acompanhamento de grupos comunitários e indivíduos; a mediação de processos implicados com a participação social e a organização de movimentos pela efetivação de direitos; a realização de acolhimento, entrevistas, orientações e visitas domiciliares; pensar e executar projetos; o comprometimento com a elaboração, execução e compartilhamento dos seus planos de trabalho com os outros profissionais, bem como o incentivo a espaços de estudo formativo entre si.

E estar ciente de que o exercício da Psicologia pode acontecer em serviços públicos ou privados com a mesma qualidade e comprometimento, pautando-se sempre o Código de Ética Profissional do Psicólogo (CREPOP; CFP, 2008).

Apesar de, nesse caso, tais diretrizes estarem vinculadas à atuação da Psicologia numa perspectiva específica, de acordo com as Diretrizes Nacionais Curriculares (DCN) para os cursos de graduação em Psicologia (BRASIL, 2011), muitos desses princípios norteadores já mencionados são a base da formação para a profissão como um todo, independentemente da área na qual se pretenda trabalhar.

Seja contribuindo para a pesquisa, o ensino ou a atuação em outros espaços, a graduação preconiza a interdisciplinaridade, o pensamento crítico acerca dos diversos fenômenos socioeconômico culturais de onde se está inserida(o), a preparação para exercer a profissão em diversos contextos e suas demandas, além da compreensão das intervenções como não somente terapêuticas, mas também preventivas, entre outros (BRASIL, 2011).

Contudo, é importante verificar se, na prática, tais diretrizes estão sendo observadas na implantação e funcionamento dos cursos de graduação existentes no país, mas essa tarefa foge do escopo do presente texto.

Observa-se como um outro desafio para uma atuação profissional orientada pelas diretrizes mencionadas, o enfrentamento da precarização das condições de trabalho no serviço público (CREPOP; CFP, 2008), assunto que deve ser tratado com atenção e que influencia diretamente na qualidade do trabalho desempenhado, bem como na qualidade de vida dos profissionais dentro e fora do ambiente de trabalho.

É fundamental também olhar para o(a) trabalhador(a) e suas necessidades, reconhecendo que "três dimensões [são] indissociáveis: as atividades exercidas pelos(as) trabalhadores(as), as condições materiais, institucionais, físicas e financeiras, e os meios e instrumentos necessários ao seu exercício" (CFESS; CFP, 2007, p. 43).

Mudar essas condições de trabalho muitas vezes está fora do alcance desses profissionais, entretanto, mudanças no modo de agir e de enxergar a educação podem causar alterações significativas no empoderamento de pessoas. A historicidade de um povo não é simplesmente abstrata, é constituída também de condições materiais que dão vida à realidade presente.

Essa memória histórica sofre severas tentativas de apagamento pelo sistema que se beneficia disso, portanto, resgatar essas vivências e as inserir no processo educativo e profissional é, também, modificador – de sujeitos, de coletivos e de profissionais (MARTÍN-BARÓ, 2017).

Na concepção de Furtado (2000), firmar esse compromisso social não deve significar contribuir com uma Psicologia classista estritamente popular, mas sim reconhecer que esta já é classista – porém de uma outra perspectiva, vinculada aos interesses de uma outra classe social que não a popular. Essa Psicologia abrangente, que seja capaz de atender aos diversos grupos populacionais, ainda está em fase de construção, e depende, principalmente, do entendimento concreto de realidades que precisam ser conhecidas por essas(es) profissionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o exposto, é possível perceber que a Psicologia, para se estabelecer em novos campos de atuação, precisa sofrer mudanças que começam desde a formação de profissionais, de forma a também dar espaço para reflexões mais humanizadas e interdisciplinares sobre política e cuidado.

É tendo em mente o compromisso social que a Psicologia passa a se inserir em outros campos de atuação, expandindo-se para

além dos espaços tradicionalmente clássicos. Tal perspectiva também permite visualizar como uma prática implicada socialmente e integrativa com saberes populares independe de um local de atuação específico, podendo ser realizada em qualquer ambiente, seja no consultório ou fora dele.

Nesse sentido, mostra-se a reformulação educacional e pedagógica como uma via de inserção fundamental para a mudança nas formas de pensar e agir. Esse processo, no entanto, não é de fácil acesso e permanência, levando-se em consideração a proposital precarização do trabalho existente em equipamentos públicos, por exemplo, o que afeta diretamente as condições materiais e simbólicas que permeiam a prática profissional.

Pretende-se visibilizar espaços como os CRAS, lugares potenciais para profissionais de Psicologia e, também, evidenciar as possibilidades que fazem, desses espaços, locais onde, coletivamente, se constroem saberes e conhecimentos. Um trabalho comprometido com a desalienação popular não deve vislumbrar territórios marginalizados como meros depósitos de conhecimento acadêmico, pois estes, dentro de sua própria autonomia – ainda que não completa – objetivam emancipação também por meio da legitimação científica de sua realidade.

REFERÊNCIAS

ALVES, C. B.; DELMONDEZ, P. “Contribuições do pensamento decolonial à Psicologia Política”. **Psicologia Política**, vol. 15, n. 34, 2015.

BRASIL. **Resolução n. 5, de 15 de março de 2011**. Brasília: Ministério da Educação, 2011. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFESS, 2007. Disponível em: <www.cfess.org.br>. Acesso em: 23/09/2022.

CFP - Conselho Federal De Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. Brasília: CFP, 2005. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 23/09/2022.

COIMBRA, C. M.; NASCIMENTO, M. L. "O efeito Foucault: Desnaturalizando verdades, superando dicotomias". **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, vol. 17, n. 3, 2001.

CREPOP - Centro De Referência Técnica Em Psicologia E Políticas Públicas. **Referências técnicas para atuação do/a psicólogo/a no CRAS/SUAS**. Brasília: CREPOP, 2008.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: Editora da UFBA, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

FURTADO, O. "Psicologia e compromisso social – Base epistemológica de uma Psicologia Crítica". **Revista Psicologia Social e Institucional**, vol. 2, n. 2, 2000.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: Editora L&PM, 2011.

LANE, S. **O que é Psicologia Social**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2006.

MARTÍN-BARÓ, I. **Crítica e libertação na psicologia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

REIS, C.; GUARESCHI, N. M. F. "Encontros e desencontros entre Psicologia e política: Formando, deformando e transformando profissionais de saúde". **Psicologia Ciência e Profissão**, n. 30, 2010.

RIBEIRO, C.; JUNIOR, N. "Comunidade e o campo da política: Uma reflexão a partir da psicanálise". **Fractal: Revista de Psicologia**, vol. 23, n. 3, 2011.

SCARPARO, H.; TORRES, S.; ECKER, D. "Psicologia e ditadura civil-militar: reflexões sobre práticas psicológicas frente às violências de Estado". **Revista EPOS**, vol. 5, n. 1, 2014.

CAPÍTULO 2

O Papel da Psicologia
perante as Políticas Públicas de Saúde

O PAPEL DA PSICOLOGIA PERANTE AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE

Daniela Lemos Simões Sobral

Anderson Fernandes da Silva

A atuação do psicólogo no decorrer dos anos, ficou restrita aos consultórios particulares, modelo clínico tradicional, enfrentando diversos desafios para compreender e redimensionar a sua prática profissional (BÖING; CREPALDI, 2010). A formação acadêmica da Psicologia em muito fica devendo com relação às políticas públicas e o papel que se exerce, pois pouco se lança mão de uma flexibilidade para a produção, compreensão e inserção do profissional frente a realidade que se apresenta (CREPOP, 2007).

De acordo com Böing e Crepaldi (2010), a formação acadêmica ficou retida inicialmente em produzir profissionais apolíticos e pouco críticos, de modo que ressaltasse a necessidade de profissionais que não sejam somente técnicos, de modo, a não se ver como parte do processo da construção das políticas públicas.

O profissional psicólogo, ainda exerce uma dúvida real com relação ao seu papel nos níveis de atenção básica e suas possibilidades de atuação. Desta forma, observa-se que há uma clara falta de conhecimento, não somente do profissional, mas dos seus gestores, dos demais profissionais em saúde em qual é o potencial e contribuição da psicologia em frente as políticas públicas de saúde.

O psicólogo em muitos momentos se vê restrito a formações clínicas, e mesmo após anos de profissão e de técnicas adquiridas têm dificuldade de se inserir nas práticas públicas, pelo pouco

conhecimento, e em muitos casos por dificuldades em desenvolver trabalhos que sejam condizentes com os modelos propostos pela atenção à saúde básica (BÖING; CREPALDI, 2010).

Tendo em vista a situação da qual encontram-se diversos profissionais da psicologia, seus obstáculos e adversidades, busca-se a compreensão dos modelos de políticas públicas vigentes em nosso país. Surge o questionamento de qual seria o real papel do profissional, seu papel em frente a sociedade e sua atuação de modo que, contemple as reais necessidades de nossa sociedade e dos indivíduos que a ela compõe.

Desta forma, este artigo visa compreender os processos que cabem a psicologia frente às políticas públicas, assim como a sua relação sócio histórica, processos de inserção e a incorporação do papel do psicólogo no Sistema Único de Saúde (SUS), particularmente no programa Saúde da Família.

O objetivo deste artigo é compreender os estudos que cercam os processos relacionados a Psicologia e o seu envolvimento direto dentro das políticas públicas. Através da leitura e da análise documental, a Psicologia está ligada diretamente a promoção da saúde e do bem-estar a compreensão dos estados biopsicossociais dos indivíduos e para a prevenção das doenças.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa foi realizada através de investigação e análise documental, consistindo na seleção de documentos, artigos e livros de acordo com o propósito da pesquisa. Foi adotado como critério de seleção artigos e/ou livros que contemplam o papel do psicólogo nas políticas públicas e em sua prática no programa Saúde da

Família, por meio das seguintes palavras-chaves: psicologia, SUS, política, saúde e família.

As bases de dados, *Scientific Eletronic Library Online* (Scielo) e *Periódicos Eletrônicos em Psicologia* (Pepsic), disponibilizam 36 e 133 artigos, respectivamente. Entretanto, apenas 16 artigos foram selecionados de acordo com os critérios acima descritos e publicados entre os períodos de 2000 a 2017.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E O PAPEL DA PSICOLOGIA

Antes de reconhecer o papel da psicologia dentro das políticas públicas, é necessário compreender primeiramente a trajetória da Assistência Social, a partir da Constituição Federal de 1988. A Assistência Social, até o ano de 1988 não era reconhecida como uma prática da garantia dos direitos humanos e um dever do estado. Através da promulgação da Constituição Federal, a Assistência Social passou a figurar como pública ao lado da Saúde e da Previdência, constando assim como direito de todos (CREPOP, 2007).

O contexto social em que vivemos, estabelece normas e diretrizes em como um indivíduo deve se comportar e ou agir, que pode gerar uma opressão a identidades de gênero, classe social, religião, sexualidade e deficiência (GESSER, 2013). A partir da década de 90, mais precisamente no ano de 1993, ocorreu a implementação da lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), que visou regulamentar os artigos §203 e §204 da Constituição Federal. Criando assim, uma condição de institucionalidade da Assistência Social, principalmente como política de direito em nosso país.

Através da IV Conferência Nacional de Assistência Social (2003), em conjunto com as diretrizes apresentadas com a criação do

LOAS, houve a aprovação do Sistema Único de Assistência Social (PNAS/2004), o sistema traz como projeto político, o fortalecimento dos espaços e instâncias do controle social, fazendo assim uma conexão com seu território, os sujeitos e as prioridades, tornando-se assim uma política de promoção a vida (CREPOP, 2008).

A articulação entre a Psicologia e a Assistência Social se faz necessária, pois é na afirmação da vida, que se encontra o papel da Psicologia como política pública, buscando observar as necessidades e vulnerabilidades locais. O psicólogo tem como papel inserido no trabalho da Assistência Social, o fortalecimento das políticas públicas, que são um conjunto de ações coletivas voltadas para os direitos de cidadania/civil e que são implementadas pelo Estado, norteando-se os princípios da universalidade, economia, impessoalidade e a racionalidade (CREPOP, 2007).

A psicologia deverá ser comprometida com a transformação social, onde o principal objetivo será observar as necessidades e potencialidades dos oprimidos, oferecendo para as políticas públicas a promoção, emancipação social das famílias e o fortalecimento da cidadania de cada membro, pensando na dimensão subjetiva de cada indivíduo.

Não cabe ao papel da psicologia, patologizar, objetificar e ou categorizar aqueles que são atendidos pelo SUS, por exemplo, e sim, buscar recursos psicossociais proferidos pela atuação profissional (BÖING; CREPALDI, 2010). De acordo com os autores supracitados, tais recursos podem ser citados como os termos de atenção básica e atenção primária. O primeiro recurso citado é mais amplo, busca compreender as ações que abrangem a promoção e proteção em saúde, já o segundo recurso, tem um significado mais restrito, relacionado às ações de promoção e prevenção no coletivo.

A partir do princípio da integralidade preconizada pelo SUS, tornou-se aberta a colocação de novos profissionais e equipes de

saúde, de modo a desenvolver trabalhos interdisciplinares, tendo assim o papel do profissional psicólogo uma contribuição na compreensão dos contextos em que os indivíduos se inserem.

A inserção do profissional na rede pública em nosso país ocorreu através da diversificação dos recursos e modalidades de tratamento e a formação das equipes multiprofissionais (CARVALHO; YAMAMOTO, 2002). O conceito de igualdade nas relações multiprofissionais, promoveu a proteção e a recuperação da saúde, colocou em cheque o conceito de Integralidade da atenção à saúde e da participação social, reconhecendo assim as diferenças profissionais como um trabalho em prol do cidadão (OLIVEIRA *et al*., 2004).

A inserção do psicólogo na Assistência Social, se oficializou após a implementação do Sistema único de Assistência Social (SUAS), inserindo o profissional a nível de Poder Público e ONGs, compondo uma rede de socioassistencialismo, acompanhando e realizando uma análise crítica da sociedade. A atuação em contextos diversos, de bairros a periferias e ocupações, trouxe ao psicólogo novas alternativas de intervenções sociais (SENRA; GUZZO, 2012).

O Conselho Federal de Psicologia, tendo em vista a prática e a inserção do psicólogo em frente às políticas públicas, relata que o mesmo, deverá ter um compromisso social, valorizando a construção de práticas que sejam comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana (CFP, 2007).

O contexto social em que vivemos, estabelece normas e diretrizes em como um indivíduo deve se comportar e ou agir, que pode gerar uma opressão a identidades de gênero, classe social, religião, sexualidade e deficiência (GESSER, 2013).

O PAPEL DA PSICOLOGIA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A psicologia historicamente constituiu-se de um instrumento poderoso, voltado para o atendimento individualizado e burguês, com foco na subjetividade do indivíduo, esquecendo-se que a mesma deverá ser ampliada em sua prática, ampliação esta que ocorre quando o profissional se depara com as políticas públicas de saúde (SENRA; GUZZO, 2012).

A psicologia é uma profissão recentemente regulamentada no Brasil, precisamente no dia 27 de agosto de 1962 com a lei 4.119, estando hoje com 60 anos de sua regulamentação. O conselho Federal de Psicologia foi criado com um pequeno intervalo desde o nascimento da regulamentação da Psicologia, tendo sido então criado em 1971, e regulamentado pelo decreto 79.822. O Conselho Federal de Psicologia passa então a sua atuação em 1973 (CARVALHO; YAMAMOTO, 2002).

O psicólogo quando encaminhado a uma prática pública de saúde, se depara com um tipo de demanda, diferente do método tradicional clínico, a clientela passa a ser constituída em muitas vezes por uma população de baixa renda, que foram encaminhadas por outras instituições, sendo assim o profissional encontra o seu primeiro desafio, como se inserir em meio a esta nova prática?

A inserção do psicólogo nas políticas públicas surgiu através de uma crise produzida pela grande inserção de profissionais clínicos e poucos profissionais voltados ao atendimento social, de modo que, surgiram críticas a este método tradicional, passando a motivar a inserção de novas alternativas, como a busca pelos atendimentos em hospitais, ambulatórios e centros de saúde. Porém, o fazer psicológico nestas unidades foram insuficientes e pouco mudaram o perfil tradicional clínico, resultando em novos impactos (CARVALHO; YAMAMOTO, 2002).

Os impactos do fazer psicológico foram acompanhados através das necessidades e das exigências sociais que estão implicadas em nosso fazer contemporâneo, que busca compreender as práticas da psicologia no contexto social e político, dentro do SUS (LAZZAROTTO; NASCIMENTO, 2003). A psicologia em interface com o SUS, passou a se comprometer com diversos princípios em sua prática, de modo que o entrecruzamento destes princípios deve ser disposto. O princípio da inseparabilidade, onde o campo da psicologia está voltado para os estudas da subjetividade dos indivíduos estendendo-as ao coletivo.

O princípio da autonomia e da corresponsabilidade, onde as práticas psicológicas devem ser pensadas e comprometidas com o país em que vivemos, produzindo sujeitos autônomos e atores sociais que sejam protagonistas de suas próprias vidas. O princípio da transversalidade, no qual assim como qualquer outra profissão, a psicologia não deve estar disposta a explicar nada e sim ela mesma que deve ser explicada, realizando uma intercessão com outros saberes (BENEVIDES, 2005). Oliveira e colaboradores (2004), acredita que os princípios do SUS e a prática psicológica não se aplicam no cenário atual, pois percebe-se que os profissionais atuantes, ainda estão ligados a uma prática clínica de "anos de tratamento" e uma falta da compreensão das mudanças diárias das demandas.

Outro fator que implica na diferenciação do papel do psicólogo em frente às políticas públicas, é a sua pouca atuação com os demais profissionais da rede, tornando o trabalho multidisciplinar, em meros encaminhamentos e pareceres, não sendo aplicado a diretriz da integralidade. De acordo com Benevides (2005), os princípios citados são grandes desafios na prática do profissional frente às políticas públicas, pois é preciso que se enxergue os mesmos, como ações políticas na constituição de todos os indivíduos.

O autor supracitado informa que os eixos da universalidades, equidade e integralidade que são constitutivos pelo SUS, só são efetivos quando os princípios psicológicos são entrecruzados com os eixos do SUS, de modo, que se possa construir uma rede transversal que aumente o grau de cidadania, democracia e participação institucional. Além disso, o profissional psicólogo encontra em sua prática diversos dilemas, estruturais e de ação, pois apesar da tentativa de formulações de parâmetros para a prática profissional, ainda há um impacto da falta de investimento na infraestrutura, dos serviços prestados e na comunidade em si, assim como há um temor relacionado a retaliação pelos gestores municipais da Assistência Social (SENRA; GUZZO, 2012).

De acordo com os autores supracitados, aos profissionais cabe um compromisso que seja voltado às adoções de práticas psicossociais, que sejam orientadas para intervenções coletivas. Tendo em vista, que para o psicólogo assumir uma função social e política, deve ser objeto de reflexão, aceitando um compromisso de transformar a realidade social.

A INSERÇÃO DO PSICÓLOGO NO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA

O Programa Saúde da Família (PSF), busca ações de atenção primária à saúde, que são voltadas não somente para a cura, mas também para a prevenção de doenças, promovendo qualidade de vida e valorizando os papéis dos atores sociais, seja dentro da família ou em comunidade, buscando olhar para o indivíduo ali inserido não como um portador de uma doença, mas um ser com múltiplas necessidades (CARDOSO, 2002).

A criação e a implantação do programa, ocorreu durante a vigência do governo Itamar Franco (1992-94), que a partir da nomeação do Ministro da Saúde Henrique Santillo, determinou que o programa PSF seria implantado em todo o território nacional (FRANÇA; VIANA, 2006).

Desta forma, com a implementação do programa, a caracterização do público alvo e o comprometimento com os princípios do SUS, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), integrou ao catálogo brasileiro a função do psicólogo em frente ao atendimento no PSF, sendo assim:

> Aplica conhecimento teórico e técnico da Psicologia, com o objetivo de identificar e intervir nos fatores determinantes das ações e dos sujeitos, em sua história pessoal, familiar e social, vinculando-as também a condições políticas, históricas e culturais (CFP, 2005, p. 1).

O compromisso do profissional dentro dos programas de saúde da família deverá estar intrinsecamente relacionado a uma missão com a saúde, tendo em vista a qualidade de vida, onde os projetos e ações devem partir dos profissionais, sem que estes esperem os poderes públicos, dando à profissional autonomia para buscar seu público-alvo (FRANÇA; VIANA, 2006).

Cardoso (2002), cita alguns tópicos que são vistos como a proposta de inserção do profissional no PSF, dentre os tópicos destaca-se a atuação do psicólogo em buscar uma atuação conjunta com a comunidade, esclarecendo e difundindo informações sobre a saúde mental, possibilitar um espaço terapêutico para que haja uma troca de experiência a fim de despertar nos indivíduos o seu melhor potencial no enfrentamento de doenças, atuar junto com os demais

membros da equipe multiprofissional, integrando esforços e colaborando para um melhor atendimento da comunidade.

Contudo, o papel do psicólogo não se deve reter somente ao atendimento nas instalações físicas. De acordo com o Psi Jornal (2001), o atendimento domiciliar abrange questões que estão relacionadas não somente ao custo e benefício no atendimento, atende questões quanto ao caráter de humanização do tratamento, uma forma de assistência para aqueles casos em que a doença já se encontra instalada.

Assim, busca-se evitar o agravo que possa vir a impossibilitar a locomoção dos atores sociais, promovendo uma redução de gastos institucionais e uma disponibilidade maior de leitos em hospitais e instituições de saúde. É importante que se delimite o espaço e os limites do fazer profissional, o psicólogo deverá estar ciente, que o tratamento domiciliar deve se atender a cuidados para que não haja um envolvimento emocional com os familiares do indivíduo em tratamento, o serviço pretendido é para aquele que precisa ser atendido, exceto situações onde é preciso a atuação familiar (PSI JORNAL, 2001).

O PSF é um serviço de referência a uma comunidade, em que a população atendida pelos serviços públicos encontra-se em situação econômica desfavorável, em situações de possível exclusão, pobreza extrema e/ou marginalização, sendo assim o vínculo com a comunidade e com as famílias atendidas é a máxima a ser realizada (FRANÇA; VIANA, 2006).

De acordo com as autoras acima supracitadas e pensando que o psicólogo deverá avaliar as resistências, medos e preconceitos de uma comunidade e visar os melhores resultados, o profissional poderá atuar como um educador sanitário, visando a recuperação e a cooperação ativa da comunidade, como forma de produzir mudanças duradouras.

O profissional em saúde deverá realizar levantamentos epidemiológicos na comunidade em que presta o serviço, tendo em vista, que isto o auxiliará a delimitar os indicadores que precisam ser trabalhados com os atores sociais, tais como: uso de substâncias psicoativas, criminalidade, suicídio, além de estruturar os quadros clínicos e síndromes mais comuns.

Desta forma, compreende-se as patologias que apresentam maior ou menor grau de morbidade, colaborando com a construção de alternativas em programas sócio-políticos já inseridos (SILVA, 2001). Guzzo (2001), realiza uma ressalva com relação ao papel do psicólogo no Programa Saúde da Família, tendo em vista as ações de educação e a realidade do psicólogo que trabalha no serviço público, o profissional poderá não somente atender as demandas exigidas como poderá também.

Realizar assessoria na elaboração e implementação de ações de saúde pública, assessoria em instrumentos e procedimentos de avaliações ao serviço prestado, análise e proposição de alternativas funcionais entre os membros da equipe multiprofissional, dinamização de eventos educativos em saúde, elaboração e condução de programas com grupos que contemplem a prevenção e promoção em saúde.

Participação no acompanhamento dos usuários do serviço, diagnóstico e encaminhamento de problemas de média e alta complexidade e participação na orientação, treinamento e desenvolvimento técnico – profissional da equipe multiprofissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática do psicólogo não está mais relacionada somente ao consultório, o trabalho do mesmo em instituições públicas aumentou significativamente, de acordo com o quadro multidisciplinar do

SUS. Entretanto, nota-se que a capacitação do profissional não está em comum acordo com as exigências de um fazer social e político.

A inserção do psicólogo nas políticas públicas deve ser caracterizada por uma reflexão constante dos cenários aos quais se encontra inserido, de modo que seja possível nortear seus objetivos e limites de sua prática. Mesmo atuando em instituições públicas, a prática profissional ainda é limitada ao consultório e a uma ideia tradicional do fazer psicologia, restringindo o papel do profissional psicólogo ao tratamento terapêutico de doenças já instaladas.

A atuação do psicólogo frente às políticas públicas de saúde, não é somente na realização de práticas sociais em comunidades às quais poderá estar inserido como nos casos do Programa Saúde da Família, como também nos questionamentos das políticas públicas, assessoria e colaboração dos tratamentos das doenças instaladas, como em ações preventivas e promocionais em saúde.

O psicólogo não deve ficar restrito somente a uma prática individual, responsabilizando o ator social através das suas queixas. O profissional deve ampliar seu trabalho a toda uma comunidade, buscando a compreensão dos motivos que levaram o indivíduo a tal situação.

É imprescindível pensar na conexão entre a psicologia e a política pública, não sendo pautada em ideais totalizantes e elitizados, mas sim, na totalização de um movimento crítico, de intervenção, reflexão e análise que ressalta a produção do seu papel e possibilita novas formas de enxergar a profissão.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, R. “A psicologia e o sistema único de saúde: quais interfaces? ” **Psicologia e Sociedade**, vol. 17, n. 2, 2005.

BÖING, E.; CREPALDI, M. A. "O psicólogo na atenção básica: uma incursão pelas políticas públicas de saúde Brasileiras". **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 30, n. 3, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Planalto, 1988. Disponível em: <www.planalto.gov.br>. Acesso em: 23/09/2022.

CARDOSO, C, L. "A inserção do psicólogo no programa saúde da família". **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 22, n. 1, 2002.

CARVALHO, D. B.; YAMAMOTO, O. H. "Psicologia e políticas de saúde: anotações para uma análise de experiência brasileira". **Psicologia para América Latina**, n. 0, 2002.

CFP - Conselho Federal de Psicologia. **Parâmetros para atuação de assistentes sociais e psicólogos (as) na Política de Assistência Social**. Brasília: CFP, 2007. Disponível em: <www.cfp.org.br>. Acesso em: 23/09/2022.

CREPOP - Centro de Referências Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas. **Referência técnica para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS**. Brasília: CREPOP, 2007.

FRANÇA, A. C. P.; VIANA, B. A. "Interface Psicologia e Programa Saúde da Família – PSF: Reflexões Teóricas". **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 26, n. 2, 2006

GESSER. M. "Políticas Públicas e Direitos humanos: Desafios à atuação do Psicólogo". **Psicologia Ciência e Profissão**, vol. 33, 2013.

GUZZO, R. S. L. (org.). **Psicologia Escolar**: LDB e Educação Hoje. São Paulo: Editora Alínea, 2002.

MACEDO, J. P. "O psicólogo no SUAS: Quantos somos e onde estamos? " **Psicologia em Estudo**, vol. 16, n. 3, 2011.

SENRA, C. M. G.; GUZZO, R. S. "Assistência Social e Psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público". **Psicologia e Sociedade**, vol. 24, n. 2, 2012.

SILVA, V. L. M. **Saúde Mental e Cidadania**: uma Pesquisa sobre a Reintegração Psicossocial dos Usuários dos Serviços dos NAPS e CAPS da Região Metropolitana do Recife e o Profissional de Psicologia. Recife: Editora da UFPE, 2001.

YAMAMOTO, O, H. "Políticas Sociais, "Terceiro setor' e "compromisso social": Perspectivas e Limites do Trabalho do Psicólogo". **Psicologia e Sociedade**, vol. 1, n. 19, 2006.

CAPÍTULO 3

Stroke in Pregnant Women and Depression: A Systematic Review of How it Affects Mother-Baby Affection Relationship

STROKE IN PREGNANT WOMEN AND DEPRESSION: A SYSTEMATIC REVIEW OF HOW IT AFFECTS MOTHER-BABY AFFECTION RELATIONSHIP

Jéssica Luchi Ferreira

Jéssica Alexandra Majevski Endlich

Stephani Vogt Rossi

Mylena Pimentel Klein

Sabrina de Souza Lança

Rodrigo Eustáquio Telles Vieira

A stroke is a clinical emergency that shows signs/symptoms of neurological deficiency that last more than 24 hours or even lead to death. Such a syndrome occurs due to disruption or occlusion of one or more arteries that irrigate the brain, causing interruption of oxygenation in the affected region and, consequently, partial or total impairment of neurological functions (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

The incidence of stroke in pregnant women, despite being an uncommon complication, is an event of huge clinical importance (CAMARGO; FESKE; SINGHAL, 2019). This fact explains the relationship of pregnancy to risk factors developed by the physiological changes of this period, such as risk to develop preeclampsia and eclampsia due to increased systemic blood pressure, and hormonal fluctuations and vascular alterations, that occurs during pregnancy, peripartum, and up to 6 weeks postpartum (CAMARGO; FESKE; SINGHAL, 2019; VAN VEEN *et al*., 2013).

Among individuals who survive an aneurysm, many of them suffer from humor disorders, like depression, which also can appear in the postpartum period due to hormonal fluctuations (DEEMS; LEUNER, 2020). In addition to biological factors in the development of postpartum depression, psychosocial aspects should be considered as mitigating factors.

Socially, there exists a belief that maternity means happiness and realization in women's life, although this idea ends up neglecting the mental health of these mothers. Besides, when emotions differ from instituted maternal representations, guilt feelings can be created, add to untreated depression it brings harm to both the mother and the baby, in addition to damage in the bond between them (AZEVEDO; ARRAIS, 2016; ANDERSON; RETI, 2009).

Hence, this article aims to promote a systematic review where there is an analysis and correlation between gestational stroke and depression. In addition to showing how depression can interfere in the relationship of mother-baby affection, considering its different risk factors.

For this, the study was organized into four more sections, in addition to the present introductory section, which contextualizes the theme and evidences the justification for such research. In the methodology, the authors explain the literature search strategy in the databases and the selection process of the chosen articles.

Along the results section, there is a new subdivision, so that it is possible to provide a more detailed view of the nuances of the theme. Initially, there is the quantity of articles found and selected. Then, the correlation found between: pregnancy and peripartum and the risk factors for stroke; depression in pregnancy and peripartum and peripartum depression and affection.

In the discussion, the authors present the main conclusions of the study, the meaning of what was found and the limitations. In the conclusion, there is a summary of the results, with solutions for what was discussed.

METHODS

The present study is a systematic review, where initially, a literature review was made using the descriptors: “stroke”, “pregnancy” and “depression”, through, using databases such as PubMed, Scientific Electronic Library Online (Scielo), Google Scholar, and Latin American and Caribean Health Science Literature (Lilacs).

After the initial search, the titles and abstracts of the articles were read for the selection of papers related to pregnant women who had a stroke and/or aneurysm during pregnancy, in addition to articles on postpartum depression due to stroke and/or aneurysm and how this influences mother-baby affect.

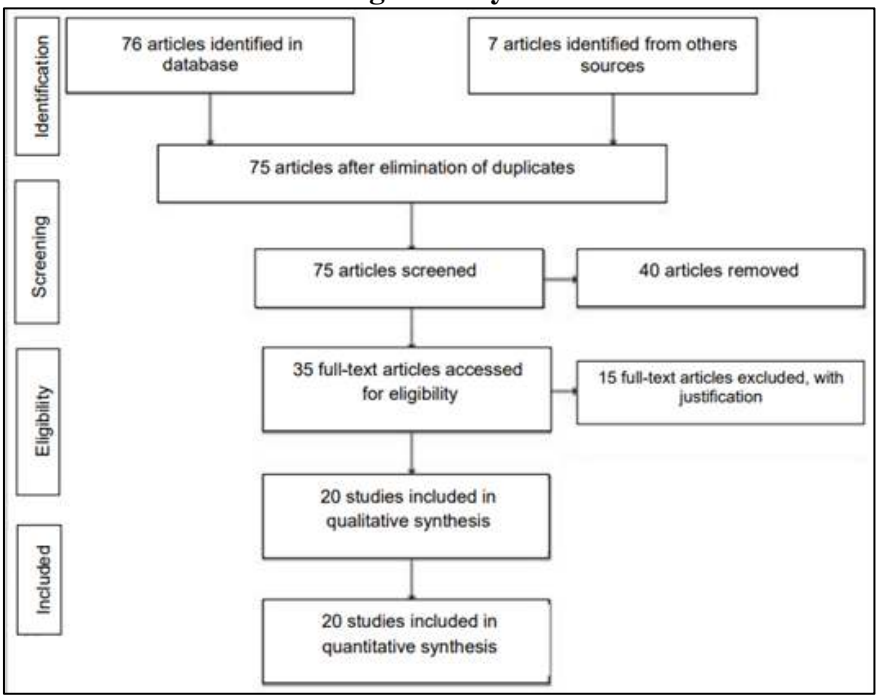
As inclusion criteria, articles with studies in humans, in Portuguese and English, between the years 2003 to 2020 and that met the above criteria, being finalized in August 2020, were covered. As exclusion criteria, articles with animals, case reports, and duplicate articles were restricted.

As well as studies that did not contemplate the main theme of the research in question. In addition, a database was built in Excel comprising the details of the included studies and reasons for the exclusion of the ineligible. As there was language restriction and selection of databases, this review may present selection bias.

RESULTS

The initial search resulted in 83 articles, 71 from Pubmed, 3 from SciELO, 7 from Google Scholar, and 2 from Lilacs, which, after the inclusion and exclusion criteria applied, 20 articles were included and, therefore, read in full (Figure 1).

Figure 1 - Flow of information through the different stages of a systematic review



Source: Authors´ elaboration.

Pregnancy and peripartum as risk factors to strokes

The peripartum period represents a window of susceptibility in which the risk of developing a stroke is sharply increased (DEEMS; LEUNER, 2020), especially the result stemming from complications during pregnancy and in the postpartum period (CORDONNIER, *et al.*, 2017). Even healthy pregnant women have an increased risk of stroke in the first year postpartum (CHENG *et al.*, 2017).

Moreover, preeclampsia, gestational diabetes, and hypertension confer a 3-fold increase in the risk of developing subsequent aneurysms (WENGER, 2016). Still, in a systematic review (NEGRO *et al.*, 2017) there is mention of a study with 18,345,538 pregnant women, in which a strong correlation between migraine and vascular diseases was detected.

In those diagnosed with migraine, the risk of stroke was 15 times higher, with an odds ratio of 30.7 for ischemic stroke and 9.1 for hemorrhagic stroke. This is because pregnancy is a risk factor for developing disorders that are related to secondary headaches, such as hemorrhagic stroke in the form of subarachnoid hemorrhage - SAH.

In addition, migraine usually returns after childbirth, probably triggered by a sudden drop in estrogen levels, postpartum depression, or because of the implications of the new parental role. Thus, these secondary pains also occur in the postpartum period, in about 30 to 40% of all women. In this sense, SAH has a 20 times higher risk in the puerperium and has as its symptom the thunderclap headache (NEGRO *et al.*, 2017).

Furthermore, the authors point out that women with multiple parities (third and fourth) also have a higher risk of stroke. The

authors also state that pregnant women with fewer traditional risk factors for atherosclerosis have a lower incidence of stroke in the long term. Similarly, the authors advocate vaginal delivery to prevent stroke in pregnant women. It is even worth noting that the pregnant women in the study were healthy, but had high proportions of hypertension and depression (CHENG *et al.*, 2017).

Other studies also show that in a normal delivery the risk of having a stroke is 7.1/100,000 versus a cesarean delivery with 26.6/100,000, showing that surgery promotes a higher risk of coagulation <Table 1> (CAMARGO, FESKE, SINGHAL, 2019).

Table 1 - Studies related to stroke and aneurysm in pregnant women

Article name	Authors / Year of publication	Database	Journal	Article objective
Pregnancy, Postpartum and Parity: Resilience and Vulnerability in Brain Health and Disease	Deems, Leuner, 2020	PubMed	Frontiers in Neuroendocrinology (preprint)	Showing that a comprehensive understanding of health and brain disease in women requires greater consideration of experiences such as pregnancy, childbirth, and lactation.
Effectiveness of Kangaroo Care for a Patient with Postpartum Depression and Comorbid Mother-Infant Bonding Disorder	Takubo *et al*., 2019	PubMed	Case Report Psychiatry	To evidence the efficacy of the kangaroo method, with the humanized maturation of both the baby and the fathers, for mothers with postpartum depression and severe binding disorder.
Stroke in pregnancy	Seng *et al*., 2019	Pubmed	Med J Malaysia	General aneurysm disorder during pregnancy, with the incidence in pregnant women in the peripartum and postpartum.
Postpartum depression and the effects on child development: A literature review	Damacena *et al*., 2020	Google Scholar	Revista Panorâmica	An overview of the effects of postpartum depression on the mother-baby bond and how the condition is influenced by biopsychosocial factors. Punctuating the harm stifling the child's development.

Mother-baby relationship in postpartum rapid context from Winnicott's perspective	Gomes *et al*., 2019	Scholar Google	Anais XI Encontro Internacional de Produção científica	Integrative review, constituting a basis for new elaborations of scientific materials related to studies on the baby relationship in postpartum depression, to foster discussions about psychological development and its processes of analysis, protection, and potentiation.
Headache and pregnancy: a systematic review	Negro *et al*., 2017	PubMed	The Journal of Headache and Pain	Gather existing information on headache and pregnancy, with a focus on clinical headache phenotypes, treatment of headaches in pregnancy and the effects of medication on the child during pregnancy and breastfeeding, complications related to headache, and diagnosis of headache in pregnancy.
Analysis of Risk Factors and Etiopathogenesis of Stroke in Pregnancy and Puerperium: a systematic review.	Gonçalves *et al*., 2019	Google Scholar	Amazônia Science & Health	To analyze the risk factors and etiopathogenesis of stroke during pregnancy and puerperium, since, the knowledge of such factors by health professionals, and how the genesis of the aneurysm occurs in pregnant women.
Stroke in Pregnancy: An Update	Camargo, Feske, Singhal., 2019	Pubmed	Neurologic Clinics	A large database, brings information about the age of pregnant women with stroke, changes in the hemodynamics of pregnant women, and other types of complications.
Pregnancy increases stroke risk up to 1 year postpartum and reduces the long-term risk	Cheng *et al*. 2017	Pubmed	QJM: An International Journal of Medicine	Assess the risk of stroke in Asian women during and after pregnancy.
Risk perception of future cardiovascular disease in women diagnosed with a hypertensive disorder of pregnancy	Traylor *et al*., 2015	PubMed	The journal of maternal-fetal e neonatal medicine	Assess women's perceived risk for future cardiovascular diseases after they have been diagnosed with a hypertensive disorder of pregnancy.
Juggling Multiple Guidelines: A Woman's Heart in the Balance	Wenger, 2016	PubMed	Journal of Women's Health	Preeclampsia, gestational diabetes and gestational hypertension confer 3 to 6 times the risk of subsequent hypertension and a 3-fold increase in the development of a subsequent aneurysm.

Stroke in women — from evidence to inequalities	Cordonnier *et al*., 2017	PubMed	Nature Reviews Neurology	Highlight new insights into the specificities of stroke in women, plan future research priorities, and influence public health policies to reduce the global burden of aneurysms in women.
Postpartum depression: prevention and consequences	Guedes-Silva *et al.*, 2003	PEPSIC	Revista Mal Estar e Subjetividade	Focus on postpartum depression, in a moderate to severe mood disorder, of a multifactorial character, clinically identified as a depressive episode, beginning within six weeks after delivery.
Pregnancy-Associated Stroke	Sanders *et al*., 2018	Wiley Online Library	Journal of Midwifery & Women's Health	Pathophysiology and treatment for ischemic and hemorrhagic stroke; postpartum care and maternity in these cases
ECT in Pregnancy: A Review of the Literature From 1941 to 2007	Anderson; Reti, 2009	PubMed	Psychosomatic Medicine	Literature review on the use of electroconvulsive therapy during pregnancy and discuss its risks and benefits for the treatment of severe mental illnesses during pregnancy.
Attachment theory: conceptual bases and development of internal models of functioning	Dalbem; Dell'Aglio, 2005	Scielo	Arquivos Brasileiros de Psicologia	Review of attachment theory, presenting Bowlby's initial ideas, theoretical and conceptual influences, main contributions, and classical research that formed the basis of this theory, in addition to the new formulations and conceptualizations.
The myth of the exclusive mother and its impact on postpartum depression	Azevedo; Arrais, 2006	Scielo	Psicologia Reflexão e Crítica	Reflections on postpartum depression, emphasizing the psychosocial factors involved
Postpartum depression: a psychosocial understanding	Greinert; Milani, 2015	Redalyc	Psicologia Teoria e Prática	Identify psychosocial factors that may favor the development of postpartum depression.
Postpartum depression in postpartum women: knowing interactions between mother, child, and family	Silva *et al*., 2010	Scielo	Acta Paulista de Enfermagem	Know the interaction of postpartum women, who have postpartum depression, with their children and understand the perception of family members about the disease and maternal care provided by these postpartum women.
Pregnancy-Associated Stroke	Sanders *et al*., 2018	PubMed	Journal of Midwifery & Women's Health	Review the evaluation and initial treatment of women who suffered a stroke during pregnancy and postpartum and guide maternity and primary care.

Source: Researcher's elaboration. Database: Mentioned above.

DEPRESSION IN PREGNANCY OR PERIPARTUM:

Patients with migraine were found to be at high risk for depression during pregnancy[6]. Moreover, in a prospective cohort study, women with hypertensive disorders in pregnancy were found to be at risk for depressive symptoms and dysfunctional coping (TAYLOR *et al.*, 2016).

Also, it is evidenced that the postpartum period is characterized by an inflammatory state and increased inflammation has been associated with postpartum depression. In this sense, it indicates that 15-20% of women develop depression during the peripartum (DEEMS; LEUNER, 2020).

PERIPARTUM DEPRESSION AND AFFECTION:

Untreated depression has been linked to poor maternal and neonatal outcomes, including low weight gain during pregnancy, increased risk of illicit drug or alcohol use, premature delivery, low birth weight, preeclampsia, and impediment of mother-baby bonding (ANDERSON, RETI, 2009).

Regarding postpartum depression, it can be affirmed that it has several causes such as: unwanted pregnancy, marital problems, low birth weight baby and psychiatric history. Moreover, associated with these factors, in childbirth the mother feels a loss, because she disconnects from her child. It is also noted that cortisol is reduced early in the puerperium in patients who develop postpartum depression (GUEDES *et al.*, 2003).

This attachment behavior is expected to offer protection to the newborn and requires engagement, so the attachment figure must

be available to make up this relationship that seeks to promote affective bonds previously established in childhood by interactive investments (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

In this sense, the lack of attachment, as a consequence of depression in the puerperium, propitiates the abandonment of hygiene habits, insomnia and the total rejection of the baby by the mother, often because it develops a feeling of fear and feels threatened by it. The effects of depression in this situation may also present in the baby, through reduced appetite, difficulty smiling and decreased eye contact. Generating an increase in the baby's illness trend (GUEDES *et al.*, 2003).

Being conceived in the first bonds, the evolution of the psyche of the newborn depends on the mother-baby dyad, with the maternal figure as the initial channel of communication of the baby with the external world. In the existence of postpartum depression, Winnicott (GOMES; MOLINA; ARRUDA, 2019) states that the mother finds it difficult to meet the demands of the child, which interferes with her emotional development.

The consequences of postpartum depression, when there is no adequate treatment and follow-up of the mother and baby may present more immediately, through neglect in feeding the baby, "accidental" injuries and infanticide. In the long run, children who grow up in this scenario tend to have lower cognitive development, behavioral disorders and may develop psychopathologies in the future adult (GUEDES *et al.*, 2003).

DISCUSSION

The results of this review highlight that postpartum is a period of high susceptibility to the development of stroke and

postpartum depression, so these clinical conditions can be related. In relation to stroke, this susceptibility is due to vascular changes in pregnancy and postpartum as stated by the articles explained in this study (CAMARGO; FESKE; SINGHAL, 2019; SENG; GHANI; XINLI, 2020; CORDONNIER, 2017).

In postpartum, factors such as increased inflammation, hormonal fluctuations (DEEMS; LEUNIER, 2020), unwanted pregnancy, marital problems, low birth weight, psychiatric history (GUEDES *et al.*, 2003) and psychosocial aspects (AZEVEDO; ARRAIS, 2016; SILVA *et al.*, 2010).

Vascular alterations are intrinsically linked to stroke (NEGRO *et al.*, 2017; CHENG *et al.*, 2017). First, there is a relationship between atherosclerosis and stroke, so that pregnant women with a lower incidence of atherosclerosis also had a lower risk of stroke. At the same time, the authors show that even pregnant women who were healthy had a chance to have an aneurism, because they had hypertension (CHENG *et al.*, 2017).

Secondly, pregnant women with secondary migraine had vascular diseases and had a high risk of stroke, especially hemorrhagic, in the form of SAH, due to disorders of pregnancy itself. Even, migraine returned in some of these patients, postpartum, sometimes triggered by depression. Suggesting that depression may be a consequence of stroke in pregnancy (NEGRO *et al.*, 2017).

Thus, a gestational profile can be established in which the development of a stroke is more likely. Thus, a pregnant woman who presents with preeclampsia, eclampsia, diabetes and gestational hypertension, and multiple parity should be thoroughly monitored, so that if an aecemism occurs, it can be treated quickly, minimizing the damage (CHENG *et al.*, 2017; WENGER, 2016).

Following this profile, the ideal would be that this pregnant woman had a vaginal delivery, avoiding the risks arising from a

greater coagulation present in a cesarean delivery (CAMARGO; FESKE; SINGHAL, 2020; CHENG *et al.*, 2017). The results also show that hypertensive disorders during pregnancy are a common risk factor for the development of stroke and depression (WENGER, 2016; TAYLOR, 2016). This, once again, makes possible a relationship between these clinical pictures in pregnancy.

Knowing that among individuals who survive a stroke, many suffer from depression and that there is a considerable risk of developing it during pregnancy, women affected by pregnancy-associated stroke may need referral to mental health services, in addition to routine screening for postpartum depression (DEEMS; LEUNER, 2020; SANDERS *et al.*, 2018).

Ethological studies described by Bowlby, define attachment as a behavior that encourages establishing a bond with its caregiver, seeking to capture attention or maintain the approximation of this individual, usually the maternal figure (DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

The maternal role is constituted of the ambivalence between the culturally foreshadowed and the lived. The ideal of a widespread mother assumes unfounded proportions, attributing to this role an innate, besides spreading the idea that motherhood is intrinsic to the existence of women. Thus, it is assumed that love for the child is also inherited, which makes this mother more qualified for care (AZEVEDO; ARRAIS, 2016; GREINERT; MILANI, 2015).

This ideal clashes with the real maternal experiences and other demands in this woman's life, such as work. Ambivalence not only inhabits the inner space of the psyche, but also the contextual external, to which it needs to deal with the demands of performing well its maternal role and with its own desires (AZEVEDO; ARRAIS, 2016; GREINERT; MILANI, 2015).

The complexity and setback that permeate the maternal theme that brings a certain masochistic degree to mothers who seek to meet this expectation, tend to end in the feeling of guilt. This causes suffering and a sense of inability to correspond to the imaginary of this context, causing internal conflicts that can induce postpartum depression (AZEVEDO; ARRAIS, 2016).

With postpartum depression, there is the damage of the mother-baby relationship, so that the expected attachment and affection do not occur, as evidenced by the articles used in the composition of this study (GOMES; MOLINA; ARRUDA, 2019; ANDERSON; RETI, 2009; GUEDES *et al.*, 2003; DALBEM; DELL'AGLIO, 2005).

Finally, it is noticed that the non-treatment of postpartum depression negatively affects the mother and baby, as well as the dyad, and there may be long-term damage (ANDERSON; RETI, 2009; GUEDES *et al.*, 2003). However, it is a sensitive issue, as some mothers prefer not to use the medications of treatment because of the risk of teratogenicity during pregnancy and/or the possibility of the baby ingesting them during breastfeeding (ANDERSON; RETI, 2009).

It is evident, therefore, that maternal aveto in pregnancy can affect fetal and neonatal health and well-being, especially when combined with postpartum depression (DEEMS; LEUNER, 2020). The results of this systematic review were interpreted considering the limitations and intrinsic bias of this study, thus, the main limitations that can affect it are language and design bias.

CONCLUSION

From the review proposed by the present study, it is concluded that diabetes and gestational hypertension, preeclampsia,

eclampsia and multiple parity can lead to stroke, with the possibility of these patients developing a depressive condition, which interferes in the mother-baby relationship. Therefore, this child tends to experience the effects of this circumstance during the course of his life.

With regard to these effects, in the first months of life, the baby may show interference in terms of contact with the external world, considering that the mother figure is constituted as a mediator of this initial contact. In addition, it can manifest interactional deficits, reduced appetite and emotional and cognitive development. This contributes to the possible existence of behavioral disorders and psychopathologies in adult life.

Knowing that this bibliographic review aimed to investigate whether there is a correlation between postpartum depression and stroke during the gestational period, it was noted that only one article addressed the need to offer follow-up to mothers who suffered a stroke, in order to interpret the possibility of develop depression associated with the initial condition[21]. This fact can be attributed to the difficulty in finding clinical studies in women in this period regarding stroke. Therefore, it is essential that there are more studies, in order to improve the health care of mothers and their children.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, E. L.; RETI, I. M. “ECT in Pregnancy: A Review of the Literature from 1941 to 2007”. **Psychosomatic Medicini**, vol. 7, n. 2, 2009.

AZEVEDO, K. R.; ARRAIS A. “O mito da mãe exclusiva e seu impacto na depressão pós-parto”. **Psicologia, Reflexão e Crítica**, vol. 19, n. 2, 2016.

CAMARGO, E. C.; FESKE, S. K.; SINGHAL, A. B. “Stroke in Pregnancy”. **Neurology Clinical**, vol. 37, n. 1, 2019.

CHENG, C. A. *et al*. “Pregnancy increases stroke risk up to 1 year postpartum and reduces long-term risk”. **QJM**, vol. 110, n. 6, 2017.

CHRISTENSEN H., BUSHNELL C. “Stroke in Women”. **Continuum: Lifelong Learning in Neurology**, vol. 26, n. 2, 2020.

CORDONNIER C. *et al*. “Stroke in women — from evidence to inequalities”. **Nature Reviews Neurology**, vol. 13, n. 9, 2017.

DALBEM, J.; DELL'AGLIO, D. “Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento”. **Arquivo Brasileiro de Psicologia**, vol. 57, n. 1, 2005.

DEEMS, N. P.; LEUNER B. “Pregnancy, postpartum and parity: Resilience and vulnerability in brain health and disease”. **Frontiers Neuroendocrinology**, vol. 57, 2020.

GOMES, L. S.; MOLINA, M.; ARRUDA, E. C. “Relação mãe - bebê em contexto de depressão pós-parto na perspectiva de Winnicott”. **Anais do XI Encontro Internacional de Produção Científica**. Maringá: UNICESUMAR, 2019.

GREINERT, B.; MILANI, R. “Depressão pós-parto: uma compreensão psicossocial”. **Psicologia: Teoria e Prática**, vol. 17, n. 1, 2015.

GUEDES- SILVA D. *et al*. “Depressão pós-parto: prevenção e consequências”. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, vol. 3, n. 2, 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Departamento de Ações Programáticas Estratégicas**: diretrizes de atenção à reabilitação da pessoa com acidente vascular encefálico. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: <www.saude.gov.br>. Acesso em: 21/09/2020.

NEGRO, A. *et al*. "Headache and pregnancy: a systematic review". **Journal Headache Pain**, vol. 18, n. 1, 2017.

PUTAALA, J. "Ischemic Stroke in Young Adults". Continuum: **Lifelong Learning in Neurology**, vol. 26, n. 2, 2020.

SANDERS, B. *et al*. "Pregnancy-Associated Stroke". **Journal Midwifery Women's**, vol. 63, n. 1, 2018.

SENG, L. B.; GHANI, A. A.; XINLI, Y. "Stroke in pregnancy". **Medical Journal of Malaysia**, vol. 74, n. 3, 2020.

SILVA, F. *et al*. "Depressão pós-parto em puérperas: conhecendo interações entre mãe, filho e família". **Acta Paulista de Enfermagem**, vol. 23, n. 3, 2010.

TRAYLOR, J. *et al*. "Risk perception of future cardiovascular disease in women diagnosed with a hypertensive disorder of pregnancy". **The Journal of Maternal-Fetal and Neonatal Medicine**, vol. 29, n. 13, 2016.

VAN VEEN, T. R. *et al*. "Cerebral Autoregulation in Normal Pregnancy and Preeclampsia". **Obstetrics and Gynecology**, vol. 22, n. 5, 2013.

WENGER N.K. "Juggling Multiple Guidelines: A Woman's Heart in the Balance". **Journal Women's Heal**, vol. 25, n. 3, 2016.

CAPÍTULO 4

Psicologia e a Execução da Pré-Análise de Conteúdo Acerca da Dependência de Substâncias Químicas

PSICOLOGIA E A EXECUÇÃO DA PRÉ-ANÁLISE DE CONTEÚDO ACERCA DA DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS QUÍMICAS

Érica Henrique Ribeiro-Andrade

Milena Ribeiro Siqueira

Raphael Fonseca Braga de Melo

Rebecca Rodrigues Cedro de Brito

Este trabalho é parte inicial de uma pesquisa mais ampla desenvolvida junto ao PROVIC/ISECENSA, pela Linha de Estudos sobre Drogadição (LED), associada ao Laboratório de Estudos em Processos de Estigmatização (LEPE/CNPq). Trata-se de um estudo interdisciplinar por propiciar uma reflexão que envolve tanto a Psicologia, mais especificimante os estudos da Psicologia e Drogadição, quanto o campo da Comunicação enquanto área do conhecimento.

A pesquisa entitulada 'Subjetividade e Produção Midiática Sobre Drogadição', discute sobre o perfil das publicações sobre o abuso de substâncias em três grandes frentes da mídia informativa, a saber: o Jornal Folha de São Paulo, a Revista VEJA e a plataforma SCIELO.

A questão mobilizadora da referida pesquisa tem a ver com uma inquietação dos pesquisadores acerca da melhor utilização do espaço social que os veículos de informação gozam. A hipótese é de um espaço ainda subutilizado no sentido de sua função conscientizadora e promotora de saúde pública.

O poder de manipulação da mídia pode atuar como uma espécie de controle social, que contribui para o processo de massificação da sociedade, resultando num contingente de pessoas que caminham sem opinião própria. Subliminarmente, através da televisão, das novelas, jornais e internet, é transmitido um discurso ideológico, criando modelos a serem seguidos e homogeneizando estilos de vida (GOMES; BARROS, 2014). Para Rossini e Mota (2017), a mídia é um fenômeno do capitalismo, e reproduz um esquema de centralização do poder nas mãos de alguns, estigmatizando os menos adequados.

Sobre a drogadição, pode-se afirmar que a relação do indivíduo com a droga pode se dar de diversas maneiras e não existe uma só categoria que possa englobar todos os motivos que levam e mantêm o indivíduo em seu uso.

O que determina uma adição não é o efeito neuroquímico em si, e sim a experiência subjetiva deste efeito, tornando mais importante o modo como esse sujeito se relaciona com a substância e o como ela é representada pelo mesmo (SALIM; SANTOS, 2018). Estas afirmações podem lançar fundamento à importância de se levar em conta a realidade sociocultural à qual o sujeito está inserido, como uma variável de interveniência para as diversas representações e significações que o objeto droga poderá assumir.

O entendimento fundamental para o presente estudo é que a maneira de compreender um determinado fenômeno embasa a estrutura do agir social, gerando reações que podem variar desde a responsabilidade na transformação dos fenômenos até uma completa alienação. Os meios de comunicação são ferramentas de intervenção e mobilização das massas sociais, podendo alterar significativamente os modos de vida e funcionamento social.

Em função da densidade das informações obtidas, os pesquisadores decidiram publicar separadamente os resultados das

diferentes etapas do estudo. O objetivo específico do presente artigo é descrever o processo de organização inicial dos dados que compunham o banco de informações sobre o qual a metodologia da Análise de Conteúdo foi aplicada. A intenção é mostrar ao leitor a execução da etapa de Pré-Análise de Conteúdo conforme enunciado por Bardin (2016).

Esse artigo foi escrito numa perspectiva descritiva e ao mesmo tempo exploratória, uma vez que o objetivo era apresentar os primeiros dados encontrados nas três fontes de informação, e também ampliar o entendimento sobre o funcionamento das três plataformas. Destaca-se, todavia, que estes objetivos de pesquisa eram secundários às intenções primordiais que envolviam a busca por informações sobre o fenômeno do abuso de substâncias químicas, nomeado mais assertivamente de Drogadição.

Apesar de ser o termo preferido pelo senso comum, a nomeação 'Dependência química', leva a uma compreensão de que a substância química seria a causadora de tal dependência, fato que as ciências humanas têm esforçado-se à refutar nos últimos anos. Dessa forma, o caráter descritivo exploratório não se aplica somente ao acesso e construção de conhecimento sobre as plataformas, mas sobretudo acerca da drogadição.

A metodologia escolhida para o tratamento dos dados foi a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016). As três etapas desta ferramenta foram aplicadas, cabendo ao presente texto, os resultados alcançados no primeiro estágio, a saber: a Pré-Análise, A "pré-análise" que pode ser dividida em duas tarefas. A primeira tarefa incide na familiaridade que o pesquisador conquista com o material e a segunda tarefa trata-se da seleção deste material a partir de uma leitura flutuante e ampla.

Todavia, para que essas duas tarefas tenham sucesso é necessário que o pesquisador siga três regras fundamentais. A

primeira regra é a da exaustividade que implica na não exclusão de nenhum material, sendo considerado todos os materiais apresentados na fonte. A regra da homogeneidade, que garante que só sejam tratados conteúdos sobre o mesmo tema, permitindo assim a comparação. Por fim, a regra da pertinência, que exige que os documentos sejam sempre correlatos aos objetivos da pesquisa (URQUIZA; MARQUES, 2016).

No caso da presente pesquisa, efetuou-se em sua primeira etapa da análise de conteúdo as regras da homogeneidade e da pertinência. Buscou-se por matérias publicadas que apresentem informações de qualquer tipo sobre drogas, drogadição ou estudos envolvendo substâncias químicas ilícitas.

Incluiu-se nesta amostra também as matérias sobre o álcool e o tabaco, mesmo sendo comercializadas licitamente no país, em função do alto índice de adictos no Brasil pelo uso de tais substâncias. Excluiu-se matérias sobre outras drogas lícitas, como as medicações farmacológicas, a menos que determinada publicação associe as substâncias à uma realidade de dependência.

A primeira ação da pré-análise de dados consistiu em levantar dados básicos da história de cada uma das frentes midiáticas investigadas, tentando identificar elementos que já apontassem para uma certa lógica da ideologia das publicações que seriam acessadas. Logo após, como um segundo passo da pré-análise, o exercício foi o de acessar as plataformas e fazer as primeiras avaliações do conteúdo dentro do escopo da metodologia escolhida, pela busca de publicações sobre drogadição.

No que tange a drogadição e às publicações sobre este tema nas três plataformas investigadas, é possível afirmar que diante do escopo total das matérias, o número de inserções sobre a questão é diminuto. Nesta pré-análise fica evidente o espaço ainda muito restrito que esta temática ocupa nos conteúdos gerais das

plataformas de informação, além disso a completa inexistência de dados que respondam aos termos adicção, drogadição e correlatos que concebam o uso de substâncias em sua relação com aspectos emocionais implícitos.

Isto quer dizer que os termos mais utilizados nas três plataformas são as mesmas palavras utilizadas no senso comum, que privilegiam às vezes um olhar moralizante da dependência, ou biologizante, o que demanda uma urgente reflexão. Os dados alcançados passarão pela próxima etapa da análise de conteúdo, a saber: a exploração de dados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira ação da pré-análise de dados consistiu em levantar dados básicos da história de cada uma das frentes midiáticas investigadas, tentando identificar elementos que já apontassem para uma certa lógica da ideologia das publicações que seriam acessadas. Logo após, como um segundo passo da pré-análise, o exercício foi o de acessar as plataformas e fazer as primeiras avaliações do conteúdo dentro do escopo da metodologia escolhida, pela busca de publicações sobre drogadição.

Silva (2016), discorre sobre a dimensão subjetiva e seus desafios acerca da educação contemporânea, influenciada pela relação entre os sujeitos e o mundo na atualidade. Esse, é marcado pelo progresso das tecnologias no que diz respeito às mídias informativas, que mudaram a forma como os seres enxergam o mundo ao facilitar o acesso, mas responsável por potencializar uma forma de pensar referente aos seus próprios universos, causando, segundo ele “o empobrecimento da experiência” (SILVA, 2016, p. 90).

Segundo Silva e Barichello (2006), a mídia tradicional divulga as informações de maneira unidirecional, ou seja, com um foco mais claro e previamente determinado, como no caso da televisão e jornais impressos. Outra maneira de divulgar as informações, segundo os autores, é o que ocorre quando da veiculação de informações nas mídias digitais, que permite maior interatividade e proximidade entre o transmissor o receptor da mídia, deixando o usuário responsável pela qualidade da comunicação.

Sobre o tipo de substâncias que figuram neste cenário, dados da ONU indicam que, atualmente, a maconha tem sido uma das drogas ilícitas mais consumidas no mundo, e a estimativa é que 158,8 milhões de pessoas, ou seja, 3,8% da população entre 15 e 64 anos, consuma drogas feitas com Cannabis (maconha e haxixe). (UNODC, 2018).

No Brasil não é diferente, segundo o III LENAD (Levantamento Nacional sobre o Uso de Drogas pela População Brasileira) realizado pela FIOCRUZ em 2017, 3,2% dos brasileiros usaram substâncias ilícitas, o que equivale a 4,9 milhões de pessoas, assim 7,7% dos brasileiros de 12 a 65 anos já a usaram ao menos uma vez na vida.

Em segundo lugar, fica a cocaína em pó: 3,1% já consumiram a substância. Esta pesquisa ainda revela que aproximadamente 1,4 milhão de pessoas entre 12 e 65 anos relataram ter feito uso de crack e similares alguma vez na vida, o que corresponde a 0,9% da população de pesquisa, com um diferencial pronunciado entre homens (1,4%) e mulheres (0,4%) (BASTOS *et al*., 2017).

Autores discutem a influência do marketing para o desenvolvimento do comportamento adictivo. Para Queiroz Macedo *et al*. (2014), a disponibilidade para a compra de substâncias psicoativas (SPAs) e as propagandas que estimulam este uso, exibindo apenas o prazer que a droga propicia, consistem em

condições de risco que podem levar o sujeito ao primeiro consumo bem como a repetição deste.

No campo das pesquisas em Psicologia, o presente artigo comprova a viabilidade da utilização de ferramentas de interpretação das linguagens, e a importância de um bom processo de organização dos dados de pesquisa, antes das atribuições de sentido aos conteúdos a serem estudados.

Pré-análise da revista VEJA

A VEJA é uma revista brasileira de circulação semanal publicada pela Editora Abril, que foi criada pelo jornalista Roberto Civita, filho do fundador e então presidente da editora, Victor Civita.

No início da década de 1960, Roberto Civita, que ocupava o cargo de subchefe da filial local da revista Time em Tóquio, foi então convidado pelo pai a retornar ao Brasil para que pudesse trabalhar em sua editora na criação de uma revista com a mesma proposta da revista americana, de reunir em uma só revista questões políticas, econômicas e culturais.

Atualmente, a revista de maior circulação do país também aborda assuntos como tecnologia, ciência, ecologia e religião. Esta ainda costuma se posicionar a favor de ideias mais conservadoras e de políticas neoliberais, o que a torna alvo de críticas geralmente vindas de setores da esquerda brasileira.

Em 11 de setembro de 1968, data que foi escolhida para o seu lançamento, o Brasil ainda sofria com a ditadura militar, que ordenou o recolhimento de sua 15ª edição das bancas por oficiais do regime militar, e censura de todas as suas edições subsequentes.

Apesar de sua inicial tendência centro-esquerdista, que era demonstrada por algumas demonstrações que dentro do possível criticavam atitudes do então regime, a partir dos anos 1990 a revista Veja começa a apresentar reportagens mais alinhadas com as políticas de direita, defendendo também o liberalismo econômico.

Passou a reproduzir a edição da semana na íntegra em seu site a partir de junho de 1997. No ano 2000, a página começa a disponibilizar notícias em tempo real na internet (VELASQUEZ; KUSHNIR, 2010)

Para o presente levantamento, utilizou-se dois parâmetros identificados na plataforma: publicações online e o acervo constituído por todas as edições impressas. A primeira opção apresentou ferramentas de busca mais amplas, ao disponibilizar a procura por palavras.

Já no acervo das versões impressas a busca não atendia tão facilmente a termos, mas o conteúdo serviu de apoio para acessar dados como volume, página, entre outros. Infere-se que este acervo poderá favorecer ao leitor mais ávido a leitura do original na edição específica, podendo contextualizar a matéria se assim o desejar.

Nos resultados que atenderam aos termos “Consumo de álcool” há subunidades temáticas em evidência. Dos sessenta e nove, trinta falam sobre o consumo de álcool atrelado aos danos ou benefícios à saúde; seis falam sobre a drogadição na quarentena devido à pandemia da Covid 19 em 2020; oito descrevem maneiras de combate ao alcoolismo; três tratam dos problemas do álcool na gestação e vinte e duas publicações tratam de maneira geral o consumo de álcool em si.

Ao pesquisar-se por “Bebidas alcóolicas”, foram alcançados vinte e nove resultados como respondentes à busca. Dentre eles, nove apontam para novas matérias sobre os efeitos dessa substância na saúde do indivíduo; dez discorrem sobre o uso de bebidas

alcóolicas; seis matérias falam sobre maneiras de combate, prevenção ou possíveis tratamentos para o alcoolismo, um acerca do consumo de álcool na pandemia da Covid 19 no ano de 2020.

Tabela 1 - Resultados da Pré-Análise da Revista VEJA

Analisadores	Resultados Apresentados (sem filtro)	Resultados Apresentados (com filtro)
Consumo de álcool	1105	69
Drogas	11926	68
Bebidas alcoólicas	1623	29
Consumo de drogas	1275	0
Cigarro	1923	34
Usuários de drogas	1004	19
Vício	2491	12
Dependência	3265	16
Tabaco	766	5
Tabagismo	615	11
Drogas ilícitas	382	7
Consumo de tabaco	265	0
Drogadição	11	5
Dependência química	321	0
Alcoolismo	383	3
Drogas lícitas	83	0
Adicção	0	0
Total de resultados	27.438	278

Fonte: Elaboração própria.

Um sobre questões políticas atreladas a bebidas alcoólicas e um envolvendo o aniversário de um tipo de bebida. Nesta busca também se figura uma reportagem sobre a maconha, revelando à princípio, certa inconsistência nos resultados, uma vez que não há relação entre o analisador utilizado e esta matéria. Todavia acredita-se que quando a leitura pormenorizada dos textos for realizada na próxima etapa da análise de conteúdo, poderá ser compreendido o motivo de tal inconsistência aparente no momento.

Foram encontradas 3 notícias diferentes das que haviam respondido a busca pelo termo “bebidas alcoólicas”, ao utilizarmos

a palavra “Alcoolismo” na ferramenta de busca. Destas três matérias sobre abuso de álcool, duas delas envolviam notícias sobre recuperação de famosos alcoolistas.

Na busca pelo termo “Drogas”, a Revista Veja online exibiu sessenta e oito matérias correspondentes, podendo haver destaques em subtemas como a questão da maconha, que foi abordada em trinta e um deles. Em sequência, o uso de outras substâncias entorpecentes foi apresentado em 10 das 38 matérias; temáticas envolvendo combate, prevenção ou tratamento do uso abusivo de drogas compunham 3, assim como matérias sobre cocaína; drogas e prejuízo para a saúde humana fizeram parte de 2 e o uso de drogas na quarentena devido à pandemia da Covid 19 constituiu 1.

As demais dizem respeito a questões judiciárias e de investigação das drogas. Ao pesquisar-se por “Consumo de drogas”, foram apresentados apenas resultados já encontrados nos analisadores anteriores. “Drogas ilícitas” trouxe à página de busca 7 matérias pertencentes ao objetivo da pesquisa.

Dentre os temas retratados, pode-se destacar o uso de drogas ilícitas, presente em 3 destas matérias, seguido de 2 sobre formas de detecção de usuários, 1 sobre o valor de mercado da cocaína no Brasil e 1 sobre como uma droga pode colaborar ao ser usada para um tratamento de saúde. Quando se inseriu o termo “drogas lícitas” para pesquisa, foram mostradas apenas matérias já correspondentes à drogadição em analisadores anteriores.

Ao pesquisar-se por “Usuários de drogas” foram obtidos 19 resultados pertencentes ao tema. Desses, 2 tratam da relação entre mãe e filhos usuários de drogas; 1 conta com relatos de um médico a respeito dos usuários de crack; 1 sobre programa de consumo assistido para usuários, 1 sobre o uso por jovens; 4 de questões judiciárias e legislativas envolvendo drogas, 7 da problemática da

Cracolândia em São Paulo; 3 são sobre a maconha, sendo dessas 3, 1 sobre a maconha e seus prejuízos à saúde humana.

Ao se buscar por "Cigarro", 34 matérias que apareceram respondiam ao item. Delas, podem-se ressaltar temas como os cigarros eletrônicos, presentes em 13 textos; o cigarro em termos gerais, ocupando 7 deles, desses sete: 4 são sobre o uso do cigarro, 1 sobre vinho tinto associado a ele, 1 trata da comparação entre Narguillé e cigarro e 1 sobre questões financeiras da indústria do cigarro; 1 é direcionado à preocupação com o público jovem e os cigarros; 1 ao cigarro de palha; 3 a questões judiciárias relacionadas ao fumo; medidas de prevenção e combate ao vício estão presentes em 4 e os danos do cigarro à saúde humana em 5.

Utilizando o analisador "tabaco", a Revista Veja online exibe 5 novas matérias diferentes acerca da drogadição. 1 delas envolve economia de grandes empresas e o tabaco, 1 relata o crescimento do uso de Narguillé entre adolescentes; uma sobre uma medida da OMS para prevenção do vício e uma sobre o número de mortes por ano no mundo devido ao tabaco.

Há neste analisador a presença de uma matéria sobre a venda legal da maconha. Desta forma, percebe-se novamente uma possível inconsistência nos resultados de busca da revista. No entanto, quando da leitura integral dos textos espera-se compreender tais observações.

Quando se utiliza o termo "Tabagismo" na busca, diferentes matérias são localizadas a saber: quatro sobre o uso geral do tabaco; três sobre o impacto do tabagismo à saúde humana, duas que discorrem sobre os gastos provenientes do tabagismo no Brasil e no mundo; há ainda uma matéria sobre os cigarros eletrônicos na luta contra o tabagismo e uma acerca da maconha.

Esta matéria sobre maconha também não é encontrada em outros analisadores, revelando a mesma possível inconsistência nos

resultados. Posteriormente confirmar-se-á ou não essa inconsistência. Ao pesquisar-se por "Consumo de tabaco", foram apresentados somente textos já aparentes nos analisadores anteriores.

Após procurar-se por "Vício", 12 novos textos foram exibidos atendendo ao termo pesquisado. Os temas em destaque foram o uso exacerbado de drogas, exposto em 8 destes textos, sendo 6 desses 8 sobre famosos que enfrentaram o vício; seguidos de formas de combate e prevenção ao vício, presente em 3 matérias e 1 delas discorria sobre a economia gerada ao parar de consumir cigarros, não tendo esta última matéria aparecido na busca por "cigarro".

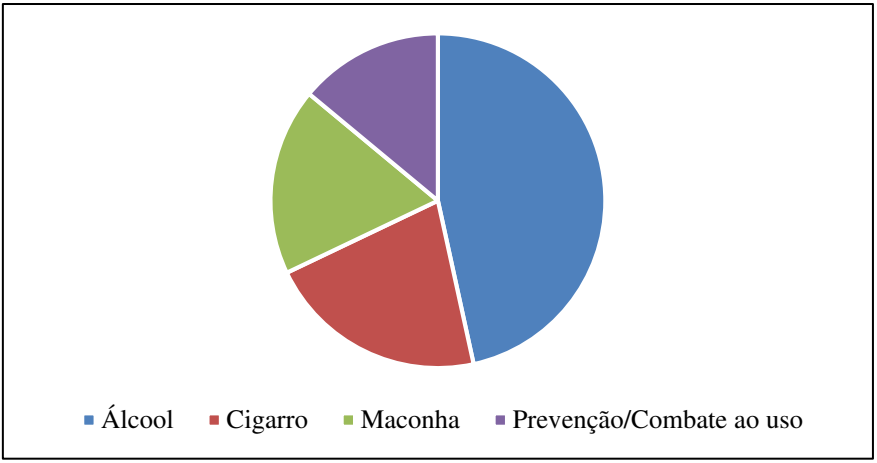
Ao pesquisar-se por "Dependência", foram apresentadas 16 matérias sobre o tema drogas. Dessas, 8 trouxeram a dependência química em seu conteúdo, 4 tratavam do combate, prevenção ou tratamento da mesma, 3 sobre as drogas e seus efeitos sobre a saúde humana e 1 sobre a maconha. Quando o termo inserido na busca foi "Dependência química" apenas matérias já mostradas em outras pesquisas foram encontradas.

O analisador "drogadição" revelou 5 conteúdos diferentes que pertenciam ao critério temporal e ao assunto drogadição simultaneamente. 4 deles tratam de questões judiciárias em torno da Cracolândia da cidade de São Paulo e o último diz respeito a um seminário sobre drogas. Ao procurar-se por "Adicção", não se obtiveram resultados.

Realizou-se uma tentativa de organização dos dados em função das drogas mais comercializadas no país. Apesar de não ter sido foco deste estudo buscar pesquisas comprobatórias sobre esta incidência no comércio das substâncias, a inferência é que o tabaco, o álcool e a maconha sejam as drogas mais comercializadas.

O gráfico 1 apresenta uma representação gráfica das matérias publicadas nestes últimos cinco anos quando observada a distribuição panorâmica dos assuntos nas 278 matérias que constituíram o quadro dessa pré-análise. Houve publicações sobre as distintas substâncias e houve também publicações que falavam de várias substâncias simultaneamente e tratavam de questões como a prevenção e o combate ao abuso de substâncias. Um dado importante de pesquisa consiste na quantidade de matérias sobre o consumo de alcóol, resultando em quase metade da amostra total.

Gráfico 1 - Temáticas mais recorrentes nos últimos cinco anos



Fonte: Elaboração própria.

Pré análise do Scielo Brasil

A *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca eletrônica científica online), comumente conhecido como Scielo Brasil, é um projeto resultante da cooperação entre a Fundação de Amparo à

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) e o Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (BIREME). Em 2002, a Scielo Brasil agregou a esta parceria o CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) que permanece até estes dias.

A Scielo Brasil trata-se de uma plataforma virtual em formato de site que abrange uma série de periódicos científicos brasileiros, visando desenvolver uma metodologia unificada que favorece a preparação, o armazenamento, a disseminação e a avaliação das produções científicas de várias áreas do conhecimento. O site é continuadamente atualizado em seu formato e conteúdo conforme os resultados dos projetos de pesquisa e seus avanços, estando sob a licença – com exceção de certos artigos – do *Creative Commons* (SCIELO BRASIL, 2020)

Para o primeiro tratamento do conteúdo, enunciaram-se as palavras que atendessem objetivos específicos desta pesquisa. Os termos para busca foram ora lançados isoladamente, ora lançados em forma de cruzamentos. A tabela abaixo apresenta a distribuição encontrada nestes primeiros filtros, a saber: todos os tipos de leitura, estudos brasileiros, publicados nos últimos 5 anos, temáticas mais aderentes ao estudo em Psicologia e respondentes aos termos escolhidos.

Em todos os cruzamentos pesquisados, a área temática que mais prevaleceu foi a das Ciências da Saúde, em segundo lugar encontra-se as Ciências Humanas, em terceiro as Sociais Aplicadas e por último a multidisciplinar.

Ao utilizar o termo “adicção” o número de publicações em ciências humanas, destaca-se, com relação às publicações de Ciências da Saúde, que não apresentava nenhum estudo respondente à busca. É possível perceber na organização dos dados acima, que mesmo nas demais áreas do conhecimento este termo segue em

desuso contrastando-se aos resultados encontrados pela busca do termo “vício”.

Tabela 2 - Distribuição por áreas temáticas na busca pelos analisadores e combinações no Scielo Brasil nos últimos 5 anos

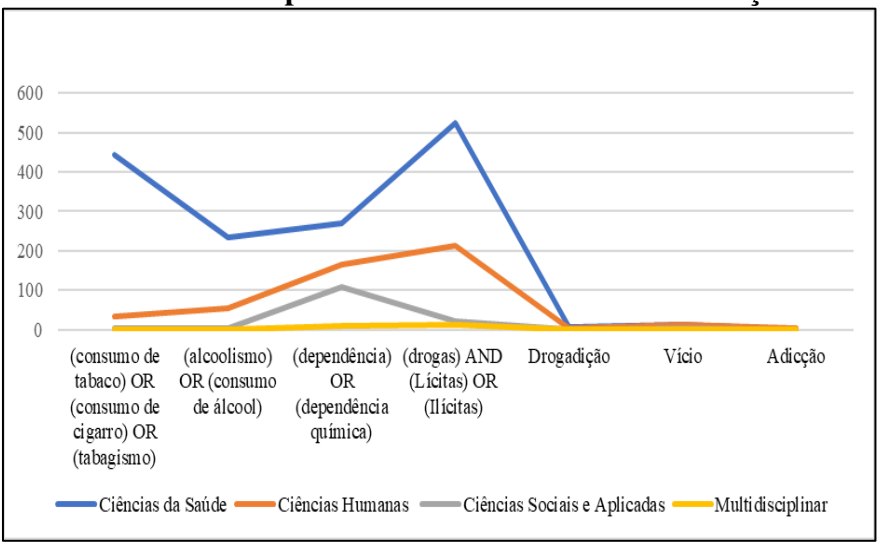
Termos de Busca (analisadores) e combinações	*Ciências da Saúde*	*Ciências Humanas*	*Ciências Sociais e Aplicadas*	*Multidisciplinar*
(consumo de tabaco) OR (consumo de cigarro) OR (tabagismo)	445	34	3	0
(alcoolismo) OR (consumo de álcool)	233	55	3	1
(dependência) OR (dependência química)	270	166	107	9
(drogas) AND (Lícitas) OR (Ilícitas)	524	213	21	11
Drogadição	6	4	1	0
Vício	12	11	2	0
Adicção	0	3	0	0

Fonte: Elaboração própria.

Neste caso, foi possível identificar um número muito mais elevado, com distribuição nas diversas áreas temáticas. Um fenômeno semelhante é percebido quando da utilização do termo “drogadição”, ou seja, um número esmagadoramente diminuto de publicações encontradas.

Todavia, alarmante mesmo fora a inexistência de estudos multidisciplinares que respondessem aos Tabagismo, Alcoolismo, drogadição, vício e adicção. Este dado pode indicar que as fronteiras das áreas de conhecimento ainda se mostram inflexíveis para o diálogo acerca destas temáticas, o que certamente implica em um grande prejuízo para a sociedade.

Gráfico 1 - Distribuição por temática no Scielo Brasil na busca pelos analisadores e suas combinações



Fonte: Elaboração própria.

O diálogo entre diferentes áreas do conhecimento é enriquecedor para a sociedade, tendo em vista que a mesma é constituída por seres humanos que são complexos e multideterminados por suas diferentes instâncias. Ser humano implica numa existência de constante integração entre os aspectos sociais, biológicos, emocionais e espirituais, como já concordam diversas áreas do conhecimento.

Desta forma, entende-se que a interdisciplinaridade consiste em um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento científico acerca da vida humana. O entendimento sobre esta questão é que a convergência das áreas de conhecimento pode ampliar olhares sobre o fenômeno da drogadição, potencializando o desenvolvimento da pesquisa científica e tornando-a mais influente na sociedade.

Verificou-se o resultado da soma dos valores encontrados dentro da área das Ciências Humanas e das Ciências Sociais e aplicadas para seus respectivos analisadores. Realizou-se, então, o exercício de comparar os valores encontrados da área temática das Ciências da Saúde com o resultado dessa soma.

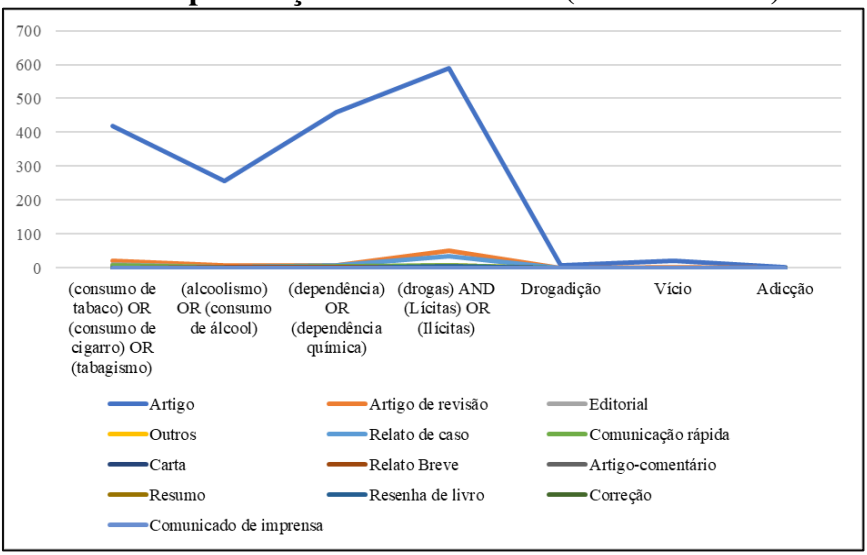
Os analisadores que tiveram seus resultados superiores as áreas humanas e sociais foram: consumo de tabaco OR consumo de cigarro OR tabagismo, alcoolismo OR consumo de álcool, drogas AND Lícitas OR Ilícitas e Drogadição. Por conseguinte, notou-se que as Ciências da Saúde ainda apresentavam certa hegemonia. Todavia quando da utilização dos analisadores "dependência OR dependência química" e dos termos adicção e vício as Ciências Humanas se sobressaem na comparação com as Ciências da Saúde.

Uma inferência cabível de ser feita a partir dessa pré análise, é que as áreas da saúde ainda não desenvolveram suficientemente sua compreensão acerca do aspecto mutlifatorial que envolve o fenômeno da drogadição.

Os analisadores em que as Ciências Humanas se sobressaíram estão mais relacionadas com os aspectos relacionais do sujeito com a droga e suas consequências. Enquanto os analisadores em que as Ciências da Saúde se sobressaíram se ocupam mais com a substância em si ou com as consequências do uso da substância.

O gráfico 3 apresenta a distribuição por tipos de leitura/publicação no Scielo Brasil sendo considerados os últimos 5 anos pela busca dos analisadores e suas combinações. Os dados apenas comprovam o que a maior prevalência de materiais publicadas é de fato em forma de artigo científico.

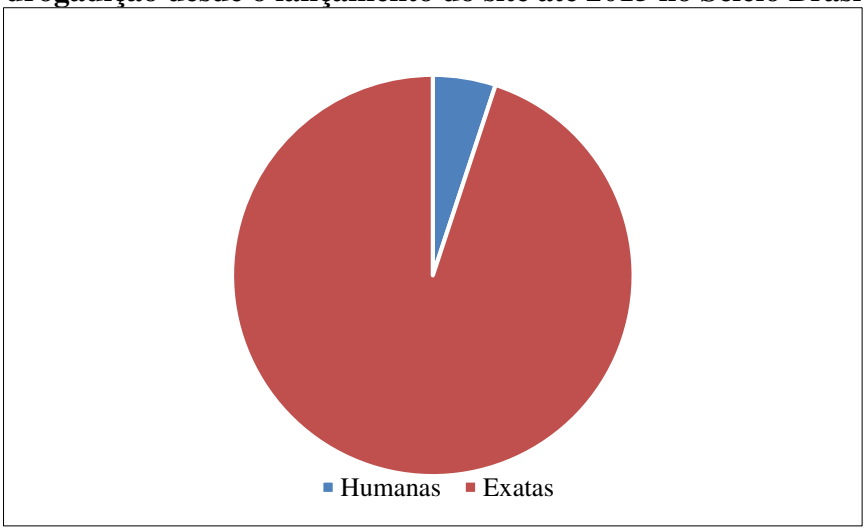
Gráfico 2 - Distribuição por tipos de leitura/publicação no Scielo Brasil (últimos 5 anos)



Fonte: Elaboração própria.

Os gráficos 4 e 5 mostram os resultados de uma busca comparativa na plataforma Scielo Brasil, na qual os dados totais encontrados dentro das áreas temáticas correlatas às Ciências Humanas foram unidos, assim como para as áreas temáticas correlatas as Ciências Exatas. Esta busca foi realizada utilizando-se dois tipos de critérios temporais.

Gráfico 3 - Publicações com os analisadores sobre drogadição desde o lançamento do site até 2015 no Scielo Brasi

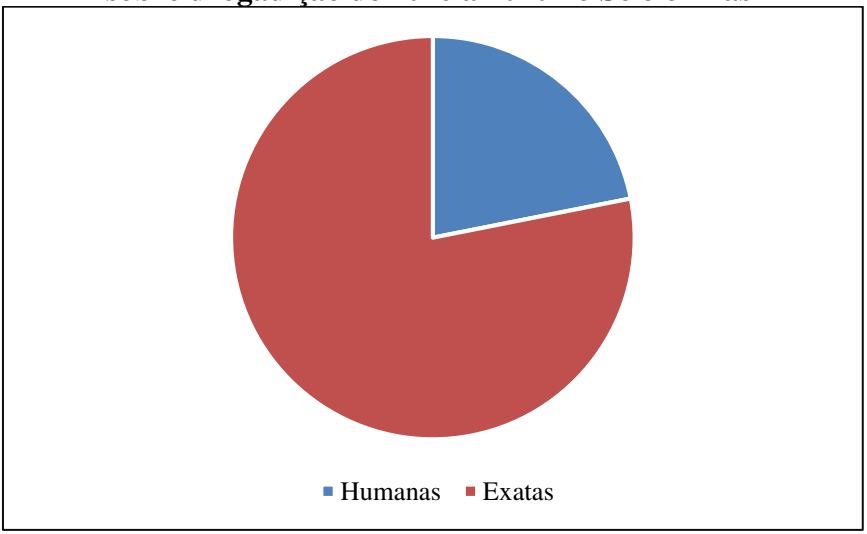


Fonte: Elaboração própria.

Primeiramente, buscou-se os materiais presentes dentro da plataforma, desde a sua fundação até a atualidade. No segundo momento, utilizou-se dos dados encontrados dentro dos últimos cinco anos.

Ao comparar os valores encontrados foi possível perceber uma mudança com relação a prevalência de publicações nas áreas temáticas. Inicialmente percebe-se que a maior incidência envolveu as áreas das Ciências Exatas, o que parece estar mudando nestes últimos anos já que quando se manteve o foco dos estudos no período de 2016 a 2020, mesmo que a prevalência tenha apontado às Ciências Exatas, houve um aumento considerável nas produções científicas dentro das Ciências Humanas.

Gráfico4 - Publicações com os analisadores sobre drogadição de 2016 a 2020 no Scielo Brasil



Fonte: Elaboração própria.

Pré-análise Folha de São Paulo

O jornal *Folha de São Paulo* foi precedido por outros três jornais lançados entre 1921 e 1925 pela empresa *Folha da Manhã S.A*., foram eles a *Folha da Noite, Folha da Tarde e Folha da Manhã*. Em 19 de fevereiro de 1921, um grupo de jornalistas sob a liderança de Olívio Olavo de Olival Costa deu origem ao jornal chamado *Folha da Noite*.

Olival, já tendo pertencido à redação do jornal O Estado de São Paulo, idealiza um jornal se dedicando a assuntos da área política, econômica e social por uma visão mais progressista com a proposta de fazer oposição ao seu antigo empregador, que

representava as elites agrárias da época, apresentando sempre visões conservadoras e tradicionais.

Em 1996, a *Folha* criou o Universo *On Line*, uma pagina na internet que era diariamente atualizada com textos de suas edições diárias da *Folha da Tarde*, *Notícias Populares*, *New York Times* e *Boston Globe* (traduzidos para o português), e da revista *IstoÉ*. A versão eletrônica do jornal *Folha de S. aulo* ficou conhecida como *Folha.com* até 20 de junho de 2012, como *Folha Online* até 23 de maio de 2010 e como *Folha Web* até 2000. Foi o primeiro jornal em tempo real da língua portuguesa (COHN; HIRANO, 2010).

Para proceder à análise de conteúdo Jornal Folha de São Paulo, utilizou-se a plataforma on-line da instituição, que permite o acesso ao acervo completo com publicações on-line e também com o acervo digital das versões impressas do jornal. O período analisado é de 2016 a 2020. Para tanto, foi necessário que os pesquisadores tivessem senha e cadastro como assinantes do jornal.

Durante a consulta do acervo, foi notória a dificuldade de separar as matérias da Folha de São Paulo por temas específicos de pesquisa, pois os resultados não atendiam necessariamente ao assunto em questão. Foi recorrente que a palavra estivesse de fato dentro da matéria, mas o conteúdo era aleatório, não tinha a ver com o abuso de substâncias, não eram sobre assuntos referentes ao termo e sim sobre variadas matérias que possuem as palavras digitadas.

A plataforma oferece, desta forma, a ferramenta de busca, mas fica sob a responsabilidade do pesquisador a filtragem de todas as reportagens. Isto pode dificultar o acesso a tais informações ao leitor, que não conseguirá fazer a leitura de todos estes resultados, podendo inclusive entender que não tem como prosseguir com a pesquisa. Neste sentido a acessibilidade da plataforma poderia ser mais funcional.

Os analisadores com maior incidência foram os termos: drogas, tráfico de drogas e dependência. Mas isto não indica recorrência e nem quantidade de informação sobre o assunto, uma vez que, muitas vezes estas palavras faziam intersecção com outros temas, figurando de forma aleatória no todo da matéria, e sem um caráter informativo. Já os termos encontrados com menor frequência nesta pré-análise apresentavam não apenas conteúdo informativo, mas também conscientizador, tendo sido as palavras: drogadição, adicto e adicção.

A plataforma distribui suas matérias em diversas seções, a saber: Tudo na folha, Editorias, Edição impressa, Blogs, Agora, Datafolha, Livraria da Folha e Especiais. Essas opções podem ser selecionadas uma a cada busca, sem a possibilidade de combinação entre os termos ou entre as seções.

Nas secções apresentadas, o leitor vai encontrar respectivamente todo o acervo, ou seja, todas as matérias publicadas no formato online pelo editorial da folha, a edição impressa do jornal digitalizada, a seção Opinião da Folha, matérias realizadas por blogs ligados ou não ao jornal, o Jornal Agora da Empresa Folha da Manhã S.A, as pesquisas do Grupo Folha (DATAFOLHA), uma seção de recomendação e publicidade de livros, e por fim, matérias que compõem uma edição especial.

Dentre estas seções, selecionou-se duas para uma maior exequibilidade da análise, uma vez que o universo de informações de todo tipo distribuído nestas seções é maior do que o escopo desta pesquisa conseguiria avaliar, ainda que panoramicamente. Aqui encerra-se já uma primeira sugestão para estudos futuros um aprofundamento na compreensão de cada uma dessas seções buscando o que cada uma delas divulga sobre a dependência química.

Neste momento optou-se por uma análise da versão impressa (digitalizada no acervo) e do Editorial de Saúde. Ao fazer esta transição de uma perspectiva global para a especificidade das duas referidas seções, ficou evidente a diminuição drástica no número de matérias vinculadas aos temas, o que pode ser percebido no gráfico a seguir.

Compreende-se que isto pode indicar a possibilidade de que muitas informações importantes tenham ficado nesta parte do banco de dados que não fora incluída na presente investigação, confirmando assim a necessidade de continuidade da pesquisa em tempos vindouros próximos.

A tabela 3 mostra resultados referentes a Edição Impressa divididos por analisadores e ano organizados quantitativamente. A figura 6 faz uma comparação entre o universo total que figurou quando da primeira inserção dos termos relativos à drogadição, e os resultados após seleção de dois recortes específicos: Editoriais de Saúde e Edições impressas digitalizadas.

Em função da quantidade de matérias acessadas, realizou-se apenas uma leitura panorâmica destes dados, depois da aplicação dos filtros. Obteve-se que as matérias convergiram em temas não análogos à pesquisa, isto é, diversas publicações que não apresentavam informação em si sobre dependência química, mas apenas uma menção das palavras associadas a drogadição.

Destaca-se ainda, vários resultados que diziam respeito a informações sobre política, alimentação e economia revelando que pouco conteúdo da área da saúde havia sido publicado nas versões impressas digitalizados do jornal. Desta forma, decidiu-se pela aplicação de um filtro disponível na plataforma para avaliar o conteúdo on-line, a saber: as matérias publicadas especificamente nos Editoriais de Saúde.

Tabela 3 - Resultados de Pré-análise: Edições Impressas digitalizadas dos últimos 5 anos

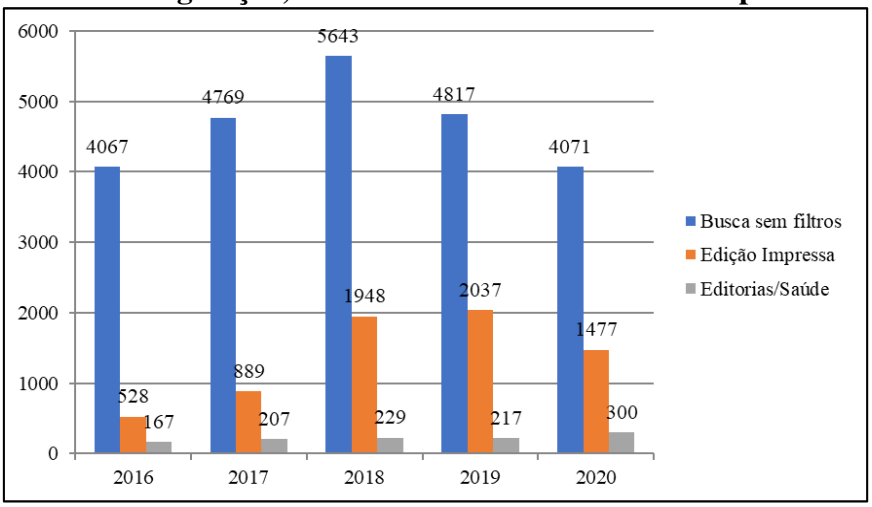
Resultados na Edição Impressa	2016	2017	2018	2019	2020	Total de matérias por tema
Drogadição	0	1	1	1	1	4
Drogadicto	0	0	0	0	0	0
Consumo de drogas	25	44	89	74	59	291
Consumo de tabaco	2	7	22	18	11	60
Tabaco	10	12	55	55	26	158
Alcoolismo	10	20	32	37	32	131
Alcoolista	0	0	0	0	0	0
Alcoólatra	11	20	49	19	11	110
Consumo de álcool	10	17	56	37	80	200
Dependência química	5	8	23	43	31	110
Drogas	217	360	836	654	574	2641
Tabagismo	9	4	12	20	15	60
Cigarro	33	39	94	93	63	322
Drogas ilícitas	2	6	17	24	19	68
Drogas lícitas	0	0	7	5	3	15
Vício	27	45	102	107	70	351
Viciado	22	26	40	32	28	148
Dependência	48	82	184	326	210	850
Usuário de drogas	17	36	34	36	23	146
Bebidas alcoólicas	12	15	38	58	62	185
Biqueira	0	0	2	0	3	5
Boca de fumo	1	6	9	9	2	27
Tráfico de drogas	67	151	335	226	152	931
Adicto	0	0	0	0	1	1
Adicção	0	0	0	0	1	1
Total de matérias em cada ano	528	899	2037	1874	1477	6815

Fonte: Elaboração própria.

Ainda que limitando a busca nesta secção específica sobre saúde, um número significativo de matérias foi encontrado, totalizando 1120 resultados. Esse número indicou a necessidade de reduzirmos a amostra sobre a qual uma análise de conteúdo se dará, tendo mantido como material de pesquisa para esta próxima etapa os resultados que figuraram como respondentes aos termos

dependência, dependência química, adicção, alcoolismo, alcoólatra, tabagismo e consumo de drogas. Isto deve-se ao fato de que neste

Gráfico 6 - Comparação entre os resultados totais sobre drogadição, Editoriais de Saúde e Versão Impressa



Fonte: Elaboração própria.

Ainda que limitando a busca nesta secção específica sobre saúde, um número significativo de matérias foi encontrado, totalizando 1120 resultados. Esse número indicou a necessidade de reduzirmos a amostra sobre a qual uma análise de conteúdo se dará, tendo mantido como material de pesquisa para esta próxima etapa os resultados que figuraram como respondentes aos termos dependência.

Dependência química, adicção, alcoolismo, alcoólatra, tabagismo e consumo de drogas. Isto deve-se ao fato de que neste momento mostra-se prioritário encontrar matérias que falem da relação entre o homem e substância numa perspectiva de saúde

pública, mais do que de segurança pública, nutrição ou outros aspectos.

Tabela 4 - Resultados Pré Análise Folha de São Paulo, Editoriais de Saúde, últimos 5 anos

Resultados na Editorias/Saúde	2016	2017	2018	2019	2020	Total
Consumo de drogas	7	16	11	14	19	67
Alcoolismo	3	4	5	3	5	20
Alcoólatra	1	1	3	0	0	5
Dependência química	0	3	4	3	8	18
Tabagismo	13	13	17	17	20	80
Dependência	13	17	21	11	19	81
Adicção	2	1	2	0	0	5
Total de matérias em cada ano	39	55	63	48	71	276

Fonte: Elaboração própria.

Durante a produção de resumos de cada reportagem, os números totais obtidos correspondem a 276 matérias, retirando as repetições o número apresentado é de 235 matérias. Percebeu-se também um número importante de matérias com mesmo título e conteúdo em outros sites relacionados ou não com a Folha de São Paulo, o que abriu margem pra dúvidas quanto ao autor de cada matéria e se são produzidas pelo jornal ou apenas anexadas a plataforma on-line.

De toda forma, na leitura das matérias contabilizou-se apenas 38 matérias não repetidas, correspondendo a 16,17% do todo. Essas últimas realmente trazem o tema da dependência química, apontando

para o papel social dos veículos de informação de alertar sobre o uso/abuso de substâncias envolvidas no processo de drogadição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta pré-análise foi possível levantar as informações históricas e amplas das três plataformas. Isto foi de grande importância para a presente pesquisa no sentido tornar mais claro o papel social que cada um destes veículos de informação vem desempenhando ao longo das últimas décadas.

Verificou-se, nesta primeira organização dos dados, que o universo de conteúdos provenientes da metodologia escolhida é em quantidade maior do que se mostra possível desenvolver uma exploração adequada, no período de alguns meses, que era o disponível para esta pesquisa.

Isto implicará que na próxima etapa da análise de conteúdo, a saber, a exploração de dados, seja necessário utilizar novos filtros para circunscrever melhor a amostra sobre a qual a análise de conteúdo se desenvolverá.

No que tange a drogadição e às publicações sobre este tema nas três plataformas investigadas, é possível afirmar que diante do escopo total das matérias, o número de inserções sobre a questão é diminuto. Nesta pré-análise fica evidente o espaço ainda muito restrito que esta temática ocupa nos conteúdos gerais das plataformas de informação, além disso a completa inexistência de dados que respondam aos termos adicção, drogadição e correlatos que concebam o uso de substâncias em sua relação com aspectos emocionais implícitos.

Isto quer dizer que os termos mais utilizados nas três plataformas são as mesmas palavras utilizadas no senso comum, que privilegiam às vezes um olhar moralizante da dependência, ou biologizante, o que demanda uma urgente reflexão. Os dados alcançados passarão pela próxima etapa da análise de conteúdo, a saber: a exploração de dados.

Apesar disso, pode-se destacar que nos Editoriais de Saúde do Jornal Folha de São Paulo, notou-se houve um crescimento importante destas publicações na transição do ano de 2019 para 2020, elevando o quantitativo em quase 60% a mais de matérias. No acesso a esta primeira organização de dados da Revista Veja, um dado importante de pesquisa consiste na quantidade de matérias sobre o consumo de álcool, resultando em quase metade da amostra total resultante das aplicações dos filtros.

O grande destaque da plataforma Scielo Brasil envolve o aumento significativo das publicações nos últimos cinco anos. De 1998, data de inauguração da plataforma, a 2015, as publicações sobre drogadição eram feitas hegemonicamente pelas Ciências Exatas, todavia no período 2016-2020, as Ciências Humanas ampliaram a quantidade de artigos em cerca de três vezes mais, ainda que a maior incidência continue sendo das Exatas.

Aspecto importante a destacar é que esta primeira etapa da análise de conteúdo está longe de ser um estágio meramente preliminar, uma vez que mesmo num contato inicial com as plataformas, quando a metodologia de organização dos dados foi aplicada, enunciados importantes começaram a ser vislumbrados e decisões fundamentais de pesquisa foram tomadas. Conclui-se, dessa forma, que a pré-análise já consiste em trabalho elucidativo de um conteúdo e lança bases para que gradativamente os sentidos possam emergir.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Editora Edições 70, 2016.

BASTOS, F. I. P. M. *et al*. (orgs.). **III Levantamento Nacional sobre o uso de drogas pela população brasileira**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2017.

COHN, A.; HIRANO, S. **Folha de São Paulo Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010.

FOLHA DE SÃO PAULO. "Folha de S. Paulo". **Grupo Folha** [2020]. Disponível em: <www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 23/09/2022.

GOMES, E. F.; BARROS, S. E. O. "Impacto e a influência da mídia sobre a produção da subjetividade". **Anais do XV Congresso da Associação Brasileira de Psicologia Social**. Maceió: ABRAPSO, 2014.

QUEIROZ MACEDO, J. *et al*. "Concepções e vivências de estudantes quanto ao envolvimento com substâncias psicoativas em uma escola pública de Ribeirão Preto, São Paulo, Brasil". **Ciencia y Enfermería**, vol. 20, n. 3, 2014.

SALIM, A. L. D.; SANTOS, E. F. "Toxicomania e Pulsão". **Psicanálise e Barroco em Revista**, vol. 16, n. 2, 2018.

SCIELO BRASIL. "Scientific Electronic Library Online". **Scielo Brasil** [2020]. Disponível em: <www.scielo.br>. Acesso em: 22/09/2022.

SILVA, J.; BARICHELLO, E. “A Representação das Organizações no Espaço Midiatizado”. **Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Brasília: UnB, 2006.

UNODC - Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. **Relatório Mundial sobre Drogas**. Viena: United Nations publication, 2018.

URQUIZA, M. A.; MARQUES, D. B. “Análise de conteúdo em termos de Bardin aplicada à comunicação corporativa sob o signo de uma abordagem teórico-empírica”. **Entretextos**, vol. 16, n. 1, 2016.

VELASQUEZ, M. C. C.; KUSHNIR, B. **VEJA**: Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CAPÍTULO 5

A Psicologia Positiva e sua Aplicação nos Contextos do Trabalho: Questões Teóricas e Práticas

A PSICOLOGIA POSITIVA E SUA APLICAÇÃO NOS CONTEXTOS DO TRABALHO: QUESTÕES TEÓRICAS E PRÁTICAS

Adaiane Amélia Baccin

Silvio José Lemos Vasconcellos

A Psicologia Positiva, como área do conhecimento e campo de atuação, por meio de seus princípios, visa dar atenção e enaltecer os aspectos positivos da condição existencial dos seres humanos, suas características e virtudes. (SELIGMAN, 2002). Nessa perspectiva, a aplicação dos preceitos da Psicologia Positiva colabora para a adoção de estratégias e de intervenções que visam melhorar vários aspectos da nossa vida pessoal e profissional.

Além disso, os conhecimentos construídos com base em seus pressupostos podem auxiliar o florescimento humano nos ambientes de trabalho (SILVA *et al*., 2022). Para isto, são necessárias políticas e práticas de gestão positiva que promovam melhorias no dia-a-dia da vida organizacional, buscando qualidade de vida, bem-estar e felicidade no trabalho. (SILVA; BOEHS; CAGNIER, 2017).

O trabalho nas organizações muitas vezes é permeado por situações de elevado estresse e incidência de adoecimentos em seus trabalhadores. Tais fatores demonstram o quanto é preciso ressignificar o foco habitual nos problemas humanos e passar a dar atenção às virtudes, qualidades e fortalezas dos seres humanos. Esses aspectos são destacados com o surgimento da Psicologia Positiva que vai além das patologias e dificuldades humanas e ressalta as qualidades e potencialidades.

Nessa perspectiva, é importante que as instituições busquem valorizar seus trabalhadores e que também possam aderir a esses pressupostos e passem a "focar na qualidade de vida, no bem-estar e sobretudo, na felicidade dos seres humanos quando em situações de trabalho" (CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

Os princípios da Psicologia Positiva são formados pelos propósitos essenciais de valorização das potencialidades e virtudes humanas, além de pesquisar e intervir na realidade histórica e social das organizações, com vistas à criação de condições culturais, estruturais e de processos que gerem contribuição, alinhadas aos valores, à missão e à visão institucional.

Os referidos princípios podem contribuir efetivamente para construir ambientes físicos e psíquicos prazerosos, otimistas, esperançosos, autênticos, que sejam de honestidade e confiança entre os integrantes da comunidade organizacional. Tais ideias são denominadas, na literatura, como organizações saudáveis, por se tratarem de espaços sociais organizados, em que se busca alinhar qualidade de vida, bem-estar e felicidade, com produtividade e qualidade de produtos e serviços oferecidos (CSIKSZENTMIHALYI, 2004).

Este capítulo tem como objetivo apresentar constatações dos autores advindas de pesquisas científicas, em especial da revisão sistemática publicada pelos mesmos. Além de relatar projetos de ações práticas desenvolvidas que demonstram algumas possibilidades de aplicação dos pressupostos da Psicologia Positiva em ambientes de trabalho.

Dessa forma, o presente capítulo está estruturado em 3 partes, a saber: Na parte 1- contempla o resumo de conteúdos teóricos advindos de constatações científicas efetuadas na revisão sistemática já produzida e publicada por Baccin *et al*. (2020). O artigo foi

intitulado: *"A Psicologia Positiva e sua aplicação nos contextos do trabalho"*.

Quanto aos procedimentos metodológicos, trata-se de uma Revisão Integrativa de Literatura. Serão apresentados 3 trabalhos, um em cada parte do capítulo, nos quais serão informados em detalhes no decorrer da exposição e apresentados os caminhos adotados ao longo do desenvolvimento, do registro, da análise das informações e dos resultados obtidos em cada trabalho.

Em suma, refere-se na parte 1 de uma revisão sistemática e nas partes 2 e 3 respectivamente de estudos descritivos do tipo relato de experiência de um projeto institucional e da utilização de *Mindfulness* com grupo de trabalhadores durante trabalho administrativo realizado pelos mesmos. Nos relatos de experiência o*s* participantes são colaboradores em exercício de um hospital de ensino do interior do Rio Grande do Sul, Brasil.

Na parte 2, será apresentada uma breve descrição de atividades desenvolvidas em prol da saúde dos trabalhadores na pandemia Covid-19 no interior do Rio Grande do Sul em 2020, por meio do projeto *"Cuidar de quem cuida dos pacientes e do HUSM"*. Na qual serão explicadas as etapas desde o planejamento até a conclusão das ações e seus resultados no apoio aos profissionais do hospital para promoção da saúde integral diante do contexto pandêmico.

E na parte 3 será compartilhado o relato de experiência de trabalho intitulado: *"Mindfulness como estratégia para melhorar o desempenho e a satisfação em atividade administrativa por trabalhadores em hospital"*. Na referida parte também serão incluídas considerações de autores a respeito da importância do *Mindfulness.*

RESUMO DA REVISÃO SISTEMÁTICA: A PSICOLOGIA POSITIVA E SUA APLICAÇÃO NOS CONTEXTOS DO TRABALHO

A Psicologia Positiva propõe uma nova abordagem à Psicologia, apresenta o estudo científico das potencialidades e virtudes humanas, valoriza as forças pessoais, buscando o desenvolvimento.

Aplicar os preceitos da Psicologia Positiva no contexto laboral requer que os profissionais da área de gestão de pessoas assumam uma nova postura, buscando visualizar um novo cenário frente seus colaboradores. Utilizar-se das contribuições da área é assimilar novas formas de gerir pessoas, direcionada para o desenvolvimento e reconhecimento das potencialidades, das forças e virtudes dos trabalhadores (COGO, 2011).

As investigações na área da Psicologia das Organizações e do Trabalho, que antes estavam mais direcionadas à análise dos malefícios físicos e psicológicos à saúde do trabalhador, também foram redirecionadas. Assim, começa a ter destaque a abordagem do comportamento organizacional positivo (YOUSSEF; LUTHANS, 2007).

Fenômenos como o bem-estar laboral, por exemplo, passaram a ocupar cada vez mais a atenção dos pesquisadores organizacionais interessados em aprofundar o conhecimento acerca de suas dimensões, antecedentes e consequentes. Por exemplo, um dos construtos bastante estudado é o engajamento no trabalho, que para a Psicologia Positiva, pode gerar ou aumentar o bem-estar dos indivíduos no trabalho (SCHAUFELI; DIJKSTRA; VAZQUEZ, 2013).

É relevante destacar que a Psicologia Positiva aposta em uma Psicologia voltada para os aspectos saudáveis, para a saúde, o bem-estar, a auto realização pessoal como um novo campo de estudos científicos. Nesse sentido, investe em sua utilização na prevenção dos transtornos mentais, sendo uma nova proposta de promoção de saúde, investindo na busca da satisfação de vida e na felicidade como geradores de bem-estar (SELIGMAN, 2004).

Diante desse contexto, a prática da Psicologia Positiva, também propõe estimular o desenvolvimento das forças positivas inerentes à pessoa e sugere o investimento em intervenções nos ambientes laborais. Além disso, aborda aspectos relacionados à resiliência e às forças no desenvolvimento humano tais como: sabedoria e conhecimento, coragem, amor, justiça e transcendência (SELIGMAN; PETERSON, 2003). Nessa mesma perspectiva, Cogo (2011) pontua que voltar o foco a intervenções que cultivem a saúde mental reduz o preconceito e o estigma.

O presente estudo buscou investigar e apresentar a produção científica na área da Psicologia Positiva e sua utilização no contexto do trabalho, tendo como objetivo realizar a revisão sistemática para investigar, por meio da busca e análise de trabalhos científicos, publicados de 2015 a 2019, a fim de identificar o estado de conhecimento produzido sobre o assunto na América Latina.

A temática em estudo justifica-se pela relevância de obter conhecimento acerca da aplicação da Psicologia Positiva no contexto organizacional, tendo em vista, a importância de investigar produções científicas que tratem, especificamente, da aplicação dos constructos da Psicologia Positiva, com amostras significativas, boas consistências internas, que tenham sido verificadas as correlações entre as variáveis e realizadas as análises fatoriais, para serem utilizadas na prática ou no desenvolvimento de escalas para avaliação em ambientes laborais.

O estudo constituiu-se de uma revisão sistemática de artigos, a considerar de 2015 até 2019, nas bases de dados Scielo, Pepsic e Lilacs, com os seguintes descritores: "Psicologia Positiva" e "Trabalho" nas línguas Portuguesa, positive psychology and work na língua Inglesa e psicología positiva y trabajo na língua Espanhola. Foram encontrados (92) artigos, (74) excluídos após aplicar os critérios de elegibilidade, por não versar sobre a Psicologia Positiva, não estar relacionado ao contexto do trabalho, ser estudo bibliográfico e de revisão ou por estarem repetidos. Atendendo aos critérios de inclusão, (13) artigos estão citados nesta revisão.

Os resultados demonstraram que a maioria dos estudos selecionados tratam da aplicação e desenvolvimentos de escalas que utilizam os constructos da Psicologia Positiva, tendo possibilidade de intervenções por meio da Psicologia Positiva. Considerando os resultados encontrados, foi possível observar que a quantidade de publicações que tratam de aplicações da Psicologia Positiva nos contextos do trabalho ainda é pouco expressiva. Embora seja uma área que está em expansão no meio científico (PALUDO; KOLLER, 2007).

Foi possível identificar que a maioria dos artigos encontrados utiliza a Psicologia Positiva como paradigma de trabalho, sendo poucas as propostas de intervenção. Os estudos efetuados na perspectiva da Psicologia Positiva procuram discutir, entender e promover questões que se relacionam à saúde e aos fatores positivos do ser humano, aspectos que contribuem com desenvolvimento do comportamento organizacional positivo (LUTHANS, 2002).

As intervenções em Psicologia Positiva, visam o aumento das emoções positivas e do bem-estar dos participantes, por meio da indução de atividades e exercícios (SELIGMAN, 2011). Também podem ser realizados, os denominados programas de desenvolvimento positivo, que são intervenções com maior

amplitude, com foco em construir qualidades positivas nas pessoas e em promover aspectos positivos do desenvolvimento.

Ao proceder à análise de todos os estudos, destacam-se os estudos que envolvem o constructo da Psicologia Positiva Engajamento no Trabalho, com prevalência de 31%, ou seja, (4) dos (13) estudos utilizam o Engajamento para as pesquisas e construção de escalas.

Foi observado que o construto Engajamento foi o mais pesquisado e corroborou o resultado que apareceu nas análises dos instrumentos de pesquisa utilizados nos estudos encontrados, sendo o mais utilizado a Escala de Engajamento no Trabalho (UWES-9) de Vazquez *et al*. (2015).

A escala de engajamento apontou correlação positiva com sentimentos positivos associados ao trabalho. De acordo com Ferreira *et al*. (2016), o instrumento citado demonstrou em todos os estudos ter propriedades psicométricas adequadas para ser utilizado, o que pode ser expressivo pelo fato de que, o tema Engajamento é um dos temas centrais da Psicologia Positiva (SELIGMAN, 2011).

Para a seleção dos estudos desta revisão, também foi considerado o tamanho da amostra, sendo selecionados os artigos com amostras de 284 até 2.897 participantes, reduzindo assim o viés dos estudos, além da certificação de que foi realizada a verificação das correlações, os índices de consistência interna e efetuadas as análises das propriedades psicométricas necessárias em cada estudo.

Desta forma, podemos destacar os elevados índices de confiabilidade e a indicação da utilização das escalas, bem como a aplicação dos construtos da Psicologia Positiva nos ambientes laborais. No Brasil, a construção e validação de escalas estão em expansão e nesta revisão sistemática foi possível confirmar a qualidade das escalas que têm sido desenvolvidas e validadas no

Brasil (INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA, 2015).

A presente revisão possibilitou a compreensão do panorama da Psicologia Positiva no cenário científico, reflete-se sobre aspectos que demonstram ainda haver pouca produção científica, o que projeta um possível futuro para essa área, pois se apresenta como um importante campo para novas pesquisas e intervenções.

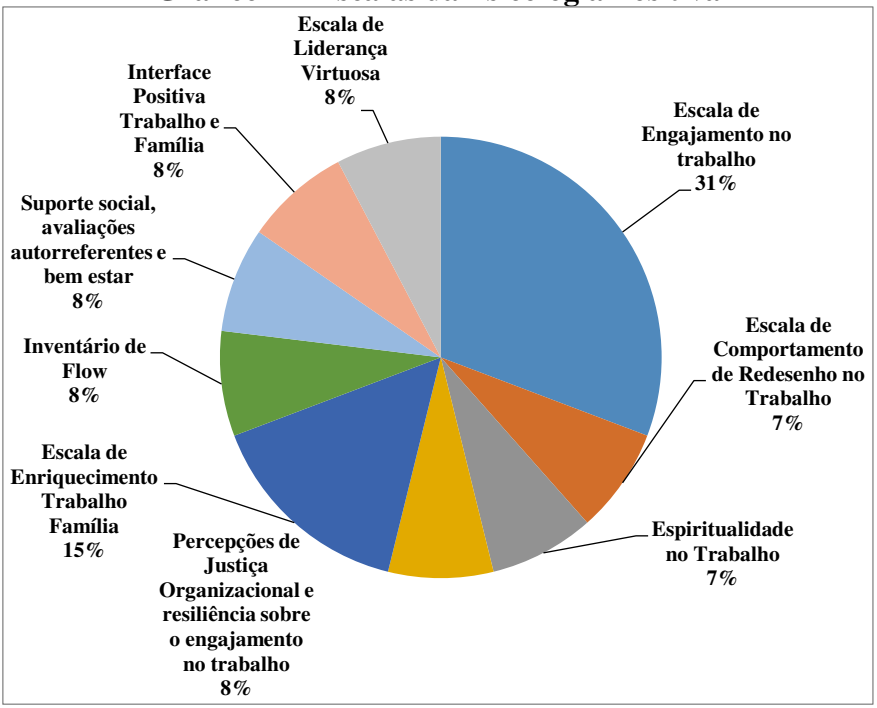
Além disso, é possível proporcionar aos investigadores inúmeros campos de análise, e principalmente muitos por serem explorados. Também foi analisada a qualidade de vida e a produtividade de profissionais em diferentes contextos e situações vivenciadas.

Entre as 13 publicações que utilizaram a Psicologia Positiva e seus constructos aplicados nos contextos que envolvem o trabalho nas mais variadas áreas, instituições ou organizações, no que diz respeito às escalas utilizadas nas pesquisas, destaca-se a utilização de diversas escalas. Percebe-se assim a grande variedade de escalas que tem como base constructos da Psicologia Positiva e são de grande relevância para a realização de pesquisas.

No que se refere aos fenômenos em estudo, observou-se investimento nas pesquisas que envolvem a avaliação da qualidade de vida das pessoas, a identificação das forças e virtudes, o bem-estar psicológico, o engajamento no trabalho, o otimismo e suporte social, além do nível de bem-estar no trabalho e justiça organizacional.

O inventário de levantamento das dificuldades da decisão profissional, o questionário sobre otimismo e fatores psicossociais. Todos os aspectos citados estão diretamente relacionados ao trabalho ou a melhoria das condições de saúde, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Escalas da Psicologia Positiva



Fonte: Elaboração própria.

Lacunas importantes foram identificadas, como escassas pesquisas empíricas, além de poucos estudos contemplando áreas importantes, como a psicologia organizacional. Porém, é importante ressaltar que a Psicologia Positiva se propõe a ir além dos construtos teóricos e âmbitos de atuação encontrados neste artigo.

A ciência e a prática da Psicologia Positiva são amplas, e o objetivo maior e principal é alcançar o entendimento científico e efetivo de como ajudar indivíduos, famílias, instituições e comunidade em geral a prosperarem e desenvolverem suas forças e virtudes, para assim atingir mais bem-estar (SELIGMAN, 2002).

Ressalva-se que não houve conflitos de interesse na redação do presente artigo, tampouco os artigos analisados declararam conflitos de interesse que poderiam enviesar seus resultados. Além disso, não foi necessário a inserção dos procedimentos éticos adotados por se tratar de uma revisão sistemática.

A revisão sistemática realizada ampliou o conhecimento dos conceitos e propósitos da Psicologia Positiva, além disso, as constatações científicas dos estudos selecionados, fomentaram ideias sobre novas práticas a serem desenvolvidas nos ambientes de trabalho. Nesse sentido, apresenta-se a seguir o relato de experiência de dois projetos desenvolvidos com trabalhadores de um hospital. Os projetos priorizam a saúde, o bem-estar e o desenvolvimento das potencialidades dos trabalhadores.

APLICAÇÕES PRÁTICAS

Relato de experiência do projeto cuidar de quem cuida, dos pacientes e do Husm

No contexto de trabalho em Hospitais, ao recebermos as primeiras notícias sobre a pandemia, além de todo o planejamento para os atendimentos no novo cenário, a preocupação se voltou também aos trabalhadores do hospital, que teriam grandes desafios a serem enfrentados, precisando mais do que nunca de receber suporte tanto a nível emocional quanto profissional.

Entende-se ser essencial, além do atendimento aos pacientes, dedicar atenção também à saúde e bem-estar de todos os trabalhadores e gestores, o que foi realizado por meio de treinamentos e orientações voltadas ao próprio cuidado.

Tais atores são imprescindíveis para todas as atividades desenvolvidas. Consideramos ser extremamente necessário, cuidar dos que cuidam, buscando evitar que os efeitos psicológicos causados pelo estresse fossem devastadores podendo comprometer, inclusive, os cuidados ofertados aos usuários, tão fragilizados devido a pandemia.

Diante dessas considerações, a equipe entendeu que seriam pertinentes outros passos para a oficialização e registro na instituição do futuro projeto, o que se deu por meio da realização de reuniões institucionais com representantes de diversas áreas da gestão de pessoas e do Grupo de Trabalho de Humanização.

Na ocasião, foi exposta a ideia e muito bem acolhida por todos os presentes. Então, procedeu-se à escrita do projeto e a busca de mais parcerias para seu desenvolvimento, como representantes de algumas unidades do Hospital, além de professores da UFSM integrantes do Centro de Ciências da Saúde, dos Cursos de Psicologia, Medicina e Enfermagem, e ainda do Colégio Politécnico da UFSM.

Em seguida, encaminhamos para a apreciação do Comitê de Enfrentamento do SARS-CoV2 do HUSM-UFSM e do Colegiado Executivo do Hospital, que prontamente aprovaram a iniciativa, nos autorizando a iniciarmos as atividades propostas e fornecendo o apoio necessário para sua efetivação.

O planejamento das ações foi feito tendo como vistas o conceito de saúde da OMS de 2014, que define saúde como o estado de bem-estar no qual cada indivíduo percebe seu próprio potencial, consegue lidar com o estresse normal da vida, pode trabalhar de forma produtiva e frutífera e é capaz de fazer uma contribuição para a sua comunidade.

A saúde mental está diretamente relacionada à capacidade individual de lidar mentalmente com as situações, transformar e

encontrar um significado para os estressores e os desafios da vida. As ações foram previstas de acordo com a realidade do Hospital Universitário de Santa Maria.

O projeto recebeu o título "Cuidar de quem cuida, dos pacientes e do HUSM", possui o embasamento teórico na Psicologia Positiva, que desde o final dos anos 90 promoveu um ajuste no foco da psicologia para que aspectos saudáveis também pudessem receber atenção (SELIGMAN; CSIKSZENTMIHALYI, 2000).

Cuidar significa também cultivar o que temos de melhor e auxiliar as pessoas a florescerem. (SELIGMAN, 2019). Nesse sentido, a Psicologia Positiva busca auxiliar as pessoas a mudar os pontos de vista, a superar dificuldades de forma mais eficaz, trabalhar de maneira produtiva, ter melhores relações sociais, estar mais disposto a contribuir e ter melhor saúde e mais expectativa de vida com saúde e bem-estar.

Os temas foco da Psicologia Positiva são a emoção positiva, o engajamento, o sentido, os relacionamentos positivos e a realização. Aspectos estes que buscamos desenvolver nos trabalhadores do hospital. Promover o potencial e o bem-estar humano, auxiliando o indivíduo a construir uma vida prazerosa, engajada e com sentido (PACICO; BASTIANELLO, 2014).

A Psicologia Positiva também pesquisa experiências humanas difíceis e causadoras de dor, como o sofrimento por perder pessoas. Nesse aspecto, no decorrer da vida, há pessoas que sofrem profundamente e é difícil a recuperação, outros suportam bem as perdas e traumas, sem que precisem interromper sua aptidão para trabalhar e relacionar-se. Por exemplo, a resiliência e a autocompaixão podem ser essenciais para enfrentar as adversidades causadas pela Pandemia (ZANON *et al*., 2020).

Em estudo efetuado no contexto brasileiro, foi verificado que a autocompaixão demonstra relações positivas e moderadas com a

autoestima e a autoeficácia (SOUZA; HUTZ, 2016). De acordo com Seligman (2011) a Psicologia Positiva é concebida como "aquilo que escolhemos por si mesmo". Para o autor, a teoria da felicidade autêntica consiste em realizar a análise de fatores escolhidos por eles mesmos, que são a emoção positiva, ou seja, o engajamento, podendo ser caracterizado como a entrega total, uma certa fundição sem medir esforços para o envolvimento e o sentido, que pode ser considerado fazer o que tem propósito na vida, o que acredita ser maior do que si mesmo.

De acordo com Paschoal e Tamayo (2008), a felicidade e o bem-estar são termos que se associam na literatura científica, onde o campo do bem-estar reporta-se ao estudo científico da felicidade. Na área do bem-estar geral, duas grandes correntes podem ser destacadas: a do bem-estar subjetivo e a do bem-estar psicológico, nas quais a diferença entre ambas consiste na concepção de felicidade adotada.

No ano de 2020, a humanidade enfrentou a pandemia, causada pela COVID-19, a qual é caracterizada também como um incidente crítico grave, que gerou diversos impactos às pessoas, tanto pelas perdas de familiares, adoecimentos e demais restrições que afetaram também a nível econômico e social. Neste sentido, a Psicologia Positiva pode contribuir para reduzir sintomas psicopatológicos por meio de seus achados que podem promover subsídios para intervir em diversos contextos (SILVA; DAMO, 2020).

As principais ações do projeto "Cuidar de quem cuida, dos pacientes e do HUSM" foram os atendimentos Psicológicos on-line, oferecido por sete Psicólogos voluntários, a maioria integrantes do Grupo de Pesquisa e Avaliação de Alterações da Cognição Social (PAACS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e as *lives* promovidas, que por meio das temáticas tratadas objetivaram: Potencializar as forças e virtudes dos colaboradores; Promover

emoções positivas; Auxiliar no enfrentamento ao estresse, a ansiedade e o medo frente à crise; Estimular o autocuidado e a empatia entre todos os trabalhadores; Realizar o acolhimento às demandas e sugestões dos participantes de novas temáticas a serem apresentadas;

Dessa forma, observou-se que a proposta de oferecer um projeto dedicado aos trabalhadores, estava atendendo demandas já apontadas em estudos anteriores, a exemplo dos trabalhos que envolvem a temática do Engajamento no trabalho, constructo tão importante a ser cada vez mais investido.

Nesse sentido, cabe destacar a pesquisa de Vazquez *et al*. (2015), a qual teve como finalidade validar para a versão brasileira a escala Utrecht Work Engagement Scale (UWES). Além do estudo de Gotardo e Ferreira, (2015) que buscou investigar o impacto do suporte emocional, instrumental e informacional no trabalho e das avaliações autorreferentes sobre o bem-estar laboral, operacionalizado por meio da satisfação no trabalho e dos afetos positivos dirigidos ao trabalho.

Nessa mesma perspectiva, corroborando com a temática desenvolvida no projeto, é válido destacar o estudo intitulado: "O impacto da espiritualidade sobre o bem-estar laboral", realizado com 344 participantes, no qual foi realizado a análise fatorial exploratória e estatística descritiva e verificado o coeficiente de correlação.

As análises de regressão múltipla evidenciaram que as dimensões da espiritualidade no trabalho associadas ao sentido do trabalho e ao sentimento de comunidade predisseram positiva e significativamente a satisfação no trabalho, o comprometimento organizacional afetivo e os afetos positivos dirigidos ao trabalho. São temáticas relevantes a serem desenvolvidas em atividades que se relacionem diretamente com a aplicação no contexto de trabalho (SILVA; FERREIRA, 2015).

Além da promoção da saúde, as ações do projeto também objetivaram o autoconhecimento, orientando o aperfeiçoamento de hábitos alimentares, prática de atividade física e gestão do estresse. Para isso, contou com profissionais de diversas áreas do conhecimento, com vistas ao trabalho interdisciplinar em prol da vida. As *lives* versaram sobre cuidado com a saúde integral, com vistas ao completo bem-estar, nos aspectos físico, mental, social e espiritual.

Nossas perspectivas com o projeto vieram ao encontro das afirmações encontradas no livro "Vidas que Mudaram", escrito durante a pandemia, que fomentam o desenvolvimento das qualidades psicológicas positivas e esperam ajudar as pessoas a enfrentar melhor os desafios que as cercam.

Na referida obra, os autores afirmam que ao proporcionarmos às pessoas acesso aos preceitos básicos da Psicologia Positiva, estamos colaborando com subsídios para um melhor enfrentamento das situações que vão além do que está circunscrito pela pandemia (SILVA, DAMO, 2020).

A primeira *live* recebeu o título do projeto e foi de apresentação, contextualizando até a escolha do título, que buscou abranger a todos os trabalhadores do hospital, independente da área em que atuam, pois todos têm papel fundamental para que as atividades sejam realizadas e possamos cumprir com nosso papel enquanto instituição hospitalar assistencial e de ensino.

No primeiro momento, foi explicado como seriam os encontros, como se daria o Plano de Ações e Estratégias de Enfrentamento voltadas à Saúde Mental dos Trabalhadores durante a Pandemia, além de serem fornecidas orientações psicológicas para auxiliar na promoção de emoções positivas em suas vidas e no ambiente de trabalho.

Foram apresentados os objetivos, a justificativa de sua realização, valorizando a importância da missão de cada profissional da instituição em momento tão delicado como o da pandemia e demonstrando o quanto estamos juntos para nos cuidar.

Na referida live, foi feito com os participantes a Técnica da Prática da Gratidão que consiste em escrever três aspectos dos quais a pessoa é grata naquele dia e foi indicado fazer diariamente ao final do dia e explicado seu motivo, que é comprovado cientificamente que pessoas mais gratas aumentam seus níveis de felicidade e de bem-estar. Ao fazermos a técnica, nos habituamos a pensar naquilo que somos gratos e que nos faz sentir gratidão, assim passamos a focar mais nas questões positivas do que nas negativas.

Foi verificado em estudo científico, que podemos aumentar a satisfação no trabalho por meio de intervenções de gratidão institucionalizando a gratidão na cultura do local, pois pessoas com sentimento de gratidão, ao se sentirem regularmente gratas aos outros tendem a sentirem-se amadas e cuidadas (ANDERSSON; GIACALONE; JURKIEWICZ, 2007). Dessa forma, a equipe aprendeu que ao dar mais ênfase no que é positivo, tornou-se possível aumentar o bem-estar e a saúde mental.

As temáticas de cada *live* foram escolhidas com base na análise da psicóloga coordenadora do projeto e demais integrantes, também pelos membros do GTH. Outra forma deu-se pela análise das solicitações e sugestões dos participantes inseridas nos formulários de avaliação de reação, com espaço para as manifestações.

Os facilitadores foram convidados considerando a expertise nas temáticas e possuem formação em variadas áreas tais como Enfermagem, Medicina, Psicologia, Fisioterapia, Física, Assistente Social, Educação física, Nutrição, Direito, Terapia Ocupacional, Arquitetura, Administração e em Segurança no Trabalho.

Considerou-se que o projeto atingiu seus objetivos e teve grande amplitude diante de tantos temas trabalhados e que envolvem diferentes áreas do conhecimento. As temáticas tratadas foram elogiadas durante o desenvolvimento do projeto pelos participantes. As devolutivas de cada *live* puderam ser apreciadas pela coordenadora do projeto tanto pela análise das colocações dos participantes, tanto verbais quanto escritas no *chat* de cada *live e* por meio da análise dos relatórios de avaliação de reação de cada encontro.

Uma grande parceria firmada para o desenvolvimento do projeto foi com o Laboratório de Práticas Integrativas Complementares em Saúde (LAPICS) da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) que participou de todas as *lives* do projeto, apresentando algumas das práticas para que pudéssemos conhecer e até aprender técnicas possíveis de fazermos em casa e até mesmo nos locais de trabalho. As PICS são regulamentadas pela Portaria Nº 849, de 27 de março de 2017, a qual foi citada e explicada no primeiro encontro.

A parceria firmada com o LAPICS foi muito especial, tanto a nível de conhecimento como para preparar e harmonizar os participantes para as temáticas seguintes. As primeiras participações foram sobre *Mindfulness* (atenção plena) por meio da Meditação, nas quais foram apresentados os benefícios da meditação diária, sua importância para harmonizar o estado mental e ampliar a consciência.

Na oportunidade, fomos conduzidos em uma Meditação Guiada, que muito nos marcou pois passou a fazer parte da rotina de alguns trabalhadores por conhecer e sentir sua importância e benefícios para a saúde. Nas demais participações, os terapeutas, integrantes, indicados para representar o laboratório junto ao projeto no "Momento LAPICS" trabalharam com temáticas diversas e tivemos a oportunidade de conhecer, ampliar conhecimento e até

praticar algumas das técnicas apresentadas, sempre com a orientação e esclarecimentos dos terapeutas.

Ao todo foram 34 *lives* ao vivo durante o ano de 2020, transmitidas às quartas-feiras, das 14h às 15:30 horas. Até dezembro de 2020, foram registrados 3.500 acessos entre as participações ao vivo e visualização das gravações, sendo emitidos 1.830 certificados de participação e enviados aos participantes.

É essencial mencionarmos que todos os facilitadores das atividades, que ministraram palestras ou conduziram as práticas, o fizeram de forma voluntária. Ao fazermos os convites a cada profissional e explicar sobre o projeto e seus objetivos, as reações foram de pronta aceitação do convite e verbalizavam que sentiam-se gratificados(as) em poder ajudar de alguma forma os trabalhadores do hospital.

Constatou-se ainda o quanto todos sensibilizaram-se ao contribuir, demonstrando grande dedicação na preparação de cada exposição, sendo de elevada qualidade cada evento, desde seu planejamento, por meio das informações enviadas para o registro das atividades, com objetivos bem definidos e conteúdo programático adequado para as necessidades e propósitos do projeto.

No momento da live, os pesquisadores perceberam a dedicação de cada um dos facilitadores, superando as dificuldades com o formato on-line, se colocando à disposição para os questionamentos, doando seu precioso tempo e conhecimento.

Nesses termos, considerou-se que o projeto superou as expectativas e é neste sentido que torna-se tão relevante apresentar a experiência neste capítulo de livro, para que possa ser apreciado e quem sabe sirva de inspiração para que novos projetos sejam promovidos nos mais diversos contextos de trabalho.

Afirmamos, cada vez com maior confiança, o quanto a Psicologia Positiva nos traz subsídios tanto teóricos quanto práticos por meio de suas ferramentas e técnicas que podem ser utilizadas nas intervenções e obter excelentes resultados.

MINDFULNESS (ATENÇÃO PLENA) COMO ESTRATÉGIA PARA MELHORAR O DESEMPENHO E SATISFAÇÃO NO TRABALHO

Em virtude do sucesso da aplicação da Psicologia Positiva nos contextos de trabalho, tanto nos identificados nas pesquisas, quanto nas observações e constatações no desenvolvimento do projeto "Cuidar de quem cuida dos pacientes e do HUSM", é que buscou-se ampliar sua utilização em novas situações a serem vivenciadas pelos trabalhadores.

Dessa forma, apresenta-se o relato de mais um projeto desenvolvido no hospital, o qual também teve como prioridade a saúde e o desenvolvimento das potencialidades humanas, que nesse caso deu-se por meio da prática do *mindfulness* (atenção plena).

Para contextualizar a temática, inicia-se com a apresentação de uma breve revisão de literatura sobre *mindfulness,* bem como sua articulação com a Psicologia Positiva. Em seguida será apresentado o relato da experiência vivenciada, desde a fase inicial até a análise dos resultados obtidos com sua implementação.

As pesquisas que abordam a temática do *mindfulness* estão em crescimento nas organizações apontando evidências científicas sobre sua importância, seja em nível individual ou coletivo. Além disso, apresenta benefícios de longo alcance à saúde e bem-estar, significado para o trabalho e desempenho individual e organizacional, sendo um importante alvo de intervenção a ser

utilizado pelos gestores em suas organizações e serem significativamente beneficiados.

Entre os benefícios observados após a implantação de atenção plena coletiva estão a rotatividade mais baixa; maior satisfação; maior inovação e melhor qualidade, segurança, confiabilidade, entre outros. Tais efeitos são mais comumente observados em contextos considerados mais difíceis, caracterizados pela complexidade, dinamismo e intolerância ao erro (SUTCLIFFE *et al*., 2016).

O *mindfulness* também melhora a qualidade da consciência que surge ao prestar atenção, de forma intencional e com postura de não julgamento, às experiências (pensamentos, sensações, sentimentos), que surgem no momento presente (KABAT-ZINN, 1990).

Este é um tema que tem despertado interesse de pesquisadores da área de Psicologia Organizacional e do Trabalho, entre diversos motivos, por ser um fenômeno que destaca a relevância de pensar a saúde de forma holística e que mostra o potencial de aprendermos a desenvolver hábitos mais saudáveis (física e psicologicamente) em prol de nossa saúde e de aprimorar as competências.

Cabe destacar que a realização de intervenções como o *mindfulness* são importantes para a prevenção da ocorrência de problemas de saúde. Além disso, são técnicas que podem ser adaptadas com facilidade a diversos contextos de trabalho (LEMOS *et al*., 2021).

A prática também é valorizada por profissionais para o desenvolvimento de carreira, por sua importância de ajudar a manter o equilíbrio entre várias áreas da vida, aprender a tranquilizar-se em momentos críticos, perceber dificuldades específicas e como lidar com elas.

A utilização da prática de *mindfulness* nas organizações tem sido considerada uma prática transformadora e positiva na relação homem-trabalho. Colaboradores e gestores têm voltado a atenção para este fenômeno, o que pode ser comprovado com o crescimento da sua utilização em empresas como a Google por ex. com o projeto "Busca dentro de você".

Esperamos que outras empresas também se inspirem, conheçam e consigam experienciar em suas empresas as práticas de *mindfulness* e os benefícios que podem ser sentidos e observados (BOEHS; SILVA; BIAVATI; SOUZA, 2017). Pode-se considerar o M*indfulness* um constructo emergente na Psicologia Positiva, que pode ser aprimorado por meio do uso de técnicas qualificadas de Avaliação Psicológica e Psicometria que sejam mais utilizados para identificar os efeitos e eficácia a curto, médio e longo prazo.

Outro aspecto importante a ser mencionado é que podem ser realizadas novas intervenções com trabalhadores, além de pesquisas, com a ampliação do público e áreas de abrangência. Dessa maneira, pode-se buscar maior alinhamento e padronização de metodologias para comparar intervenções e cada vez mais aumentar as constatações científicas sobre sua utilização e benefícios.

Nos contextos de trabalho, também é importante levar em consideração que o propósito fundamental da existência humana é a construção recorrente da felicidade, por meio de interações humanas saudáveis que possam gerar, por sua vez, pensamentos e sentimentos positivos, que possam tornar-se cada vez mais, definitivos e perenes (GOLEMAM, 2016; CUTLER, 2010).

Nesse sentido, entende-se que proporcionar momentos de reflexão, de cuidados com a saúde mental, além de oportunizar a convivência dos trabalhadores é vital para a promoção de saúde,

além de estimular as boas relações interpessoais que refletem em melhores desempenhos.

Neste sentido, é de salutar relevância a atenção a todos os aspectos, inclusive nos que se referem ao trabalho e que buscam gerar qualidade de vida. Para isso, é preciso priorizar também por condições físicas, seguras e salutares, além de uma jornada de trabalho não exaustiva (WALTON, 1973).

Levando em consideração esses aspectos, as condições de trabalho (SILVA; BOEHS; CUGNIER, 2017) destacam a importância de ter:

> […] equipamentos adequados, questões ergonômicas compatíveis, tecnologia alinhada, layout harmônico e fluído, arquitetura e estética prazerosas, estruturas e processos conectados com as necessidades e expectativas humanas.

Tais aspectos podem qualificar positivamente as condições objetivas do ambiente, promovendo melhorias e bem-estar aos trabalhadores. Considerando ainda uma perspectiva sobre a gestão de pessoas, existe a compreensão de que a área possui um papel estratégico dentro das Instituições.

A valorização dos seres humanos assume relevância na era do conhecimento e da competitividade. Desse modo, a partir desse ponto de vista, as pessoas dentro das Instituições são uma fonte de vantagem competitiva e são os principais protagonistas na obtenção de resultados organizacionais, e sendo assim, o papel estratégico da gestão de pessoas é evidente. (DEMO *et al*., 2012).

Nas organizações em que os gestores priorizam a qualidade de vida, o bem-estar e a felicidade, os trabalhadores são entendidos como um fator que traz contribuições, além de ser decisivo para a

construção de organizações consideradas saudáveis. Em vista disso, organizações com tais características possuem formas e práticas de estruturação e gestão de processos de trabalho no sentido de que seus colaboradores se sintam mais felizes e mais relevantes.

Deste modo, através de gestores e outros trabalhadores geram resultados relacionados com a excelência organizacional, como produtos e serviços de alto desempenho. Ademais, mantém bons relacionamentos com os diversos segmentos do ambiente organizacional externo, em especial a comunidade a ser servida (SÓRIA, 2008).

Diante do exposto e tendo em vista a significativa importância em compartilhar as ações desenvolvidas, apresentaremos aqui o relato de experiência com o objetivo de descrever a aplicação da prática do *mindfulness* com os membros do Comitê Permanente de Desenvolvimento de Pessoas (CPDP) de um Hospital Universitário do Sul do Brasil durante a realização de trabalho administrativo específico e complexo desenvolvido pelos membros do CPDP.

Este relato, de caráter descritivo, aborda a atividade desenvolvida durante 15 dias no período de 9 a 27 de agosto de 2021, de segunda a sexta-feira, com vistas a auxiliar na preparação da equipe para a análise dos documentos de 666 colaboradores inseridos por esses no Banco de Talentos.

Para isto, foi apresentada a proposta aos demais 11 integrantes, onde foram realizadas explicações sobre o tema, dinâmica a ser seguida e os benefícios esperados com a prática do *mindfulness*.

Foram realizados 15 encontros precedidos da reunião geral de alinhamento das questões administrativas, seguida da prática do *mindfulness* por meio de vídeos selecionados anteriormente de meditações guiadas e técnicas de respiração e relaxamento. A

periodicidade foi de segunda a sexta com duração de aproximadamente 10 minutos.

A idealização do projeto também teve a perspectiva de fazer a diferença e auxiliar as pessoas a sentirem-se melhor no dia-a-dia de trabalho, com o propósito de as pessoas desenvolverem-se, além de proporcionar bem-estar e contribuir para a melhoria do clima organizacional. Neste sentido, destacamos a importância de utilizar a ciência da Psicologia Positiva, que fundamenta práticas para tornar as pessoas emocionalmente mais saudáveis e felizes.

Entre os benefícios observadas após a implantação de atenção plena coletiva estão a maior satisfação, concentração, inovação, melhor qualidade, segurança, confiabilidade, melhorias na conexão entre as pessoas, na empatia, na não reatividade e impulsividade, etc.

São diversos os efeitos que podem ser observados, tais como o aumento de bem-estar, redução de conflitos ou conflitos menos intensos, entre outros. Conclui-se que a prática de *mindfulness* foi bem aceita pelos participantes que demonstraram foco, atenção, boa produtividade, além de propiciar momentos de bem-estar e integração, sendo uma boa estratégia a ser utilizada em diversos contextos de trabalho.

A Psicologia Positiva tem impulsionado a pesquisa científica, abordando temas como prosperidade e trabalho e envolvido temáticas não habituais, trazendo a espiritualidade como uma força de caráter, relacionada à virtude da transcendência, bem como as intervenções com *mindfulness* (atenção plena) e a busca de uma vida com significado e propósito.

A concepção de felicidade no trabalho tem sido impulsionada pela Psicologia Positiva e reconhecida por algumas empresas, pois pesquisas já demonstraram que a felicidade traz sucesso e prosperidade, conforme explicita Helder Kamei (2022) em prefácio

do livro Felicidade, espiritualidade e prosperidade nas organizações das ideias às práticas fundamentais de Silva *et al.* (2022).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer da escrita do presente capítulo, entre as considerações teóricas de renomados autores da área e as constatações da aplicação prática dos constructos da Psicologia Positiva, foi possível observar com mais clareza a importância de sua utilização nos contextos de trabalho.

É válido destacarmos o fato de que os avanços das pesquisas e construção de escalas de avaliação e demais ferramentas e técnicas embasadas na Psicologia Positiva seguem em expansão, fornecendo materiais de boa qualidade, de utilização viável e comprovação científica de seus resultados.

No que refere-se à revisão sistemática, apresentada na parte 1 do capítulo, entende-se que foi possível identificar que a maioria dos artigos encontrados utiliza a Psicologia Positiva como paradigma de trabalho, sendo poucas as propostas de intervenção.

Os estudos efetuados na perspectiva da Psicologia Positiva procuram discutir, entender e promover questões que se relacionam à saúde e aos fatores positivos do ser humano, aspectos que contribuem com desenvolvimento do comportamento organizacional positivo (LUTHANS, 2002).

As intervenções em psicologia positiva, visam o aumento das emoções positivas e o bem-estar dos participantes, por meio da indução de atividades e exercícios (SELIGMAN, 2011). Também podem ser realizados, os denominados programas de desenvolvimento positivo, que são intervenções com maior

amplitude, com foco em construir qualidades positivas nas pessoas e em promover aspectos positivos do desenvolvimento.

Investir nos preceitos da Psicologia Positiva e no desenvolvimento de projetos que priorizem o desenvolvimento do potencial humano e das competências individuais como os relatados nas partes 2 e 3 são de suma importância para o aumento da satisfação profissional e da produtividade.

Além disso, tais aspectos podem refletir na melhora da saúde e no bem-estar nos ambientes de trabalho, tornando-os propícios à construção de relacionamentos interpessoais significativos que geram ambientes saudáveis e de agradável convivência no contexto de trabalho.

Diante da relevância da temática, sugere-se a realização de novas pesquisas para que sejam ampliados os constructos em estudo e aprimoradas e que a Psicologia Positiva continue crescendo e sendo um expressivo diferencial para as organizações e instituições que fizerem a sua aplicação.

Tendo em vista todos os benefícios que podem vir a ser obtidos, conclui-se que é essencial o investimento em intervenções psicológicas que consolidem ainda mais essa abordagem na América Latina. Ressaltamos que é uma área promissora, que tem sido pouco explorada e pode ser fortalecida pelas pesquisas e crescer sua aplicação no contexto do trabalho.

Considera-se que um dos possíveis limitadores do estudo de revisão sistemática da parte 1 pode ter sido a utilização de apenas (2) descritores “Psicologia Positiva” e “trabalho”, que restringiu o foco da revisão a estudos específicos na área da psicologia e aplicados ao trabalho.

A temática é promissora e recomenda-se o desenvolvimento de novas pesquisas e discussões que amplie para outras áreas, através

da utilização de outros descritores, para fins de somar às temáticas já estudadas.

Para estudos futuros sugere-se a realização de pesquisas quali-quantitativas que possam aprofundar a compreensão da temática. Além disso, é de significativa importância que mais profissionais possam fazer publicações no formato de estudos de casos e de relatos de experiências para fins de divulgação científica e de servir de subsídios para demais pesquisadores e profissionais com interesse na área também terem acesso. Assim, enfatizamos a importância da aplicação da Psicologia Positiva nos contextos de trabalho.

REFERÊNCIAS

ANDERSSON, L. M.; GIACALONE, R. A.; JURKIEWICZ, C. L. "On the relationship of hope and gratitude to corporate social responsibility". **Journal of Business Ethics**, vol. 70, 2007.

BACCIN, A. A. *et. al*. "Revisão Sistemática: A Psicologia Positiva e sua aplicação nos contextos do trabalho". **Psico**, vol. 51, n. 3, 2020.

BOEHS, S. T. M.; SILVA, N. (orgs.). **Psicologia Positiva nas organizações e no Trabalho**: conceitos fundamentais e sentido aplicados. São Paulo: Editora Vetor, 2017.

COGO, P. S. F. "Psicologia Positiva, uma Nova Ciência do Comportamento Humano no Trabalho". **DocPlayer** [2011]. Disponível em: <www.docplayer.com.br>. Acesso em: 13/11/2022.

CSIKSZENTMIHALYI, M. "Positive psychology: An introduction". **American Psychologist**, vol.55, 2000.

CSIKSZENTMIHALYI, M. **Gestão qualificada**: a conexão entre felicidade e negócio. Porto Alegre: Editora Bookman, 2004.

DALAI LAMA; CUTLER, H. C. **The art of happiness**: a handbook for living. Canberra: Hachette, 2010.

DEMO, G. *et al*. "Gestão de pessoas". *In*: DEMO, G. (org.). **Políticas de gestão de pessoas nas organizações**: estado da arte, produção nacional, agenda de pesquisa, medidas e estudos relacionais. São Paulo: Editora Atlas, 2012.

GOTARDO, L. F. S.; FERREIRA, M. C. "Suporte social, avaliações autorreferentes e bem-estar de profissionais de saúde". **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, vol. 67, n 1, 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA. "Catálogo dos Laboratórios de Avaliação Psicológica no Brasil". **Instituto Brasileiro de Avaliação Psicológica** [2015]. Disponível em: <www.ibapnet.org.br>. Acesso em: 14/11/2022.

KABAT-ZINN, J. **Full catastrophe living**: Using the wisdom of your body and mind to face stress, pain, and illness. New York: Dell Publishing, 1990.

LEMOS, I. S. *et al*. "Mindfulness e relaxamento: os efeitos de um programa com trabalhadores de um hospital universitário". **Estudos de Psicologia**, vol 38, 2021.

LUTHANS, F. "Positive organizational behavior: developing and managing psychological strengths. **Academy of Management Executive**, vol. 16, n 1, 2002.

PACICO, J. C.; BASTIANELLO, M. R. "As Origens da Psicologia Positiva e os primeiros estudos brasileiros". *In*:

HUTZ, C. S. (org.). **Avaliação em Psicologia Positiva**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. "Psicologia Positiva: uma nova abordagem para antigas questões". **Paidéia**, vol. 17 n. 36, 2007.

PASCHOAL, T; TAMAYO, A. "Construção e validação da Escala de bem-estar no trabalho". **Avaliação Psicológica**, vol. 7, n. 1, 2008.

SCHAUFELI, W.; DIJKSTRA, P.; VAZQUEZ, A. C. **Engajamento no trabalho**. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2013.

SELIGMAN, M. E. P. **Felicidade Autêntica**: usando a nova Psicologia Positiva para a realização permanente. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2004.

SELIGMAN, M. E. P. **Florescer**: uma nova e visionária interpretação da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011.

SELIGMAN, M. E. P. **Florescer**: uma nova compreensão da felicidade e do bem-estar. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2019.

SELIGMAN, M; CSIKSZENTMIHALYI, M. "Positive psychology: An introduction". **American Psychologist**, vol. 55, 2000.

SELIGMAN, M.; PETERSON, C. "Foreword: The past and future of positive psychology". *In*: KEYES, C. L. M.; HAIDT, J. (eds.). **Flourishing**: Positive psychology and the life well lived. Washington: American Psychological Association., 2003.

SILVA, A. L. A.; FERREIRA, M. C. “O impacto da espiritualidade no trabalho sobre o bem-estar laboral”. **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 35 n 4, 2015.

SILVA, N. *et al*. **Felicidade, espiritualidade e prosperidade nas organizações**: das ideias às práticas fundamentais. São Paulo: Editora Vetor, 2022.

SILVA, N.; BOEHS, S. T. M.; CUGNIER, J. S. “Psicologia positiva: historicidade, episteme, ontologia, natureza humana e método”. *In*: BOEHS, S. T. M.; SILVA, N. (orgs.). **Psicologia Positiva nas organizações de trabalho**: conceitos fundamentais e sentidos aplicados. São Paulo: Editora Vetor, 2017.

SILVA, N.; DAMO, L. P. (orgs.). **Vidas que mudaram**: contribuições da Psicologia Positiva para situações de isolamento e de distanciamento social. Florianópolis: Editora da UFSC, 2020.

SORIA, M. “Organizaciones saludables y desarrollo de recursos humanos”. **Revista de Trabajo y Seguridad Social**, vol. 47, n. 303, 2008.

SOUZA, L. K.; HUTZ, C. S. “Self-Compassion in Relation to Self-Esteem, Self-Efficacy and Demographical Aspects”. **Paidéia**, vol. 26, n. 64, 2016.

SUTCLIFFE, K.; VOGUS, T.; DANE, E. “Mindfulness in Organizations: A Cross-Level Review”. **Annual Review of Organizational Psychology and Organizational Behavior** vol 3, 2016.

VAZQUEZ, A. C. S *et al*. “Adaptation and Validation of the Brazilian Version of the Utrecht Work Engagement Scale”. **Psico**, vol. 20, n. 2, 2015.

WALTON, R. “Quality of working life: what is it?” **Sloan Management Review**, vol. 15, n. 1, 1973.

YOUSSEF, C. M.; LUTHANS, F. “Positive organizational behavior in the workplace: the impact of hope, optimism, and resilience”. **Journal of Management**, vol. 33 n 5, 2007.

ZANON, C. *et al*. “COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia”. **Estudos de Psicologia**, vol. 37, 2020.

CAPÍTULO 6

Promoção de Saúde Mental por meio da Arte e Psicanálise: Um Relato de Experiência com Alunos de um Curso de Psicologia

PROMOÇÃO DE SAÚDE MENTAL POR MEIO DA ARTE E PSICANÁLISE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA COM ALUNOS DE UM CURSO DE PSICOLOGIA

Maria de Fátima Assis

Luciana Oliveira dos Santos

O aluno do curso de Psicologia, inserido em um contexto contemporâneo conhecido como "era do traumático" (BIRMAN, 2012) por excelência, encontram-se expostos a alguns aspectos do campo sociocultural que acarretam sintomas de fadiga crônica, compondo o que designamos como "sociedade do cansaço" (BYUNG; CHUL, 2015).

Cenário de transformações vertiginosas e profundo desenraizamento, e às voltas com a elaboração do final da adolescência (com tudo o que isso representa em termos de escolhas de identidade sexual, profissional e de lutas por um lugar de reconhecimento social), encontra-se em estado de grande vulnerabilidade psicossocial, em crise de realidade e identidade (ASSIS, 2019).

Este estudante, ainda às voltas com a crise adolescente, necessita realizar um profundo e laborioso trabalho psíquico das angústias de seu desenvolvimento emocional, momento que costuma coincidir com a saída da casa dos pais e com a busca pela tão sonhada autonomia.

No entanto, o enfrentamento do curso de psicologia o expõe ainda mais ao contato com o sofrimento humano e com as diversas abordagens destinadas a compreendê-lo, o que tende a incrementar ainda mais suas angústias, em sua busca por uma identidade pessoal.

Com efeito, como futuro psicólogo, ele precisa desenvolver não apenas habilidades e competências técnicas, mas principalmente boas condições de estruturação psíquica para lidar com os desafios da profissão.

A partir destas constatações, foi proposto o projeto de extensão "grupos em encontro: experiências emocionais formadoras", ofertado no Serviço Escola, por docentes do curso de Psicologia da Universidade Federal de Jataí (UFJ) aos alunos interessados e pertencentes a diversos períodos do curso.

Trata-se da consideração da psicologia como ciência do cuidado com o outro (FULGÊNCIO, 2014), uma postura que concebe a formação não apenas a partir de sua vertente curricular, mas como um complexo processo de formação identitária, que envolve a ajuda do outro, o sentir e o pensar a psicologia em contexto de troca de vivências e comunicação as quais configuram o "ser-com- o outro".

A construção da identidade do psicólogo é um processo longo e laborioso, uma experiência não apenas de preparo teórico e técnico, mas também de autoconstrução da pessoa, do ser humano, que em certo momento virá a se tornar o profissional da psicologia. Sendo assim, a oferta de um espaço de encontro que possa amparar o aluno do curso de psicologia em suas dificuldades, conflitos e impasses durante seus anos de formação inicial, torna-se fundamental.

OBJETIVOS DO CAPÍTULO

Sendo assim, tendo em vista a necessidade de se criar espaços de formação integral destinados aos estudantes, buscou-se, por meio do dispositivo de acolhimento em grupo, propiciar efeitos

terapêuticos inerentes a essas intervenções, de modo a subsidiar, com a oferta de tais encontros, a promoção de recursos psíquicos necessários ao exercício da profissão de psicólogo.

Com este objetivo, procuramos inicialmente nos reportar a alguns dos estudos sobre a relação entre arte e psicanálise no intuito de embasar nossa proposta de intervenção. A seguir, exploramos a importância da primeira estética humana na consolidação da saúde psíquica, esta que é aqui entendida como correlata da aquisição de um *self* bem integrado e espontâneo. Por fim, apresentamos a descrição dos encontros realizados com os alunos do curso de psicologia, acompanhados da discussão dos resultados.

ARTE E PSICANÁLISE NO ACOLHIMENTO AO ALUNO

Para Costa e Dionísio (2016) a obra de arte ecoa como um fazer formativo que nos abre para a possibilidade da transformação, da invenção e da criação. Os autores indagam se a psicanálise poderia existir sem a estética, uma vez que esta é um fazer poético, que nasce da experiência do sentir e pensar o outro e com o outro.

Rivera (2016), define a arte como mobilizadora de alívio para o sofrimento:

> […] talvez a arte seja um domínio cultural que, gozando de alguma liberdade em relação às normas e aos valores morais e políticos, reafirma também, antes de tudo, a aposta no compartilhamento como transformação do traumático em fantasia (p. 42).

Para Nosek (2017), assim como as artes, a psicanálise procura imagens e formas para lidar com o sofrimento humano,

situando-se entre as disciplinas que se ocupam da construção de imagens, sendo neste ponto que a arte se impõe a nós, psicanalistas:

> […] a linguagem estética é múltipla, plástica, pode conter texturas dinâmicas no sentido musical, timbres, cores, ritmos e tantos outros atributos. A rigor, todos os elementos constitutivos do material das artes e seus produtos podem servir como meios expressivos do inconsciente (p. 75).

Borges (2015), baseando-se no trabalho de Agamben (2009), nos mostra que a arte e a Psicanálise atuam como dispositivos de profanação dos funcionamentos das máquinas sociais regidas pelo capitalismo consumista e massificante. Tanto a arte quanto a psicanálise, ao fazerem falar o sujeito do desejo inconsciente nos afastam da mesmice e dos clichês, potencializando a criatividade e a singularidade, e o fazem subvertendo o sintoma ao dar lugar à dimensão da falta, esta que questiona a ilusão da completude, da harmonia e da perfeição.

Enfim, a partir da leitura de alguns trabalhos recentes sobre o tema das possíveis relações entre arte e psicanálise, verificamos um alto potencial das artes em promover saúde psíquica, a saber: a provisão de sentidos para a existência humana, consolo para as frustrações e perdas no cotidiano, alívio para as ansiedades, a promessa de uma experiência transformadora e integradora para o si mesmo/*self*, a nomeação de experiências difíceis e traumáticas, continência para nossas angústias, dentre outros.

Embora de posse destas primeiras descobertas sobre a fecundidade das artes no acolhimento ao sofrimento psíquico, obtidas a partir de nosso levantamento bibliográfico preliminar, faltava-nos ainda encontrar um caminho metodológico para

realizarmos as intervenções, levando-se também em conta, as dificuldades apresentadas pelos estudantes.

Como professoras e após alguns anos de contato com alunos de graduação em psicologia, observamos nestes a presença de vários sofrimentos psíquicos como depressão, ansiedade, (geradores muitas vezes de absenteísmo), e até mesmo psicose e ideação suicida. Este cenário nos faz indagar se o jovem que procura cursar psicologia não estaria, com esta escolha, sinalizando também para uma busca de ajuda para seu próprio sofrimento.

Além disso, verificamos uma grande dificuldade, nestes jovens, em elaborar uma narrativa sobre si que facilitasse a construção de projetos futuros, pois o olhar para si mesmos como agentes do próprio destino (em um enredo dotado de sentido), muitas vezes encontrava-se bloqueado pela imersão no "aqui e agora", próprio de um cenário em que a memória é experimentada em *flashes* fortuitos.

METODOLOGIA

A partir da consideração das dificuldades apresentadas pelos alunos e munidos dos recursos da arte e da psicanálise, planejamos estabelecer uma proposta de trabalho que elegesse o eixo passado-presente- futuro, como nosso guia.

A experiência de se ouvir e contar fábulas, contos, mitos, sejam estas realizadas em contexto grupal ou individual, configuram-se como processos geradores de significados com implicações na própria história pessoal e grupal, ou seja, a construção narrativa possibilita o surgimento de processos de ressignificação e reorganização da experiência pessoal (BRITO, 2014).

Para Safra (2006), narrar é compartilhar uma experiência, contexto em que o outro seja afetado pela vivência compartilhada, além disso, a presença do outro permite que tal experiência possa ser enraizada em uma comunidade. O autor indica que a dimensão temporal é fundamental na narrativa, esta que se estrutura em passado, presente e futuro, de modo a imitar o próprio ciclo vital, em que há o nascimento, o crescimento, amadurecimento e a morte. Ao convidarmos os participantes a narrarem suas histórias de vida, oferecemos a oportunidade para que os dilemas e episódios da vida como um todo e do cotidiano sejam acolhidos e significados.

No campo da Psicanálise, o falar é uma forma de elaboração a favor da vida, contra a repetição automática de sintomas que impedem o sujeito de colocar seus projetos de vida em ação. O narrar e o contar sejam histórias reais ou fictícias, ajuda a nomear a angústia, a preencher os vazios: "precisamos dizer. Dizer é estar vivo, espantar a falta de sentido, a morte, ficar mais leve da vida, iludir-se, no sentido de sentir que a vida vale muito, nem que na ilusão da vida" (GUTFREIND, 2014, p. 23).

Com efeito, nosso ofício, enquanto psicólogos, consiste em ouvir as histórias de vida que nos chegam e que nos conduzem ao trabalho de compreensão, interpretação e busca de ressignificação, a partir de nossos referenciais teóricos e metodológicos. Sendo assim, ao recontar ao paciente sua própria história, construímos, juntamente com este, possíveis ressignificações de sua vida. Neste contexto, por vezes o psicoterapeuta lança mão de recursos literários, como o conto, a fábula, ou mesmo vinhetas da própria literatura, de modo geral, para ilustrar sua narrativa junto ao paciente.

De acordo com Ferro (1995), Freud nos lega um alto índice de referenciabilidade histórica em sua forma de trabalhar. No modelo freudiano, os fatos da vida do paciente são reconstruíveis, de modo que os personagens são como nós de uma rede de relações históricas, ou seja, ao narrar sonhos, sintomas e os próprios fatos de

suas vidas, ergue-se uma história passível de ser reconstruída pelo analista, este que ao recontar ao paciente seu próprio drama, realiza uma espécie de arqueologia viva.

Em contexto de grupo, além da consideração das narrativas de experiências, o uso do grupo operativo preconizado por Pichón-Riviere (2005) foi de grande valia. Nas palavras do autor, o grupo operativo:

> É um grupo centrado na tarefa que tem por finalidade *aprender a pensar* em termos da resolução das dificuldades criadas e manifestadas no campo grupal, e não no campo de cada um de seus integrantes, o que seria uma psicanálise individual *em grupo*. Entretanto, também não está centrado exclusivamente no grupo, como nas concepções *gestálticas*, mas em cada *aqui-agora-comigo* na tarefa que opera em duas dimensões, constituindo, de certa forma, uma síntese de todas as correntes (p. 147).

Seguindo a indicação do autor supracitado, elegemos, para cada encontro, uma tarefa grupal a ser cumprida. Foram selecionados cerca de dez alunos do curso de psicologia para compor o grupo de intervenção, que foi conduzido pelas professoras responsáveis pelas intervenções. Ao total foram realizados cinco encontros, com as seguintes tarefas a serem realizadas:

a) Razões para a escolha do curso de psicologia e relato da história de vida;

b) Histórias de infância;

c) Relações amorosas, vínculos e perdas;

d) O futuro e projetos de vida.

Buscamos fazer dos encontros um espaço e um tempo de exploração do si mesmo, na companhia de outros que pudessem funcionar como espelhos para cada fala e narrativa compartilhadas. Neste contexto, a literatura nos auxiliou a fornecer as metáforas e imagens que pudessem ajudar a nomear as angústias vividas pelos estudantes.

Sendo assim, cada encontro começava com a leitura de um conto e a seguir, cada um falava sobre a tarefa do dia e ao final, a mediadora retomava as falas e recuperava os sentidos construídos pelo grupo, de modo que a experiência tivesse um início, um meio e um final, uma localização espaço-temporal.

RESULTADOS

No primeiro encontro, buscamos dar lugar às questões vividas no presente, e que se encontrassem nas cercanias da escolha pelo curso de Psicologia. Sendo assim, a tarefa a ser trabalhada foi a de contar quem é, o que busca no curso de psicologia e sobre o impacto do curso na vida de cada um. Essa questão mobilizou a emergência de angústias referentes à escolha pela psicologia enquanto identidade profissional.

Em nosso primeiro encontro, buscamos usar a metáfora de um visitante que adentra uma casa pela primeira vez, para ilustrar como nas primeiras sessões, nos sentimos ainda pouco à vontade e que vamos nos abrindo ao grupo, aos poucos:

> Entramos em uma casa. Estamos na sala, depois na cozinha, onde comidas deliciosas podem ser feitas, há ainda, as áreas externas, os jardins, e no mais interno, os quartos e as salas de banho. O momento inicial é como entrar numa sala de visita, quando começamos

> a nos conhecer. Ao longo dos trabalhos, podemos adentrar em outros lugares da casa se conseguimos entrar na cozinha, estamos no coração da casa. Quando estamos na cozinha, ficamos mais íntimos e compartilhamos sentimentos e emoções. Cada comida degustada é como uma emoção. Alguns podem preferir pratos mais leves, e iniciarem a conversa como quem degusta um suco, outros, mais esfomeados preferem um pão de queijo com café, e contam-nos sobre emoções mais recentes e quentes, ainda não muito bem resolvidas e elaboradas. Cada um tem seu próprio tempo para entrar na conversa, de acordo com sua capacidade emocional de digerir emoções. Na parte mais íntima, podemos tomar um banho e até dormir, e neste momento, podemos trazer sonhos e até pesadelos, quando aparece a dimensão do trauma na vida de cada um, e a possibilidade de compartilhá-los (PROFESSORA COORDENADORA).

Os participantes do grupo olharam-se desconfiados, como se nos comunicassem que era mesmo muito difícil começar a falar, na frente dos demais. Em seguida, retomamos a tarefa do dia, quanto à questão da escolha pela psicologia, assim, alguns alunos trouxeram que já haviam passado por outros cursos, mas esperavam se encontrar na psicologia:

> Conheci a Psicologia enquanto estava cursando o curso de Direito e fiquei apaixonado pela área. Abandonei o curso no quarto período e ingressei em Psicologia. O primeiro curso foi Fisioterapia. Hoje, tenho certeza que o que quero é a Psicologia mesmo (PARTICIPANTE 1).
>
> Fiz dois anos de Biomedicina, mas não gostei. Vi o que era psicólogo em uma novela, vi que o mundo é

> muito triste, então eu quis estudar algo para ajudar as pessoas (PARTICIPANTE 2).

Também disseram que a razão da escolha pelo curso deu-se porque buscavam tentar ajudar a si mesmos e à família:

> Escolhi Psicologia para descobrir quem sou, para ajudar minha família, o mundo está um caos, então o que eu puder fazer pra ajudar... (PARTICIPANTE 4).
>
> Sou muito ansiosa, escolhi Psicologia por problemas familiares e pessoais, então queria ajudar a mim e também as pessoas (PARTICIPANTE 5).

Neste encontro, apresentamos o conto "sei por ouvir dizer", de Bartolomeu Campos de Queiróz (QUEIRÓZ, 2007), para ilustrar a temporalidade da vida psíquica, que é diferente do tempo lógico, regido pelo relógio. A senhora da história vivia em três tempos diferentes- o tempo presente, o tempo passado e o tempo futuro e usava três pares de óculos, um para ver o perto, um para ver o longe e o outro para procurar os dois.

Da mesma forma, dissemos que o tempo dos afetos é semelhante ao do sonho, em que o processo primário desconhece a lógica da realidade compartilhada. Após a leitura do conto, uma aluna fez uma interessante observação:

> Ela foi feliz quando escolheu uma casa com três paredes, em vez de quatro, como no teatro, o quebrar a quarta parede é se abrir para o público. A gente se fecha em quatro, quando você quebra a encenação e traz o público pra dentro da peça, não se isola e se defende o tempo todo. O desarranjo da linguagem que

> a arte faz, dá forma ao que somos... o desafio é encontrar formas de comunicar o como sentimos para as pessoas. As artes trazem as metáforas pois já trazem a linguagem do mundo sensível (PARTICIPANTE 6).

Nesta fala, percebemos o quanto o recurso do conto ajudou na facilitação da comunicação entre os integrantes do grupo. Além disso, o encontro com colegas que se encontram em diferentes momentos do curso, o ouvir as falas de cada um, possibilitaram a experiência de se reconhecerem em dificuldades parecidas quanto à escolha da psicologia e de se situarem em dimensões espaço-temporais dentro do curso, quando registramos comentários como: - "*no início é assim mesmo, depois fica melhor*".

No encontro seguinte, os estudantes foram convidados a se apresentarem a partir de suas histórias de vida, com destaque para a infância, quando disponibilizamos contos de Manoel de Barros, do livro "exercícios de ser criança" (BARROS, 1999). Era o momento de trazerem a criança que habita dentro deles. Esta tarefa, a de resgatar a infância, continuou no terceiro encontro, quando trouxeram tanto as lembranças boas, quanto as ruins.

Os contos, do referido livro, eram ilustrados com bordados feitos à mão e além disso, em uma das ilustrações, o bordado era apresentado do lado avesso, momento em que no texto, o personagem afirma que gosta mais dos vazios que dos cheios. Aproveitamos a metáfora do lado direito e avesso do bordado para ilustrar como usamos disfarces em nosso cotidiano, com os quais negamos e reprimimos nossos "conteúdos desagradáveis", que são também como o nosso "avesso", o nosso inconsciente.

Também usamos a imagem dos vazios e cheios trazidos pelo bordado para que pudéssemos dizer também dos vazios e cheios de cada um, de como os tempos da presença e ausência do outro que

nos ampara ao longo da vida vai possibilitando a construção de recursos psíquicos para lidar com a falta.

Destacamos algumas das histórias contadas pelos alunos, sobre suas infâncias, para que o leitor possa compartilhar conosco a emoção e a profundidade da experiência que pudemos experimentar neste encontro:

> Tive uma infância peculiar, era diferente. Eu era a mais nova de três meninas. O pai era mais ausente de afeto e minha mãe rígida. Vieram da roça. Eu nasci muito depois e eu nem era esperada. Meu pai já tem 73. Eu passei minha infância com meus irmãos já adultos. Brincava de barbies, entre os sofás. Era muito avoada. E também solitária. Sempre muito boa na escola, lia muito. Infância estranha, não ia pra casa dos amigos, a mãe não deixava. Mas era tudo mágico na minha cabeça (PARTICIPANTE 7).

A seguir, a mesma aluna pergunta se pode ler um poema que fez sobre sua infância, ao que todos concordaram. Poema da aluna:

> Quando eu nasci, o dia era prata
>
> Talvez por isso eu valha menos que o ouro
>
> O meu pai, homem tácito e sisudo,
>
> Parecia ainda bem pregado na terra
>
> Veio me contar mais tarde:
>
> tava você lá, com o olhão arregalado,
>
> Observando tudo em volta!
>
> Resolvi...
>
> Tinha vindo das ceroulas

Nasci chumbada nas formas,

Mais olho do que cara

Só servia observar

Era presa da mãe, do desenho do gibi, do homem da vendinha

A rua, os nomes das lojas lá do centro

As nuvens...

Logo a mãe fez quase uma analogia

A menina tem a cabeça nas nuvens

E eu adorava mais as brancas

Mal acometida do tempo,

Fui vítima das ironias do destino: me veio a miopia!

Insatisfeita com as tentativas pouco poéticas de

Resolver o problema com um feio par de óculos,

Resolvi pela segunda vez:

Vou ser chuva!

Passei mais a morar em nuvens do que observá-las...

O grupo comentou que a referida aluna já era poeta muito cedo e foi encontrando uma forma de preencher os vazios com as palavras, e os vazios foram ficando mágicos.

No terceiro encontro, a tarefa do dia foi a de trabalhar a formação de vínculos e as relações amorosas. Para introduzir, apresentamos o conto "a velhinha que dava nome às coisas", de Cynthia Rylant (1999), em que a personagem era uma velhinha que dava um nome a cada coisa de que gostava. Assim, o seu carro era o "Beto", sua velha poltrona era a "Frida", sua cama era chamada de

"Belinha" e sua velha casa era "Glória". Todos os seus amigos já haviam partido e ela nem mesmo recebia cartas.

Era para não se sentir sozinha que ela gostava de chamar suas coisas por um nome de gente e também porque imaginava que todas aquelas coisas iriam sobreviver a ela. Até que um dia apareceu um cachorrinho que ela passou a alimentar todos os dias, mas mandava embora em seguida. Ela não queria dar um nome a ele, pois achava que poderia durar menos do que ela e não queria arriscar perder mais um ser querido.

Este conto possibilitou aos alunos dizer das dificuldades que as pessoas possuem em se vincular ao outro, por temor de perder, de ter que se separar:

> Namorava há seis anos antes de ir para um intercâmbio em Portugal. A gente tinha uma rotina muito juntos, mas o relacionamento já estava desgastado e eu não sabia como lidar com esta situação, uma vez que a gente compartilhava os mesmos espaços de convivência diariamente. Com a distância proporcionada pela viagem tive a inciativa de romper com este relacionamento, entretanto, ao retornar para o Brasil tive que montar uma nova rotina sem a pessoa. Quando se está fora é mais fácil! Atualmente estou tentando dar novos significados a esta questão e aos poucos tenho conseguido estabelecer uma nova rotina sem ele. Esta experiência me deixou com medo de viver uma nova relação (PARTICIPANTE 8).

O grupo se manifestou dizendo que foi preciso que ela passasse por este momento de perda para ter um novo sentido em sua vida e que dessa perda há a possibilidade de continuar mais amadurecida, sabendo melhor o que ela deseja para si mesma.

No quinto encontro iniciamos com uma retomada dos encontros anteriores, fazendo uma retrospectiva do que foi trazido por cada participante. Em seguida, apresentamos a breve poesia de Fernando Pessoa, citado por Machado (2000, p.11):

> Do alto da torre da igreja
> Vê-se o campo todo em roda.
> Só do alto da esperança
> Vemos nós a vida toda

Este verso nos serviu de inspiração para pensar o futuro e os projetos de vida de cada participante, momento em que a tarefa do dia proposta foi a de imaginar como se viam daqui a dez anos:

> Antes da psicologia eu tinha vontade de abrir uma casa para idosos, mas tinha esquecido deste desejo ao longo da graduação. Agora que posso "subir na torre" e me ver a partir de outra perspectiva, percebo que quero investir nesta área (clínica ampliada com idosos). Não somos fortes sempre! (PARTICIPANTE10).

O "subir no alto da torre da igreja" possibilitou aos integrantes do grupo encontrar a imagem do futuro, como se a imersão no presente os dificultasse a conceber a vida a partir de horizontes mais amplos. Sendo assim, os contos e poesias iam permitindo que, em cada encontro, a experiência emocional compartilhada fosse adquirindo um efeito estético. Outra aluna afirmou:

> Estou no final do curso, e muitas incertezas. Daqui a dez anos quero estar na psicologia, e que a psicologia possa me dar um retorno, que eu possa me manter. Dentro da psicologia, há a psicologia do trabalho, que eu gosto muito também, além da clínica, talvez já casada, daqui a dez anos, uma especialização em psicanálise (PARTICIPANTE 11).

DISCUSSÃO

Safra (2005) nos mostra que o si mesmo (*self*) "se constitui, se organiza e se apresenta por fenômenos estéticos" (p.27), contexto em que a face estética de nossa experiência não se separa do ser e do conhecer. O autor destaca que há um encontro estético desde o início da vida, entre mãe e bebê, o que possibilita o inaugurar da elaboração imaginativa do corpo.

Esta noção de *self* torna-se essencial para compreendermos a importância da arte como aspecto propulsor da saúde psíquica. Afirma Winnicott:

> Para mim, o *self*, que não é o ego, é a pessoa que é eu, que possui uma totalidade baseada no funcionamento do processo de maturação. Ao mesmo tempo, o *self* tem partes e, na realidade é constituído dessas partes. Elas se aglutinam desde uma direção interior para o exterior no curso do funcionamento do processo maturacional, ajudado, como deve ser (maximamente no começo) pelo meio ambiente humano que sustenta e maneja e, por uma maneira viva, facilita. O *self* se descobre naturalmente no corpo, mas pode, em certas circunstâncias, dissociar-se do último, ou este, dele. O *self* se reconhece essencialmente nos olhos e na expressão facial da mãe e no espelho que pode vir a representar o rosto da mãe. O *self* acaba por chegar a

> um relacionamento significante entre a criança e a soma das identificações que (após suficiente incorporação e introjeção de representações mentais) se organizam sob a forma de uma realidade psíquica viva. [...]. São o *self* e a vida do *self* que, sozinhos, fazem o sentido da ação ou do viver, desde o ponto de vista do indivíduo que cresceu até ali e continua a crescer, da imaturidade para a independência e a capacidade de identificar-se com objetos amorosos maduros, sem a perda da identidade individual (WINNICOTT, 1994, p. 210).

Como podemos verificar, a partir desta citação do autor, o *self* é a totalidade da pessoa, incluindo o corpo, o mundo interno, a realidade psíquica, enfim, todos juntos compondo a pessoa e sua capacidade de existir e de se expressar a partir de si mesma, de forma espontânea. Como nos mostra o autor, a conquista do *self* é a base para a oportunidade de se viver uma vida criativa e que valha a pena ser vivida.

No cerne da constituição do *self* encontra-se a capacidade de brincar, atividade essencial para a própria emergência do si mesmo/ *self* e de sua possibilidade de viver de forma autêntica. Assim, ao conquistar o *self*, o homem se torna um ser criativo, cuja obra fundamental é o sentido de sua própria existência.

No grupo, percebemos que, na medida em que os participantes iam se sentindo acolhidos, podiam brincar com as palavras e imagens que iam sendo construídas, a partir da mediação dos recursos simbólicos oferecidos pela literatura. A experiência emocional de cada um, ao ser acolhida, produzia um efeito estético contagiante, e de tal forma, que um dos participantes pôde narrar uma poesia de sua autoria e que descrevia sua pessoa de forma poética, o que encantou a todos.

Ao final dos cinco encontros, procuramos devolver, em espelho, o que cada um trouxe sobre si mesmo. Figueiredo (2014) nos mostra que o trabalho de criação é uma resposta a uma crise de ansiedade, quando a criança procura por objetos estéticos que possam lhe proporcionar prazer, ao mesmo tempo que a ajudam a constituir, reconstituir, integrar e transformar o *self*.

O autor destaca a noção de objeto transformacional de Cristopher Bollas, para exemplificar o uso de objetos estéticos, que também são objetos de cultura. A experiência com o objeto transformacional é uma experiência estética precoce em que o primeiro objeto deste tipo é a própria mãe:

> O idioma de cuidado da mãe e a experiência do bebê deste cuidado é uma das primeiras, senão a mais precoce, estética humana. É a ocasião mais profunda, na qual a natureza do *self* é formada e transformada pelo meio ambiente. O prazer misterioso de ser envolvido por um poema, uma composição, uma pintura ou, por assim dizer, por qualquer objeto, reside naqueles momentos em que a mãe dá forma ao mundo interno do bebê, pois ele não podia lhes dar forma ou liga-los entre si, sem a proteção dela (BOLLAS, 2015, p. 67-68).

O autor sustenta que toda experiência estética é transformacional e que a busca por objetos estéticos é, na verdade, uma busca por "objetos transformacionais", assim designados, pois prometem ao sujeito uma experiência, onde as fragmentações do *self* serão integradas.

Sob condições normais, a estética materna se rende à estrutura da linguagem e, a partir de então, a criança pode ser falada,

ou seja, a mãe facilita a experiência formadora da palavra, junto com a compreensão que o bebê tem da estrutura gramatical.

Antes do advento da palavra, o sentido do mundo para o bebê residia no psicossoma da mãe, mas a partir deste e com o advento da linguagem, o bebê encontra um novo objeto transformacional que facilita a transição da privacidade para o âmbito da cultura humana, objeto este que é a palavra.

Figueiredo (2014) procura aprofundar a dimensão de cuidado do objeto transformacional aproximando-o da experiência cultural e artística. Nesta direção, destaca que toda a vida social e institucionalizada dos indivíduos se forma e se sustenta a partir de objetos transformacionais e todos os entes da cultura, assim como os processos que a promovem localizam-se nessas esferas dos objetos transformacionais, tais como definidos por Bollas (2015).

Os objetos transformacionais são objetos de cuidados, pois cuidam de nós, assim, se entendemos que a arte e a cultura são também objetos deste tipo, eles também se fazem cuidadores, no sentido apontado por Figueiredo (2014), para quem a ação de cuidar envolve algumas importantes dimensões, como o sustentar e conter (acolher, hospedar, dar continuidade, etc.); e transformar (não permanecer sempre no mesmo lugar e repetir, mas vivenciar rupturas e novas experiências). Nas palavras de Figueiredo (2014):

> Um filme, um bom romance, poesias, são extremamente capazes de conter nossas angústias, desejos e ambições, nossas curiosidades e nossos medos, operando como fantasias inconscientes projetadas para dentro do outro ou do objeto, no processo de identificação projetiva (Klein) de modo a transformá-los em conteúdos reconhecíveis, interpretáveis e toleráveis (p. 137).

Da mesma forma, histórias infantis ajudam a nomear, entender, aceitar e tolerar experiências emocionais primitivas e assustadoras, como atestam autores como Safra (2006) e Gutfriend (2014), assim, as obras de arte, nas suas variadas expressões, sonham por nós e nos ensinam a sonhar os conteúdos das fantasias inconscientes que, para dentro delas projetamos.

O "sonhar por nós" implica a tarefa de dar forma, colorido, palavra e voz, dar sentido ao que sentimos, e se essas tarefas dos objetos transformacionais nos faltam, sofremos com a sobrecarga de experiências perturbadoras. A cultura é uma rede de objetos transformacionais relativamente estável e organizada, capaz de oferecer cuidados a todos que a procuram (FIGUEIREDO, 2014). Com efeito, quantas vezes esperamos ansiosos pela estreia de um filme, um show musical ou uma peça de teatro?

Entregamo-nos aos cuidados dos objetos transformacionais e aos efeitos de cuidados que eles nos proporcionam, além disso, estabelecemos com eles uma relação transferencial: "o potencial de gerar transferências, esta poderosa força de atração, está diretamente ligado às características formais do objeto transformacional que é, fundamentalmente, um objeto estético" (FIGUEIREDO, 2014, p. 81).

As obras de arte são manifestações do inconsciente, mas extrapolam a dimensão singular e se estendem ao outro, que se dispõe a ver, ouvir e ler o que o poeta, pintor, músico ou romancista se dispõe a mostrar. Portanto, tratam-se de compartilhamentos no campo da cultura, aqui entendida também como processo social que inclui práticas sociais - como a arte - que não podem ficar desvinculadas das formas de linguagem particulares sob as quais incidem.

A formação do psicólogo não pode limitar-se aos aspectos curriculares do projeto pedagógico do curso de psicologia, pois ela

também ocorre nas trocas cotidianas entre colegas e entre alunos e professores em espaços não formais, além da sala de aula. Neste sentido, o Serviço de Psicologia Aplicada da UFJ é *locus* de formação não apenas do estágio nas ênfases curriculares à nível básico e específico, mas também lugar de acolhimento grupal das angústias dos estudantes, uma forma de dar voz ao aluno, por meio da escuta de sua palavra, esta que permite a transformação do traumático em fantasia, narrativa, arte e criatividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção do ofício de psicólogo é um processo longo e laborioso, uma experiência não apenas de preparo teórico e técnico, mas também de autoconstrução da pessoa, do ser humano que irá atuar na promoção de saúde mental. Sendo assim, a oferta de um espaço de encontro que pudesse amparar o aluno do curso de psicologia em suas dificuldades, conflitos e impasses durante seus anos de graduação, tornou-se preocupação central nesta proposta desta intervenção.

A partir da realização deste projeto, observamos que alguns estudantes escolheram estudar psicologia para ajudarem a si mesmos a superar sofrimentos, além de buscarem ajuda também para suas famílias, aspecto que não pode ser desconsiderado pelos docentes, pois muitos necessitam de ajuda psicoterápica durante a graduação, ou mesmo de dispositivos de acolhimento, como o que foi exemplificado nesta intervenção.

Além, disso, no contato com as artes, criou-se um espaço lúdico de oferta de escuta e acolhimento, bem como o aprimoramento da própria escuta como instrumento do trabalho do

psicólogo. Trata-se de emprestar subjetividade ao outro, por meio da experiência com as artes, e da escuta do outro, em contexto grupal.

A partir da prática com o projeto, verificamos que a oferta de objetos estéticos, que são também objetos transformacionais, muito contribuiu para a comunicação do conteúdo emocional no grupo, por meio das narrativas de experiências vividas. Nesta direção, o uso da literatura e de poesias forneceu figurabilidade às angústias dos estudantes, o que acarretou alívio para o sofrimento psíquico destes.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. **O que é o contemporâneo e outros ensaios**. Chapecó: Editora Argos, 2009.

ASSIS, M. F. **Corpo e psicossexualidade- metáforas da cultura**. Curitiba: Editora CRV, 2019.

BARRETO, R. A. *et al*. "A arte de grupos de discussão sobre hospitalização". **Revista Estudos em Psicanálise**, n. 43, 2015.

BARROS, M. **Exercícios de ser criança**. Rio de Janeiro: Editora Salamandra, 1999.

BIRMAN, J. **O sujeito na contemporaneidade- corpo, dor e desalento na atualidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2012.

BOLLAS, C. **A sombra do objeto: Psicanálise do conhecido não pensado**. São Paulo: Escuta, 2015.

BORGES, A. “A função profanatória da Psicanálise e da Arte”. **Revista Percurso**, vol. 7, n. 1, 2015.

BRITO, R. M. **As histórias contadas na clínica**: narrativa e transformação na psicoterapia (Dissertação de Mestrado em Psicologia). Fortaleza: UFC, 2014.

BYUNG CHUL, H. **Sociedade do cansaço**. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

COSTA, M. F.; DIONÍSIO, G. H. “Angústia: arte, psicanálise e recepção estética”. **Revista Trivium**, vol. 8, 2016.

FERRO, A. **A Psicanálise como literatura e terapia**. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1995.

FIGUEIREDO, L. C. **Cuidado, saúde, cultura**. São Paulo: Editora Escuta, 2014.

FULGÊNCIO, L. “A necessidade de ser como fundamento do modelo ontológico de homem para Winnicott”. *In*: BIRMAN, J. (org.) **A fabricação do humano**: Psicanálise, Subjetivação e Cultura. São Paulo: Editora ZagodonI, 2014.

GUTFREIND, C. **A infância através do espelho**: a criança no adulto, a literatura na Psicanálise. Porto Alegre: Editora Artmed, 2014.

MACHADO, A. M. **O tesouro das virtudes para crianças**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2000.

NOSEK, L. “Dentro da Psicanálise, dentro da cultura”. **Revista Brasileira de Psicanálise**, n. especial, 2017.

PICHÓN-RIVIERE, E. **O processo grupal**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2005.

POLI, M. C.; FAISSOL, K. R. "Adolescer com arte (e psicanálise): projetos escolares". **Revista Educação e Realidade**, vol. 41, n.3, 2015.

QUEIRÓS, B. C. **Sei por ouvir dizer**. Erechim: Editora da ELBRA, 2007.

RIVERA, T. "Ensaio sobre arte e testemunho- Rodrigo Braga e a invenção da experiência". **Revista de Psicologia**, vol. 27, n. 1, 2016.

RYLANT, C. **A velhinha que dava nome às coisas**. São Paulo: Brinque-Book, 1997.

SAFRA, G. **A face estética do self**: teoria e clínica. São Paulo: Editora da Unimarco, 2005.

SAFRA, G. **Desvelando a memória do humano**: o brincar, o narrar, o corpo, o sagrado, o silêncio. São Paulo: Edições Sobornóst, 2006.

WINNICOTT, D, W. **Explorações psicanalíticas**. Porto Alegre: Editora Artmed, 1994.

CAPÍTULO 7

Danos Causados pelo Racismo Linguístico na Saúde Mental da População Negra e a Importância da Psicologia Preta: Uma Educação para as Escolas

DANOS CAUSADOS PELO RACISMO LINGUÍSTICO NA SAÚDE MENTAL DA POPULAÇÃO NEGRA E A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA PRETA: UMA EDUCAÇÃO PARA AS ESCOLAS

Wendy Anara Cristina Souza Gonçalves

Daniele Cristina Coelho

Amanda Vieira Souza

O Brasil é um país miscigenado. Isso se dá devido às contribuições de diversas etnias e culturas que recebeu durante o período de colonização.

Toda história do país gira em torno de uma estrutura racista visto que o Brasil foi formado devido ao sofrimento dos escravizados, da desigualdade social e racial. Segundo Marquese (2006), entre quarenta anos da vinda da família real para o Brasil. Em 1808, mais de 1,4 milhão de cativos foi inserido no Império, cerca de 40% de africanos desembarcados como escravizados.

Desde o início da era colonial até meados do século 19, milhões de africanos foram enviados ao Brasil de maneira forçada para serem escravizados; foram tirados de suas terras sendo obrigados a irem para um lugar desconhecido afastados de suas famílias e amigos tendo seus direitos proibidos e sua cultura e religião negada.

Em 1888, devido à pressão externa que o Brasil vinha sofrendo de outros países, a Princesa Isabel assinou a Lei Áurea, que formalmente acabou com a escravidão no Brasil, mas o racismo não acabou de fato, segundo SILVA (2018, p. 2). “Desde da escravidão

até hoje o racismo nunca teve fim, ele apenas se manifestou de diferentes formas, adaptando-se à época".

Permanecem, portanto, o preconceito e discriminação raciais no Brasil. Desde quando é inserido na sociedade o negro tem contato com a discriminação, a rejeição em ciclos sociais, falta de representatividade, *bullyng* com sua aparência e apagamento da sua negritude. Esses fatores causam impactos na saúde mental gerando traumas e afetando diretamente a autoestima e o desenvolvimento dessas pessoas.

De acordo com Aparecida, as vítimas de preconceito racial merecem a atenção de uma ciência psicológica, tanto focando no indivíduo, que é o caso da psicologia clínica, quanto focando no coletivo, através da psicologia social. É importante pois analisa os processos de identificação do negro individual e coletivo na sociedade e os processos de sua autoestima. Porém, a psicologia social no Brasil tem dado pouco espaço a esse fenômeno social que afeta diariamente a vida de milhares de afro descendentes (SILVA, 2018, p. 2).

De modo semelhante à Silva (2005), considera-se que psicólogo é um profissional que estuda e analisa os problemas associados ao comportamento de indivíduos e procura ajudá-los a superar suas dificuldades e neste sentido torna-se interessante que este profissional seja preparado para fornecer apoio também, pessoas afetadas pelo fenômeno social mencionado.

Para Veiga (2019 p. 1),

> [...] as graduações em psicologia no Brasil são muito embranquecidas. A maioria dos autores estudados nos cursos de psicologia é formada por homens brancos de origem europeia. São raras as universidades que estudam autores negros [...].

Por isso é acredita-se na necessidade de que a psicologia preta seja inserida para tratar da melhor forma danos que o racismo estrutural causa na saúde mental de pessoas negras.

RACISMO ESTRUTURAL

Almeida (2018), considera o racismo estrutural ligado ao racismo institucional que determina suas regras a partir de uma ordem social estabelecida na sociedade. O racismo estrutural é uma forma de segregação que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconscientes como hábitos, situações e falas embutidas nos nossos costumes que perpetuam direta ou indiretamente a segregação racial.

Não se pode afirmar ao certo quando o racismo começou. Entretanto, a ideia de que brancos são melhores do que pretos se espalhou em meados do século 16 e 17 devido à colonização do continente americano. Em meados de 1500, os primeiros negros escravizados começaram a chegar ao Brasil. Trata-se uma tentativa de solução para a falta de mão de obra para a lavoura.

Como eram vistos como mercadorias ou mesmo como animais, eram avaliados fisicamente, sendo selecionados como os mais caros, os escravizados que tinham dentes fortes, canelas finas, quadril estreito e calcanhares altos. O transporte era feito da África para o Brasil nos porões do navios negreiros.

Amontoados em condições desumanas muitos morriam antes mesmo de chegarem ao Brasil, sendo que seus corpos eram lançados ao mar. Já em terras brasileiras o trabalho dos africanos, concentrado na economia açucareira, era duríssimo e pautado na violência (KOWARICK, 1994).

A jornada de trabalho poderia estender-se por até 20 horas de trabalho diário**,** ao fim do dia, os escravizados eram reunidos na senzala e lá eram monitorados para que não fugissem. Eles tinham uma alimentação muito pobre e insuficiente. Existiam escravizados que trabalhavam no campo, nas residências e nas cidades.

Os do campo eram extremamente mal vestidos, e muitos não tinham contato direto com seu senhor, apenas com o feitor. Os escravizados estéticos tinham roupas melhores e contato direto com o senhor e sua família. Os escravizados urbanos trabalhavam em diferentes ofícios.

A violência algo comum em se tratando de escravizados. O tratamento violento dedicado a eles tinha o intuito de incutir-lhes temor de seus senhores. Esse medo visava mantê-los conformados com a sua escravização e impedir fugas e revoltas. Uma punição muito comum aplicada sobre eles era o "quebra-negro", que os ensinavam a sempre olharem para baixo na presença de seus senhores.

Além disso, muitos escravizados podiam ser acorrentados, para evitar que fugissem, e usar uma máscara de ferro, conhecida como máscara de flandres**,** colocada neles para impedir que engolissem diamantes (nas regiões mineradoras), se embriagaram, ou mesmo cometessem suicídio por meio da ingestão de terra (NEVES, 2020).

Em 13 de maio de 1888, foi assinada pela princesa Isabel a lei Áurea que aboliu a escravidão no Brasil. A partir dessa data, os negros eram considerados livres, porém não foi criada nenhuma política de ajuda para diminuir o abismo social dos recém libertos que foram abandonados à própria sorte, sem ajuda do governo e sem ter para onde ir os escravizados foram morar em lugares que ninguém queria morar, como os morros, surgindo assim às favelas, onde os negros viviam e vivem até hoje em condições desumanas.

Sem acesso à terra e sem qualquer tipo de indenização por tanto tempo de trabalhos forçados, geralmente analfabetos, vítimas de todo tipo de preconceito, muitos ex-escravizados permaneceram nas fazendas em que trabalhavam, vendendo seu trabalho em troca da sobrevivência. Aos negros que migraram para as cidades, só restaram os subempregos.

O preconceito e a discriminação e a ideia permanente de que pessoas pretas só serviam para serviços pesados. Consequentemente, deixaram sequelas desde a abolição da escravatura até os dias atuais. Outra prática que perpetua o racismo, mesmo que não intencionalmente, são os termos linguísticos pejorativos incorporados no nosso cotidiano como “ovelha negra”, ’”denegrir” que é usado de forma pejorativa associando negro a uma coisa ruim.

E palavras como “mulato” “moreno” “pessoa de cor” para se referir a pessoas pretas além de expressões linguísticas como “a coisa ficou preta” ou “fazer serviço de branco”, que são bastantes conhecidas no vocabulário brasileiro.

Mesmo tendo se passado 132 anos após a abolição da escravatura, os negros ainda colhem os frutos da desigualdade social e econômica causadas durante e após o período escravocrata, pesquisas apontam que negros são 75% entre os mais pobres enquanto brancos, 70% entre os mais ricos, a população carcerária é composta por, 61,7% de pretos ou pardos.

E taxa de analfabetismo entre as pessoas pretas ou pardas é de 9,9% mais do que o dobro entre as pessoas brancas (4,2%). A taxa de jovens negros (pretos ou pardos) no ensino superior é de 18,3% enquanto brancos são a maioria com 36,1% esses dados mostram claramente a discrepância entre raças, na qual o principal motivo é o racismo estrutural no país.

A EXTINÇÃO DAS EXPRESSÕES RACISTAS

Na tentativa de desestruturação do racismo social, algumas expressões e termos linguísticos têm sido eliminados gradativamente do vocabulário da sociedade, e extinguir termos pejorativos e expressões racistas. Isso é visto como um grande avanço diante de uma sociedade que carrega consigo o racismo arraigado em termos culturais. A primeira mudança que ainda gera debate é a alteração do termo "negro" para "preto".

A justificativa para a mudança é o fato do termo ser associado a coisas consideradas ruins, imorais, ilegais tais como: "mercado negro", "magia negra", "lista negra", "página negra", "ovelha negra" e "denegrir". Todavia, a extinção total desse termo pode levar tempo, já que a maioria das pessoas ainda não tem conhecimento sobre a mudança semântica dos termos, muito menos o uso desses termos em sentidos contextuais.

Algumas expressões também vêm sendo eliminadas do cotidiano das pessoas, dentre elas: "mulata" que significa o cruzamento do cavalo com a mula, que faz referência ao senhor de escravos e as escravas, "doméstica" que remete época escravocrata, onde negros eram tratados como animais que precisavam ser domesticados, "moreno" é visto como uma tentativa de embranquecer a cor da pele, "da cor do pecado" que mesmo sendo usado como um elogio, faz com que a imagem da mulher preta seja sexualizada.

Vale lembrar que semelhantemente, o termo "moça" é empregado pejorativamente por alguns países, pelo mesmo fato de ser associado à servidão. Várias outras expressões estão sendo excluídas, e "cor de pele" faz parte dessa lista. Sabe-se que, desde a infância que cor de pele é apenas aquela cor rosinha da caixa de lápis de cor, mas na verdade, esse tom não representa a pele de todas as

pessoas, principalmente no Brasil um país miscigenado onde 56,3% da população é negra.

Entra em pauta a importância de entender e falar sobre o colorismo desde a primeira infância e o tema ser efetivamente inserido como um componente curricular, hoje tratado como transversal. A educação nas escolas deve abordar a função semântica dos termos, bem como o trabalho de saúde mental dos estudantes para a formação para a cidadania.

MISCIGENAÇÃO E COLORISMO

A miscigenação é fruto tanto do estupro das escravizadas pelos senhores de engenho quanto do projeto de eugenia no Brasil. Houve, aqui, uma crença muito forte de que os pretos deveriam se relacionar com brancos para "clarear" a raça e o povo brasileiro.

Esses pretos claros, frutos do estupro das escravizadas, eram mais bem tratados pelos senhores de engenho (ainda sofriam, porém menos), tinham vantagens e "privilégios" que os mais escuros não tinham como. Por exemplo, não fazer os trabalhos mais difíceis e pesados e ficar na casa dos senhores.

Mais tarde, com a crença da eugenia, houve uma forte política para que pretos e pretas de pele escura se casassem com brancos para que seus filhos nascessem com a pele mais clara com a crença de que um dia todos aqui teriam pele clara e traços brancos.

Da prática da eugenia, surgiram muitas pessoas miscigenadas, negros de pele clara (muitas vezes definidos como pardos). Assim como no período escravocrata, esses pretos têm vantagens em relação aos mais escuros e retintos. O colorismo é uma forma de preconceito com pessoas da mesma raça, que são tratadas diferentemente com base na tonalidade de sua pele.

Isso significa que quanto mais clara for a pele da pessoa negra, menos preconceito ela sofrerá, pois se entende que está mais próxima da etnia branca. Apesar de sofrerem com o racismo, não sofrem como e nem na mesma intensidade que pretos mais retintos, haja vista que o racismo no Brasil ele não se dá, exclusivamente, pela cor da pele, mas também pelos traços.

Logo, se um preto se aproxima mais dos traços e da pele branca, ele tende a ser mais aceito que os que têm mais traços negroides e pele mais escura. Esses negros de pele clara vão ocupar mais lugares e serem mais aceitos em diversos âmbitos por "não serem tão negros assim".

Fazendo, na prática, jus a teoria do colorismo que nada mais é do que um termo utilizado para diferenciar várias tonalidades da pele negra, do tom mais claro ao tom mais escuro. Essas tonalidades da pele negra também permitem a inclusão ou a exclusão na sociedade, já que quanto mais claro e mais próximo do padrão eurocêntrico, maior é a aceitação.

CONSEQUÊNCIAS DO RACISMO NA SAÚDE MENTAL

Após a abolição da escravatura, não foi criada nenhum tipo de política pública para reinserir na sociedade os negros recém libertos. Este fato causou um afastamento físico e social que é presente até os dias atuais. Para Pereira (2017), a condição de vida causa pela desorganização social proveniente do racismo gerou muita humilhação e isolamento social e econômico.

Isso fez com que as pessoas negras não participassem do estilo de vida urbana e se sentissem isolados ou "invisíveis do meio social". Ao que se refere a saúde mental, não existe dúvida de que o racismo é um desencadeador de sofrimento, pois a relação de poder,

exclusão, a falta de representação sociais, culturais, entre outras formam um ambiente propício para o sofrimento mental de várias ordens. Alleluia (2020) destaca como algumas pessoas não conseguem lidar com o preconceito racial a ponto de afetar a saúde mental do sujeito.

> Dentre as diversas situações que acompanhamos temos um exemplo que materializa a interrelação do racismo com a saúde mental.
>
> Acompanhamos uma senhora que embora seja negra retinta não consegue se identificar como tal e se diz loiras dos olhos azuis. Tem em sua história de vida marcas concretas de preconceito racial.
>
> Não se identificar negra neste caso pode nos ajudar a compreender que lidar com esse preconceito a fez construir um estereótipo possível para seguir na viva.

Contrariando o que grande parte da sociedade acredita, o racismo não foi extinto, apenas mascarado. O racismo é latente e muito visível. Ainda que a grande maioria da população brasileira seja negra 54% (IBGE, 2014), essa parte populacional ainda é vista e tratada como minoria.

Ademais, há ainda poucos estudos relacionando saúde mental e associação com o preconceito racial, como apontam Smolen e Araújo (2017, p. 4022), pois:

> [...] a saúde mental está menos estudada em comparação com a saúde física. Poucos estudos examinam a associação entre raça/cor da pele e saúde mental no Brasil, ou até mesmo incluem raça como uma unidade de análise.

Os autores ainda destacaram uma maior incidência de transtornos mentais entre a população negra, sugerindo uma relação causal com o preconceito.

> A prevalência de transtornos mentais é maior na população negra que na população branca. Essa conclusão não foi universal na literatura, mas as análises multivariadas que acharam associações estatisticamente significantes foram quase todas na direção positiva entre a raça/cor não branca e transtornos mentais [...] (SMOLEN; ARAÚJO, 2017, p. 4026).

É evidente que ambiente social sobre o qual o indivíduo está presente e atua é de extrema importância para a manutenção da sua saúde mental. É possível afirmar que o ambiente em que a da população negra reside, muitas vezes afastados dos centros urbanos, áreas violentas, sem saneamento básico e educação adequada, aumenta os níveis de estresse do indivíduo e influencia profundamente em problemas em sua saúde mental (OLIVEIRA; MAGNAVITA; SANTOS, 2017).

Não há, porém, qualquer relação biológica entre raça, em termos de preconceito racial e saúde mental, o que sugere que o problema é de cunho social (COOPER; DAVID, 1986; GOODMAN, 2000). A pessoa preta desde o começo da sua convivência social é submetida a diversos constrangimentos, humilhações, "piadas", "brincadeiras" racistas que são heranças da estrutura racista sobre a qual vivemos, esse tipo de situação tem influência direta, sobretudo na autoestima da pessoa preta.

Outras situações racistas como: a violência, estereótipos, discriminação e falta de representatividade geram transtornos como depressão e ansiedade e outros traumas.

> Barbosa (2011, p. 81) explica que "Quando somos vítimas de um trauma severo, forma-se uma espécie de "calo" naquela superfície lisa, que incomoda e nos faz lembrar o tempo todo que ele existe". Sendo assim, é possível afirmar que muitas vítimas de racismo podem desenvolver esse problema no futuro, visto que a discriminação racial pode se manifestar não só por torturas psicológicas, como também por torturas físicas, o que pode ser considerado um trauma na vida dessas pessoas, pois isso acontece desde da infância (SILVA, 2018, p. 5).

A IMPORTÂNCIA DA PSICOLOGIA PRETA

A Black Psychology (Psicologia Preta) é um ramo da psicologia que surgiu nos Estados Unidos, em 1960. Criada no intuito de oferecer assistência específica diante de violência racista e ajudar a promover saúde mental a população negra. O modo de viver fora de suas origens trazem consequências diretas que afetam na saúde mental.

As diferenças sociais e culturais, que são impostas muitas vezes pela sociedade, aumentam a possibilidade de as pessoas desenvolverem um transtorno que pode variar de uma depressão leve a um transtorno psicótico grave. No que se diz à saúde mental, não existe dúvida que o racismo é um instrumento de sofrimento, pois a relação de poder, exclusão, bem como a falta da convivência sociais tendem a engendrar sofrimento de diversas formas.

A experiência de ser negro numa sociedade racista compromete de forma significativa a saúde mental. Segundo James (2016), o racismo internalizado, que é o desenvolvimento de uma identidade étnico racial desvalorizada ou negativa, tem associação com o desenvolvimento de depressão.

É importante destacar que a psicologia é uma ciência neutra e, segundo o código de ética, não se faz distinção de pessoas por etnia, gênero ou crenças. Sendo assim, todo cidadão tem direito de ser igualmente atendido. Entretanto, este fato não significa que dentro da psicologia não possa existir áreas de especificidade. Veiga (2019) afirma que as graduações em psicologia no Brasil são muito "embranquecidas".

Afinal, a maioria dos autores estudados é de homens brancos europeus. São raras as universidades que estudam autores negros. Surge, deste ponto, a necessidade de uma especialização voltada para atender a comunidade preta. A Psicologia Preta oferece uma série de ferramentas que, em meio às violências do racismo, ajuda a promover saúde mental para a população negra (VEIGA, 2019).

A psicologia preta é uma disciplina que parte de pesquisas e o profissional branco tem um papel sensível e de apoiador antirracista nesta questão. Em contrapartida, o vínculo terapêutico entre um paciente e um terapeuta preto é muito importante, uma que os traumas causados pelo racismo são algo bastante delicado e, muitas vezes, relacionam-se a uma ferida no inconsciente do paciente que ainda não foi cicatrizada.

Como poderiam as ciências humanas, históricas - etnologia, economia, história, antropologia, sociologia, psicologia e outras - nascidas, cultivadas e definidas para povos e contextos socioeconômicos diferentes, prestarem útil e eficaz colaboração ao conhecimento do negro, à sua realidade existencial, aos seus problemas, aspirações e projetos? Seria a ciência social elaborada na Europa e nos Estados Unidos tão universais em sua aplicação? (NASCIMENTO, 2009, p. 206).

Os quilombos foram uma ferramenta de extrema importância para a preservação da cultura e da identidade negra. Uma clínica de terapeutas negros e negras voltados para população negra possui

efeito similar para preservação e reconstrução da autoestima e saúde da população preta.

METODOLOGIA

Uma pesquisa visa alcançar novos saberes como considera Pereira *et al*. (2018). Realiza-se um estudo exploratório de baixa amostragem com base nos conhecimentos já adquiridos por meio de informações do cotidiano no cenário atual por meio da literatura, das mídias sociais, pesquisas em websites e questionário para nuclear outras pesquisas futuras.

Desenvolveu-se uma pesquisa tipo *survey* com aplicação de um questionário direcionado a pessoas negras contendo questões relacionadas à "Saúde mental da população negra e a psicologia preta". Responderam anonimamente ao questionário, 52 pessoas com idade entre 17 e 48 anos, no ano de 2019 e no Estado de Minas Gerais, numa universidade brasileira.

Utilizaram-se perguntas relacionadas à importância do acompanhamento psicológico; se o indivíduo negro já tinha sido acompanhado por psicólogo negro; se o atendimento por psicólogo branco causava algum desconforto e se era abordada a questão racial. Em respeito às questões éticas e ao pedido de muitos participantes. O nome dos informantes e da Universidade onde o questionário foi aplicado não foram relevados por questões éticas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do questionário apontaram que 96,2% das pessoas acreditam na importância de pessoas negras seguirem

acompanhamento psicológico, sendo 63,5% já fez/faz acompanhamento psicológico e 69,2% já fizeram ou fazem acompanhamento com psicólogos brancos.

Quando perguntados sobre a experiência ao introduzir assuntos raciais no diálogo com os profissionais brancos, 76,93% disse ter sido ruim e encontrado dificuldades e/ou desconforto para abordar o assunto, 19,24% não abordou o assunto e 3,84% disse ter sido bom e confortável para abordar o assunto.

E por fim, quando perguntados sobre a preferência entre ser atendido por profissionais negros ou brancos e o porquê da escolha, 76.93% disse preferir profissionais negros, 15,38% não soube responder e 7,69% não vê diferença.

Dentre as justificativas dos participantes, ressaltam-se se questões de identificação com situações relacionadas ao racismo e facilidade em abordar o tema. Os dados revelam que pessoas negras encontram dificuldades para tratar questões envolvendo o racismo por não se sentirem confortáveis diante de profissionais brancos, e que é extremamente importante que mais profissionais negros possam atender a demanda de casos envolvendo questões raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É considerável que, para um jovem negro, viver num país no qual existe um racismo velado, ele pode sofrer efeitos nocivos sobre sua saúde mental. A ajuda psicológica é interessante e básica para pessoas, devido ao sofrimento psíquico pelo qual passam como consequência da experiência de racismo, mas ainda tem a histórico de ausência nesta área.

A formação de psicólogos negros é de extrema importância para atuação nessa área, isso devido a identificação entre profissional

e paciente, é mais "fácil" encarar um problema quando já está "familiarizado" com ele.

O impacto do racismo na saúde mental da população negra tem sido alto. Observa-se elevado número pessoas negras: com quadros de ansiedade e, depressão. Há a dificuldade do negro em encontrar um profissional, com o qual se identifique e que não banalize o sofrimento de um paciente que enfrenta problemas relacionados a questões raciais. Essa é uma das razões que fazem da Psicologia Preta um ramo fundamental para o tratamento.

Sugere-se para estudo futuros que se realizem trabalhos com amostragens maiores e em diversas regiões do país de modo a se obter resultados comparativos e que se trabalhe temáticas semelhantes resultantes dos desdobramentos em relação aos temas mencionados.

REFERÊNCIAS

ALLELUIA, L. S. "O impacto do racismo na saúde mental". **Blog CENAT Cursos** [2020]. Disponível em: <www.blog.cenatcursos.com.br>. Acesso em: 09/09/2020.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Editora Letramento, 2018.

COOPER, R.; DAVID R. "The biological concept of race and its application to public health and epidemiology". **Journal Health Politics**, vol. 11, n. 1, 1986.

GOODMAN, A. H. "Why genes don't count (for racial differences in health)". **American Journal of Public Health**, vol. 90, n. 11, 2000.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem**: a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1994.

MARQUESE, R. B. "A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX". **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 74, 2006.

NEVES, D. "Escravidão no Brasil". **Brasil Escola** [2020]. Disponível em: <www.brasilescola.uol.com.br>. Acesso em: 05/09/2020.

SANTOS, A. O.; SCHUMAN, L. V.; MARTINS, H. V. "Breve histórico do pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais". **Psicologia: Ciência e Profissão**, vol. 32, 2012.

SILVA, M. C. "O impacto do racismo na saúde mental das vítimas". **Portal dos Psicólogos** [2018]. Disponível em: <www.psicologia.pt>. Acesso em: 02/09/2020.

SILVA, M. L. "Racismo e os efeitos na saúde mental. Seminário saúde da população negra do Estado de São Paulo". **Scielo** [2004]. Disponível em: <www.scielo.com>. Acesso em: 07/09/2020

SMOLEN, J. R.; ARAÚJO, E. M. "Raça/cor da pele e transtornos mentais no Brasil: uma revisão sistemática". **Ciência e Saúde Coletiva**, vol. 22, n. 12, 2017.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

VEIGA, L. M. "Descolonizando a psicologia: notas para uma Psicologia Preta". **Fractal: Revista Psicologia**, vol. 31, 2019.

CAPÍTULO 8

A Psicologia Histórico-Cultural e a Pedagogia da Alternância

A PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL E A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA[2]

Wellington de Carvalho

Teresa Cristina Rego

O presente capítulo tem como objetivo analisar possíveis correspondências entre os princípios fundamentais que sustentam a metodologia da Pedagogia da Alternância, com os fundamentos da psicologia histórico-cultural de Lev Vigotski, especialmente no que tange à noção de vivência (*perejivanie*) e de signos culturais como mediadores das internalizações.

Com esse propósito, no encadeamento do texto, primeiramente contextualiza-se a Pedagogia da Alternância, assim como apresenta-se algumas das principais características da Psicologia Histórico-Cultural. Em seguida apresenta-se algumas possíveis aproximações, para concluir com a apresentação de aspectos de diferentes teorias educacionais libertárias que também se aproximam das duas perspectivas em análise.

De modo geral, a instituição escola em sociedades escolarizadas é concebida como essencial na introdução aos conhecimentos científicos e, consequentemente, contribuindo no desenvolvimento das capacidades mentais, psicológicas e emocionais. Complementarmente, pode-se considerar que o conhecimento humano tenha suas bases mais elementares nos pressupostos biológicos de necessidade humana e nas relações

[2] Uma versão prévia deste capítulo foi publicada em: CARVALHO PEREIRA, W.; REGO, T. C. "A Pedagogia da Alternância e a Psicologia Histórico-Cultural de Lev Vigotski". *Revista Educação Em Questão*, vol. 60 n. 63, 2022.

histórico-sociais que se desenvolvem na realidade vivida e erigida na cotidianidade (HELLER, 1994), ou seja, na percepção empírica imediata do concreto (SAVIANI, 1999).

Em termos vigotskianos, a apreciação dessas duas ideias remete à articulação entre pensamento científico e pensamento espontâneo (VIGOTSKI, 2000; 2001), os quais, ainda que operando em chaves distintas, são complementares e concorrem em direção a se encontrarem. Complementares, tendem a se encontrar porque os seus campos de produção, ainda que típicos - escolar-científico e cotidiano de senso comum -, não são exclusivos nem excludentes: há cientificidade no cotidiano e senso comum na escola.

Justamente desta possibilidade de complementariedade entre conhecimento científico e conhecimento espontâneo que se constrói a proposta deste artigo, de se buscar possíveis aproximações entre os fundamentos da pedagogia da alternância (PA) e a teoria histórico-cultural de Lev Vigotski, em um pressuposto de formação e desenvolvimento integral do indivíduo a partir da correspondência entre escola e organização social.

Deste entendimento de aprendizagens, formação e desenvolvimento dos sujeitos a partir tanto da escolarização, quanto nas condições materiais e simbólicas de existência do cotidiano, que se constitui a ideia de se pensar as possíveis aproximações teóricas.

Ainda que de uma noção genérica de escola, a reflexão se debruça sobre a concepção de tempo e espaço, assim como cultura e forma escolar e toda sua complexa dinâmica em correspondência com localidades, contextos sociais, modalidades e instâncias de ensino que não vise somente o cumprimento da burocracia da jornada de escolarização, mas sim, a formação do sujeito reflexivo, ético e moral, em um horizonte de desenvolvimento material e simbólico, comprometido com a noção de coletividade.

A partir de levantamento em bancos de dados como SciELO e CAPES, quando se restringe a busca especificamente por descritores como “pedagogia da alternância e Vigotski (e as outras formas de grafar o nome do autor) ”, ou “pedagogia da alternância e psicologia histórico-cultural” constata-se a insuficiência de trabalhos com tais propostas.

Essa escassez de pesquisas acerca de possíveis aproximações teóricas entre pedagogia da alternância e Vigotski é confirmada no estado da arte sobre pedagogia da alternância elaborado por Teixeira, Bernartt e Trindade (2008), que identifica apenas uma correlação distante entre pedagogia da alternância com a psicologia histórico-cultural no trabalho de Pereira Nascimento (2000).

Nessa esteira, o objetivo é argumentar sobre possíveis correspondências dos princípios fundamentais que sustentam a metodologia da PA, com os fundamentos da teoria histórico-cultural, especialmente no que tange à noção de vivência (*perejivanie*) e de signos culturais mediadores das internalizações.

Isto posto, iniciamos por apresentar aspectos das bases teórico-práticas da pedagogia da alternância, para em seguida, explicitar, de forma geral, pontos da psicologia histórico-cultural que, avaliamos, permeiam a teoria da PA e, finalmente, argumentar sobre possíveis aproximações teórico-metodológicas desta metodologia com os fundamentos da teoria histórico-cultural sobre vivências e mediação simbólica.

Neste momento, nas conclusões, por não identificarmos bases teóricas explicitamente reconhecíveis na teoria da metodologia da PA, apresenta-se brevemente algumas teorias que avaliamos serem possíveis pilares epistemológicos de sustentação desta metodologia, como a noção de escola unitária de Antonio Gramsci, a instrução politécnica da educação socialista em Anton Makarenko

e Nadajda Krupskaya, assim como aspectos da educação libertadora de Paulo Freire e a pedagogia histórico-crítica de Dermeval Saviani.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Surgida na França no ano de 1935 a partir das chamadas Maisons Familiales Rurales, o interesse central da PA era o atendimento das demandas educacionais de crianças e jovens em correspondência com as particularidades das localidades rurais.

Em sua origem rural, a PA oportuniza possibilidades de reconhecimento e identificação de seus processos de transformação da realidade por meio do trabalho típico deste meio, assim como reconhecimento das produções das condições de existência social e produção de história (ARROYO; CALDART; MOLINA, 2004).

Por ter sua origem no meio rural, as suas características primeiras advêm daí, como reconhecimento do meio rural enquanto dotado de culturas e saberes próprios, assim como autônomo enquanto território, e não como simples prolongamento ou dependente do meio urbano (CALDART, 2004).

Seguindo as mesmas intencionalidades da proposta francesa, apesar de ter sua fundação em iniciativa sociopolítica-religiosa italiana, a partir da Fundação Ítalo-Brasileira pelo Desenvolvimento Religioso, Cultural, Econômico e Cultural do estado do Espírito Santo no Brasil (1966, Padova, Itália), a PA no Brasil se inicia em 1968 com o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) a partir da fundação da Escola da Família Agrícola (EFA) de Olivânia, no município de Anchieta, em que se ratificava a orientação pela busca da promoção humana, assim como das práticas agrícolas, culturais e econômicas locais (NOSELLA, 2012).

A motivação da experiência brasileira tinha por orientação contestar o sistema educacional tradicional de modo a atender as demandas educacionais e sociais das localidades agrícolas (NOSELLA, 2012). A problemática da relação do Ser humano com a terra é uma perspectiva que permeia toda a estruturação da metodologia da PA, mas sem descuidar de uma reflexão mais universalista sobre as diferentes formas e modelos de relações e interações sociais. Como explica Nosella:

> [...] não apenas pretende solucionar alguns problemas concretos específicos de certas áreas geográficas, mas também, em sua significação mais profunda, em sua história e organização mundial, pretende se constituir como válida alternativa a todo sistema escolar tradicional (NOSELLA, 2012, p. 35).

Entendia-se que a mera reprodução da educação tradicional do meio urbano aplicada de forma automatizada ao meio rural comprometia a sua dinâmica de funcionamento, de entendimento do mundo e formação identitária, o que, por conseguinte, acarretava a saída dos jovens em direção às cidades (NOSELLA, 2012).

Ao fim e ao cabo, a pedagogia da alternância carrega princípios teórico-metodológicos que buscam articular conhecimentos sistematizados tradicionalmente pertencentes ao meio escolar com conhecimentos comunitários socioculturais e profissionais adequadas ao contexto de aplicação.

Assim, as demandas locais e as respectivas compreensões de mundo são apontadas como próprias dos processos educativos na perspectiva de diferentes possibilidades de escolarização, todavia, por outra parte, não se propõe o isolamento cultural. Atenta-se para não confundirmos valorização cultural com isolamento ou

xenofobia, mas sim como transculturalismo. Alguns trabalhos apontam esse risco de cairmos na armadilha de supervalorização de culturas isoladamente; ou ainda, no uso da PA enquanto "política pública" de criação de guetos por meio de uma visão hierarquizada entre culturas, entre urbano e rural, impedindo o acesso do meio rural à cultura e realidade urbana e vice-versa (SILVA, 2020).

A orientação que se assume é a da valorização dos saberes populares e das culturas regionais e locais como possíveis partes estruturantes dos processos de escolarização e, para que a valorização desses saberes locais não se limite à idealização, a metodologia da pedagogia da alternância se sustenta na conciliação horizontalizada entre tempos e espaços escolares com os de convívio comunitários em contraposição à pedagogia tradicional.

Há um princípio importante na PA de difícil percepção, que está imbricado na própria origem da palavra escola, do grego *scholé*, que gira em torno do tempo livre desinteressado, mas dotado de capacidade criativa e criadora, assim como, reconhecimento das possibilidades educativas do trabalho.

Ou seja, segundo a PA, a escola não pode existir simplesmente para atender demandas funcionais das relações sociais instituídas, nem tão pouco se orientar pelo atendimento exclusivo de necessidades materiais, ainda que seja um horizonte as condições materiais de existência.

O que é exortado é o princípio de pensar a si mesmo enquanto sujeito em uma realidade e pertencente a um contexto, pertencimento que se efetiva por meio das formas de apreensão, interpretação e compreensão desta realidade, nas quais os signos culturais locais e regionais têm funções elementares.

Os processos educativos se dão a partir da confluência entre Tempo Comunidade de conhecimento popular e Tempo Escola de conhecimento sistematizado, os quais são colocados em igualdade

de importância. Grosso modo, no tempo escola, em um primeiro movimento, se elabora diretrizes orientadoras para ações reflexivas no tempo comunidade conjuntamente com a família.

Neste movimento educativo de inter-relação na comunidade, serão forjadas novas reflexões a partir de eventuais demandas sociais da localidade já em diálogo com os fragmentos teóricos propostos pelos educandos no tempo escola, as quais, posteriormente, serão compartilhadas no retorno ao tempo escola. Esse movimento dialógico e dialético das ações educativas que transitam entre os conhecimentos dos diferentes espaços e tempos talvez seja a fundamentação elementar da PA.

Nosso interesse é, justamente, pelo potencial educativo contido na proposta da metodologia da PA, de coesão entre as dimensões de conhecimentos considerada capaz de proporcionar experiências educativas significativas, entendimento que se aproxima do conceito de vivências (perejivanie) (distinguir a palavra perijivanie em itálico) de Vigotski, em que, como já nos falava este autor, o maior grau de aprendizagem e desenvolvimento só pode se dar na interação com o ambiente da realidade vivida, justamente em decorrência das mediações culturais simbólicas que ali acontecem, na intersecção entre funções psíquicas superiores e mobilizações emocionais.

Da mesma forma, a PA, em coincidência com a psicologia histórico-cultural, opera na chave em que as aprendizagens mais significativas se dão nas interações e relações sociais dotadas de significados e sentidos, o que significa inteligíveis e em correspondência com a realidade vivida.

Considerando as demandas contextuais que a originaram, a PA se fundamenta especificamente na valorização dos conhecimentos e saberes da vida camponesa, o que não impede que

suas propostas metodológicas e pedagógicas possam ser pensadas e, eventualmente, empregadas em diferentes dinâmicas sociais.

Tal processo acontece pela articulação de diferentes temáticas educacionais, de modo a construir diálogo horizontalizado entre a teoria científica e a prática cotidiana de experiências concretas (GIMONET, 2007). Neste ponto, pode-se pensar tanto na construção de sentidos para os conhecimentos teóricos escolares, quanto em construções de experiências educativas significativas por meio da práxis mediadas por linguagens inteligíveis, remetendo ao que Vigotski denomina de vivências (*perejivanie*).

Estes indícios iniciais contidos nesta metodologia evidenciam à intencionalidade por valorização do conhecimento ou saber local. Ou dito de outra forma, como as pessoas daquela localidade se relacionam e se apropriam do conhecimento sócio-histórico, justamente como ensinado por Marta Kohl de Oliveira sobre os processos de aprendizagem na perspectiva da psicologia histórico-cultural (OLIVEIRA, 2012). A fundamentação da PA tem a ver com essa busca por correspondências entre o conhecimento sistematizado e as demandas da localidade. Formação a partir da pluralidade de possibilidades em relações sociais concretas.

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA E PSICOLOGIA HISTÓRICO-CULTURAL: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES

Ainda que a escola seja o lugar típico do pensamento científico ou conhecimento sistematizado e o cotidiano o lugar do senso comum e pensamento espontâneo, não devem ser entendidos como espaços exclusivos. Pensamento espontâneos e pensamento científicos não são incompatíveis, ainda que opostos.

Primeiro porque esses dois tipos de conhecimentos se desenvolvem em direção a se encontrarem: os espontâneos, partindo do concreto em direção ao abstrato e, os científicos, partindo do abstrato em direção ao empírico sobre o concreto. Segundo porque são tipicamente complementares: enquanto o pensamento espontâneo é a base, no sentido de constituição das singularidades e constituição da personalidade, a qual pode ter um primeiro entendimento como sendo a constituição da "subjetividade individual", o pensamento científico oportuniza diferentes relações e reconfigurações das funções psíquicas.

Assim, na articulação entre essas duas dimensões de pensamento, na constituição e desenvolvimento da estrutura psíquica geral de compreensão de conceitos, oportunizam conhecer em maior profundidade conceitual e teórica o objeto da realidade e a própria realidade (VIGOTSKI, 2001).

Vigotski ao pensar as noções de conceitos espontâneos e conceitos científicos tem por interesse evidenciar que, nos primeiros, o processo de formação conceitual funciona baseado em categorias difusas, muito atrelado ao contexto e às ações práticas, enquanto nos segundos opera na chave da relação lógica. A constituição sociopolítica das conjunturas e estruturas sociais também são erigidas nessa articulação entre conceitos espontâneos e conceitos científicos (SCHROEDER, 2007).

A reflexão sociopolítica em suas diferentes dimensões de pensamento espontâneo e científico, também é um princípio elementar da PA. É por isso que as instâncias decisórias e avaliativas, tanto escolares, quanto socioculturais da localidade passam pela comunidade. O forte caráter político da PA se manifesta nessa concepção de unidade quando da reflexão sobre as condições de vida das localidades nos dos processos educativos.

Em que os educandos são entendidos como agentes ativos da interação entre conhecimento científico e conhecimento de senso comum, contribuindo com a suas particularidades e avaliações subjetivas, delineando novas impressões, concepções, interações e relações com estes conhecimentos, levando a transformações dos conhecimentos na realidade e dos próprios conhecimentos em si. Trata-se de diferentes níveis de transformações: de si, das relações com os conhecimentos e dos próprios conhecimentos.

Pode-se caracterizar, portanto, que a metodologia da PA se constitui pela teoria, pela prática e pelas práxis, mas nunca em uma dinâmica automatizada que levaria a crer em uma hierarquização entre teoria e prática. A correlação entre teoria e prática concretizada na práxis da PA pressupõe o exercício psíquico intelectual e emocional, pressupõe reflexão crítica na ação prática e remete à unidade dessas duas dimensões de existência, o que se aproxima bastante da obra de Paulo Freire. É uma proposta em que se tem por interesse a aplicação da teoria na realidade vivida reflexivamente.

É ainda uma pedagogia de características vocacionais, tendo por horizonte mudanças sociais por meio de processos educativos compatíveis ao trabalho humano, os quais devem se orientar pela concepção de coletividade, ou mais especificamente, pela participação democrática, coletiva e comunitária crítico-reflexivas nas tomadas de decisões. Nesse sentido, não se entende características vocacionais como o ensino de um ofício laboral ou mera profissionalização em busca de especialização produtivistao.

A caracterização vocacional se torna um problema quando assumida exclusivamente como centralidade nos processos educativos, ou quando os ensinamentos de ofícios profissionais substituem os processos educativos. Todavia, quando características vocacionais se apresentam em complementariedade aos processos educativos, opera na chave de entendimento da prática laboral dotada de potência na mediação das aprendizagens significativas, ou

seja, o caráter pedagógico-educativo do trabalho, justamente em decorrência da relação que se estabelece com o contexto, de linguagens conhecidas e reconhecíveis, da experiência situada etc.

Por outra parte, algumas pesquisas atrelam a metodologia da PA a princípios profissionalizantes, uma vez que se pauta pela valorização da cultura e conhecimentos de senso comum marcada pela prática do trabalho. Gimonet (1999) diz que na França, a PA, em algum momento, fora anunciada como orientação e inserção profissional, adaptação ao emprego, qualificação profissional e, em menor grau, como preparação para processos seletivos. Outros autores ainda (CLÉNET; GÉRARD, 1994) concebem essa metodologia como uma parceria escola-empresa em sentido liberal.

A partir da década de 1980 na França, a PA expande-se no sentido dessa formação técnica funcionalista. Todavia, a perspectiva que se assume aqui é que formação educativa escolar correlacionada ao trabalho humano produtivo-criativo não necessariamente significa profissionalização (MARX, 1983; GRAMSCI, 2000; SCHLESENER; SCHLESENER, 2022).

Como bem nos ensina Nosella (2012), a PA não é profissionalizante, antes um momento (espaço-tempo) de reflexão crítica sobre a realidade vivida e vivenciada, abarcando as formas de produção e o mundo do trabalho em suas diferentes dimensões como importante arranjo educativo.

É um tempo de se pensar os conhecimentos sociais corriqueiros em correspondências com os princípios de sistematização do conhecimento por meio de princípios científicos. Em última instância é conceber a equivalência entre conhecimento científico e conhecimento de senso comum em uma relação de complementariedade necessária à formação humana enquanto sujeito.

Esquematicamente, em um primeiro movimento, a PA é reflexiva pois propõe a aplicabilidade da teoria na realidade em circunstâncias contextualizadas. Em um segundo movimento, é crítica pois o seu arcabouço teórico-metodológico se orienta e se fundamenta no reconhecimento de correspondências entre teoria científica e prática cotidiana e as respectivas possibilidades de transformações positivas da realidade.

Daí a necessidade de articulação entre Tempo Escola (período de aulas na escola, articulação entre estudo, pesquisa e proposta de intervenção) e Tempo Comunidade (experiências no ambiente social da comunidade, localidade ou região, pesquisa, experimentos, "trabalho" no sentido de experienciar atividades) (SILVA, 2020). São processos educativos de reconhecimento da igualdade de direito no processo educacional entre família, comunidade e escola.

Entende-se, portanto, que os diferentes espaços e tempos – escolar, familiar, social, comunitário – são legítimos nos e para os processos educativos de ensino-aprendizagem e desenvolvimento. É um movimento em direção da integralização comunidade-escola, proporcionando à integralidade das pessoas envolvidas – docentes, educandas[1], famílias e comunidade – refletirem sobre esses espaços e tempos e sobre a realidade.

Aprofundando-se em sua definição, existem dois eixos metodológicos norteadores na proposta da PA: formação integral e desenvolvimento local. A formação integral aqui não tem sentido tradicional de tempo integral, mas sim da qualidade formativa escolar que abarque diferentes dimensões, subjetiva e objetiva, da vida.

A ideia de desenvolvimento local está voltada à cultura, costumes e hábitos locais, mas também desenvolvimento econômico no sentido de condições adequadas de existência material por meio

de atividades e práticas coletivas, envolvendo educandas, monitores/professores, gestão escolar, família, comunidade.

Formação integral na direção de construção de conhecimentos e saberes articulados e compartilhados, em que o indivíduo se reconhece enquanto sujeito (construção de identidades) e agente social que produz história e cultura tanto em âmbito individual, quanto coletivo.

Pensar a realidade a partir de conhecimentos sistematizados e conhecimentos de senso comum significa compreender o mundo em sua totalidade de forma integral e dialética. Possivelmente signifique também a construção e reconstrução dos signos mediadores das relações e interações produzindo novas significações que dote de sentido a escolarização.

Daí podermos falar em vivências. A área do retângulo ou a fórmula de Bhaskara deixa de ser apenas um conteúdo obrigatório do currículo e passam a ser entendidos enquanto recursos para se pensar a realidade. Pensar os conhecimentos escolares como recurso de intervenção na realidade remete à relação dos processos educativos com o trabalho humano.

Nesse sentido, escola e trabalho não são incompatíveis; processos educativos produtivo-criativo são incompatíveis com a concepção de trabalho capitalista, majoritariamente em sua forma emprego e, contemporaneamente, com o forte avanço da precarização do trabalho, também na forma "empreendedor de si" (BRAGA, 2017).

Diante disso, existe certa autorização em definirmos a metodologia da pedagogia da alternância pelo seu caráter de fluidez e permeabilidade entre educação formal e trabalho produtivo-criativo, mas pensada em dimensões mais expandidas, erigida na conciliação entre conhecimento sistematizado e conhecimento de senso comum.

O método fomenta algumas inciativas práticas para sua efetivação, ou como nomeado na PA, instrumentos pedagógicos para as práticas educativas, quais sejam: plano de estudos; colocação em comum; caderno da realidade; visita de estudo; visita à família; projeto profissional do jovem; intervenção externa; atividade de retorno; acompanhamento individual; avaliação semanal; caderno de acompanhamento; cursos etc.

A metodologia da PA se efetiva concretamente na realidade primeiramente enquanto método, e para tanto, precisa de delineamentos precisos, mas não inegociáveis. Dito de forma bastante sumária, os instrumentos que compõem o método e que juntamente com as concepções teóricas forjam a metodologia, se iniciam com o plano de formação, o qual organiza as disciplinas e com os planos de estudos. Tal organização acaba por ordenar a constituição do caderno da realidade (SILVA, 2020).

O objetivo do plano de formação é formalizar, organizar, visualizar os conteúdos e as finalidades da formação integral (SILVA, 2020b; 2019). São as diretrizes norteadoras dos objetivos, das finalidades, sempre a partir de duas dimensões, a da escola e o da realidade vivida (comunidade), concretizados no currículo ou programa das disciplinas sistematizadas, como matemática e história, e o do cotidiano, como experiências, cultura, lazer, trabalho.

Ainda, coletivamente pode-se construir eixos temáticos a partir de demandas do momento, os chamados temas geradores, em termos freirianos (FREIRE, 1967; 1996). Tem-se o momento de "aplicação do plano de estudo", em que cada monitor responsável faz uma exposição explicativa sobre o tema. A partir desse primeiro diálogo se formulam questões norteadoras para a pesquisa do plano de estudo, o qual será desenvolvido no tempo de comunidade (SILVA, 2019).

A partir dos temas geradores formulados coletivamente, tem-se o horizonte para se pensar as demandas da comunidade. Ou seja, são temas geradores (facilitadores) que oportunizam a reflexão crítica da realidade na qual os sujeitos estão imersos.

O plano de estudos é um "guia" no sentido de diretrizes norteadoras dos estudos ao longo do ano, o qual é construído coletivamente. Deve ser entendido como uma ferramenta para conscientização de educandos e família sobre suas práticas na realidade, de sua existência no mundo e suas identidades.

A visita de estudo é um tipo de investigação guiada referente a uma experiência concreta que, em alguma medida, apresente correlação com os temas geradores, com as questões demandadas pela comunidade e plano de estudo. É uma forma de se conhecer uma atividade profissional ou cultural. Posteriormente o caderno da realidade receberá os registros formulados na seção visita de estudos (SILVA, 2019).

Sem haver um momento determinado para acontecer, as intervenções externas podem ser em diferentes expressões como cursos, palestras, seminários em que o coletivo constitutivo da PA apresenta os conhecimentos produzidos ao público externo, tanto na comunidade, como também pode ser para outras localidades.

O princípio das intervenções externas rompe com o caráter expositivo tradicional dos seminários e palestras, em que só existe um breve espaço para perguntas ao final. A característica é a troca de conhecimentos, em que o grupo de estudantes apresentam os conhecimentos adquiridos e buscam a ampliação das reflexões por meio das discussões e diálogos com os participantes (SILVA, 2019).

A proposta de troca dialogada entre escola e comunidade presente na PA demanda algum recurso de registro, momento este quando se concebe o material chamado de monografia de

propriedade, ou caderno da realidade (o nome pode variar também para monografia de comunidade (1946, na Europa, França).

Que deve ter por tema as práticas profissionais que envolvem a família e a comunidade: produção conjunta entre educandos e familiares e referente às práticas agrícolas, no caso da educação do campo, a partir de observações e coleta de informações da dinâmica cotidiana e história da localidade – relatório detalhado.

Deve acumular os registros das diferentes pesquisas acerca dos temas geradores. É um instrumento de organização das informações. Textos produzidos a partir de interações sociais horizontalizadas, nos quais o educando tem autonomia na escrita (NOSELLA, 2012).

Se se pode considerar o caderno escolar um instrumento importante na aquisição das ferramentas escolares, especialmente a escrita e as formas corretas de utilização dos espaços do caderno enquanto artefato para registro e autoria (MARCUSCHI, 2001), o caderno da realidade avança fronteiras abarcando todos esses aspectos e alcançando a autoria coletiva, em que as reflexões são compartilhadas, efetivando-se em um documento histórico.

Após algum tempo razoável, tem-se produções consistentes e se a proposta é a interação horizontalizada entre as diferentes instâncias de conhecimento, chega-se à iniciativa nomeada de colocação em comum, devendo ser pensadas formas de compartilhamento da pesquisa, da coleta de dados, das reflexões, dos resultados ou conclusões. Momento em que o indivíduo e o grupo têm a fala e valorização dos esforços, tanto dos que pesquisam, quanto dos que são pesquisados.

A partir da pesquisa no tempo de comunidade, e da colocação e reflexão compartilhada, cada sujeito produz uma síntese reflexiva do plano de estudos pontuando aquilo que avalia ser o mais importante. E na verdade, contém produções que extrapolam as

práticas de ensino-aprendizagem próprias de um ano letivo, constituindo-se mesmo em uma referência para reflexões em momentos futuros. Por isso é que o caderno da realidade pode ser entendido como um documento histórico (SILVA, 2019).

Finalmente, buscando um fechamento coeso, chega-se à conclusão e avaliação, última seção do caderno da realidade, na qual o alternante (educando) registra considerações e reflexões. É um texto avaliativo de cunho pessoal, em que se evidencia caráter de ação afirmativa. Pode ser considerado também um tipo de documento que pode ser compartilhado como princípios para reflexão em anos seguintes.

VIVÊNCIAS E MEDIAÇÃO SIMBÓLICA NA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E A CORRESPONDÊNCIA NA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

Caso atentemos aos aspectos mais gerais, a perspectiva da teoria histórico-cultural encontra correspondências, como se verá, com a PA naquilo que concerne à aproximação e articulação entre as diferentes instâncias de conhecimento, de modo a proporcionar linguagens inteligíveis e dotadas de sentido aos educandos, o que poderíamos compreender inicialmente como processos educativos permeados por aspectos socioafetivos-emocionais.

Similarmente à psicologia histórico-cultural, na PA atribui-se grande importância ao domínio das linguagens apropriadas pelos membros de um determinado grupo, em que, por meio da mediação de signos e símbolos dessas linguagens, se apreende adequadamente a realidade e os significados internos ao grupo e se percebe a construção de seus sentidos em contextos específicos.

Na mesma esteira, a abordagem vigotiskiana aponta para a necessidade de se buscar o entendimento da ontogênese e filogênese da formação e respectivo desenvolvimento das funções superiores da psique humana por meio das internalizações da realidade vivida e vivenciada (microgênese), também mediadas pelas diferentes manifestações simbólicas culturais (sociogênese) e, em grande medida, a partir de ações intencionais que demandam esforço cognitivo e emocional. Esse entendimento na PA, pode ser ilustrado por meio das inferências sobre os ofícios laborais locais como mediadores das significações dos conhecimentos teóricos escolares.

Pode-se afirmar que tanto na teoria histórico-cultural, como na PA, admite-se que o ambiente, tendo por consideração os interesses, significados, motivos e sentidos correlacionados ao contexto, tem forte influência nos comportamentos e, paralelamente, nas aprendizagens e respectivo desenvolvimento.

Importante ressaltar que ambiente na teoria da psicologia histórico-cultural está para além de noções deterministas. Ambiente para essa teoria é um sistema dinâmico necessariamente constituído pelas inter-relações entre sujeitos e inter-relações com as configurações materiais e simbólicas do contexto, as quais se efetivam nos cenários físicos geográficos e configurações sócio-históricas e culturais.

Infere-se, portanto, que não se trata de desenvolvimento psíquico e subjetivo em direção da socialização, mas o contrário, de individualizações das relações e interações sociais na formação de funções psíquicas superiores (internalizações individuais das funções sociais) por meio de aprendizagens e desenvolvimento a partir de mediações simbólicas no e pelo ambiente (VIGOTSKI, 2001).

Esse movimento de internalização das funções sociais aparece na psicologia histórico-cultural como condutas e

comportamentos (controle do corpo) assimiladas de forma que se transformem em funções psicológicas cristalizadas, ao fim e ao cabo, a consciência/subjetividade. Nestes termos, Vigotski define o Ser humano pelas internalizações das inter-relações sociais transformadas em funções psicológicas.

Em termos da PA, as inter-relações internalizadas aparecem como dimensão das ações práticas e dos comportamentos nas experiências situadas, as quais podem funcionar como signos mediadores na teorização do conhecimento escolar sistematizado, estabelecendo certo grau de unidade entre comunidade e escola.

Interiorização dos signos na constituição da consciência revela o caráter social do psiquismo humano. O signo é voltado para dentro, ou melhor, é um mecanismo de internalização social, o que leva à sua definição tanto como de compreensão individual, e de individualização e singularidade, quanto de constituição social, em que os seus significados precisam ser compartilhados socialmente. Daí poder se falar que sua origem é social. Assim, os comportamentos ou controle do corpo, em suas diferentes dimensões, se complexificam por meio dos signos na internalização do social. O ser humano se humaniza em sociedade, mais precisamente, em meio cultural (PRESTES, 2013).

É um ser essencialmente cultural, na esteira de Marx (1983), justamente porque não se contenta com a natureza dada e necessita de transformação por meio do trabalho. Ao transformar a natureza, transforma a si mesmo e constitui "História humana", ou seja, produz cultura, em que o trabalho é um dos signos mediadores. Dialeticamente, o trabalho enquanto produto e produtor cultural, é constituído por diferentes signos, assim como, produz diferentes signos (PRESTES, 2010).

É justamente nessa potencialidade do trabalho, enfatizada na PA, que se reconhece a inseparável ligação entre educação e

trabalho, que pode ser em sua forma profissional e especializada, haja vista a sociedade moderna, mas em função das potencialidades criadoras e criativas e, por conseguinte, ao exercício da reflexão crítica e ao desenvolvimento do juízo moral.

A noção de trabalho na PA coincide com o conceito de trabalho presente em Marx e Engels (1983) e, posteriormente, aceito por Vigotski na formulação da teoria histórico-cultural na medida em que concebe o desenvolvimento humano a partir da relação e transformação da natureza.

É por meio dessa transformação da natureza na intencionalidade ou perspectiva dos interesses humanos que se alcança a cultura, a qual, por sua vez, em sua produção e desenvolvimento, gera demandas ao ser social, as quais podem ser entendidas como novos interesses, o que exige formulações de novas atividades práticas de transformações da natureza.

Essas práticas de transformação da natureza nada mais são que o Trabalho, daí o seu caráter ontológico ao humano. É nessa perspectiva que se fala aqui da relação da educação com o trabalho. O trabalho aqui se apresenta na sua forma original emancipada, criativa e criadora. Nesse interstício espaço-temporal entre as demandas geradas pela cultura e as formulações das práticas transformadoras de trabalho que também se situa novos desenvolvimentos das funções psíquicas superiores.

A formação da consciência – representada diretamente pelas aprendizagens e sentidos decorrentes dos significados e motivos das experiências vivenciadas – é construída socialmente a partir do ambiente, que abarca tanto a espacialidade física da cultura, quanto as relações e interações sociais.

Como assevera Vigotski, aprendizagens e desenvolvimento mantêm estreita relação com significados e respectivos sentidos do contexto, o que remete à constituição da singularidade do indivíduo,

justamente porque é naquele contexto que se constituiu as mediações simbólicas culturais mais facilmente reconhecíveis por esse sujeito, em que melhor domina e entende a dinâmica, a linguagem, as ideias e os próprios aspectos físicos do ambiente, oportunizando problematizar o próprio meio no qual está imerso.

> [...] onde o meio não cria os problemas correspondentes, não apresenta novas exigências, não motiva nem estimula com novos objetivos o desenvolvimento do intelecto, o pensamento do adolescente não desenvolve todas as potencialidades que efetivamente contém, não atinge as formas superiores ou chega a elas com um extremo atraso (VIGOTSKI, 2001, p. 171).

Essas intersecções entre as diferentes formas de apreender o mundo apontadas aqui, leva a um tema caro à teoria histórico-cultural, que é a intencionalidade humana nos processos de significações (ZALTRON, 2012; VIGOTSKI, 2001). Quando se fala na intencionalidade para o desenvolvimento das funções psíquicas superiores é no sentido de que os processos mediados de aprendizagens remetem necessariamente a tipos de esforços e gastos de energia, como a percepção, planejamento, organização, imaginação, memória etc., as funções diretivas, intimamente associadas a afetos e emoções.

Essa intencionalidade não é necessariamente racional, sendo constituída também por "intencionalidades inconscientes", ou seja, são entendimentos culturais de mundo internalizados que se cristalizam de tal modo no sujeito que não demanda mais gasto de energia racional para se expressarem (PINO, 2000; 2016).

A perspectiva da abordagem histórico-cultural é de que os processos de internalizações, ou de aprendizagens e

desenvolvimentos, operam entre o consciente e o inconsciente: na seara do inconsciente, quando se fala em recorrência de fenômenos e, gradualmente, constituição de significado e sentidos; na seara do consciente, quando faz alusão aos motivos e motivações ou às capacidades reflexivas e avaliações dos sujeitos.

Ainda sobre essa questão da intencionalidade na constituição do sujeito, não é nem algo dado em que o indivíduo se apresenta passivamente, nem decorre de ações puramente racionais interessadas, mas diz respeito à atividade sociocultural contextualizada (SMOLKA, 2010).

Vigotski enfatiza que o que fica das interações e relações sociais são as suas significações. Nem toda experiência é imprescindível; experiência imprescindível é aquela vivenciada, o que quer dizer ser significativa, mobilizadora de diferentes capacidades psíquicas. Muito resumidamente, é o conceito de *perejivanie.*

Toassa e Souza (2010), nos apresenta importante análise sobre o termo *perejivanie*. Aprofundando-se na definição, colocam que se pode entender *perejivanie* como apreensões muito além do mero testemunho, muito além da noção de apreensão e interpretação, sendo antes um fenômeno que mobiliza diferentes aspectos da constituição psíquica.

Seria como uma experiência capaz de deixar marcas profundas, o que, por conseguinte, deixa de ser uma mera experiência vivida, tornando-se uma vivência, todavia, podendo apresentar gradações, uma vez decorrente da interação da subjetividade com o ambiente, ou seja, são as significações que definem as intensidades das vivências: “A consciência das vivências não é mais do que a tomada de consciência destes processos por parte de seu sujeito psicológico” (TOASSA; SOUZA, 2010 p. 770).

Ainda, a formação e respectivo desenvolvimento do conjunto psíquico perdura ao longo da vida, haja vista que emoção ou sentimento proporciona revoluções internas (contradições entre biológico e cultural), mas o grau de afetação potencial depende da própria constituição da subjetividade do sujeito. Justamente por isso que as internalizações se dão também em graus diferentes.

E a partir dos tipos de internalização, ou dito de outra forma, das significações construídas sobre o evento ou fenômeno social, que se exercerá maior ou menor influência sobre outros aspectos da vida (VYGOTSKY, 2009).

É a intensidade da vivência que define a influência da experiência sobre o sujeito. Pode ser dito, portanto, que a contribuição da internalização de significações na formação da subjetividade é correspondente à intensidade da vivência da experiência.

Vivências envolve as particularidades do ambiente, assim como as particularidades da singularidade, em que a afetividade ou forte carga emocional é vultuosa. Pode-se falar, portanto, como o indivíduo em suas singularidades vivencia determinada circunstâncias situadas, caracterizando uma atividade de unidade entre subjetividade e ambiente enquanto processo, ainda que sejam instâncias autônomas. Essa definição ratifica que o ambiente só existe enquanto tal, na presença de uma subjetividade que o apreenda e o interprete (LEONTIEV, 1978; 2004).

Perejivánie em russo assume o significado de "estado da alma sob influência de forte emoção ou sensação, ou mesmo de fortes impressões, derivado de "*perijet*", viver algum tempo e "*perijivat*", que é sentir emoção, sentir o papel social. Daí que na noção de *perejivanie* tem-se entre os significados algo como transformação elementar da essência (ZALTRON, 2012).

Fala-se ainda em vida em transformação, mas, dada a presença da forte emoção, pode-se pensar enquanto uma transformação próxima de ser definitiva, ou ao menos, fortemente consistente no tempo, tornando o sujeito transformado pelo ambiente, parte do ambiente, assim como o transforma.

Essa conceituação nos remete exatamente à ideia do desenvolvimento humano atrelada à dimensão material e histórica, assim como das condições socioculturais e simbólicas em que estas dimensões se realizam, ou seja, as relações e interações objetivas e subjetivas humanas, concepção do materialismo histórico-dialético de Marx e Engels, fundamentação aceita por Vigotski.

Não se trata de concepções empiristas positivistas, mas que a formação da subjetividade, ou da consciência se preferirmos, se dá na realidade vivida e nas experiências vivenciadas, não em sua mera concretude, mas na imersão proporcionada por signos culturais mediadores das significações. Avalia-se aqui, nessa medida, que a PA manifesta diferentes pontos teóricos presentes na psicologia histórico-cultural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parece ser valiosa enquanto enunciações a articulação da fundamentação teórica da PA em uma perspectiva histórico-cultural com a educação de tendências socialistas expressa em algumas referências como Makarenko (1976) e Krupskaya (2017), passando por Gramsci (2000) da escola unitária, até alcançar Paulo Freire com a educação libertária e Saviani (1999) com a pedagogia histórico-crítica.

Faz-se essa correlação entre PA e educação socialista, primeiramente, por considerarmos existir princípios coincidentes

entre as duas dimensões e, segundamente, por Vigotski, assim como Makarenko, Krupskaia e Gramsci, terem por uma de suas responsabilidades pensar a constituição do sujeito em uma perspectiva socialista. Responsabilidade esta que, em alguma medida, ainda que de diferentes formas, alcançou as reflexões de Freire e Saviani.

Sendo o principal lastro na PA a noção de educação integral, em que suas práticas e concepções não se reduzem ao definido pela educação escolarizada isoladamente, mas antes, ao atrelamento às atividades sociais e do mundo do trabalho, constituindo-se em ações educativas, a educação socialista do início do século XX pode ser entendida também como constituinte de seu arcabouço teórico-metodológico.

Isso porque, a pedagogia socialista pensada inicialmente por Makarenko concebe, em um primeiro momento, os processos escolares de ensino-aprendizagem na dimensão da humanização dos sujeitos, o que significa pensar tais processos em correspondências e paralelamente aos diferentes processos de constituição da organização social (CAPRILES, 2002).

Segundamente, processos escolares e sociais em correspondência, que se realizam a partir de concepções sobre o trabalho humano em sentido de atividade laboral criativo-produtiva de transformação da natureza por meio da livre associação entre sujeitos autônomos e orientados para a produção, em tempo disponível, para o atendimento da subsistência (MARX, 1983).

Avalia-se aqui que a propostas da PA contém alguns princípios elementares da Educação Socialista de Makarenko também no que concerne ao envolvimento da família nos processos educativos e das atividades extracurriculares paralelas e complementares às atividades escolares (MAKARENKO, 1976). “Por objetivo da educação entendo um programa da personalidade

humana, um programa do caráter humano, com a particularidade de que no conceito de caráter incluo todo o conteúdo da personalidade" (MAKARENKO, 1976, p. 60).

O que se evidencia é que, mesmo não citada explicitamente, está se tratando da dimensão do materialismo histórico-dialético e, por conseguinte, as práticas educativas só podem ser concebidas como integrais tendo por ponto de partida e de chegada as práticas sociais, o que coincide também com a proposta da pedagogia histórico-crítica de Saviani.

Em que os processos de produção de conhecimento na constituição do sujeito são mais importantes que o acúmulo propriamente dito de conhecimento, de modo que tais conhecimentos sejam tributários e façam sentido sócio-historicamente (SAVIANI, 2013). "[...] favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com a cultura acumulada historicamente [...]" (SAVIANI, 2008, p. 55-56).

A anunciação de se identificar elementos da teoria histórico-cultural presente na PA ampara-se nessa ideia, da ação educativa escolar permeada pela prática social e mediada pelo trabalho, a qual também é uma metodologia para o desenvolvimento reflexivo da pedagogia socialista.

Ainda, a proposta da PA, assim como na obra de Paulo Freire (1986), define a Educação como processo de conscientização que tem por ponto de chegada a libertação e emancipação do sujeito. E se o ponto de chegada é a emancipação do sujeito, o caminho não pode ser outro senão construído pelo sujeito que aprende, que nos dizeres de Hannah Arendt (2011), são estes sujeitos aprendentes, a novidade no mundo, elo entre o passado e o futuro e que podem proporcionar transformações positivas.

Não significa, porém, ser a PA uma metodologia dogmática, mas que aponta enfaticamente que o processo educacional começa na experiência vivenciada, dialoga com o conhecimento sistematizado e retorna ao cotidiano, em um movimento contínuo de idas e vindas (NOSELLA, 2012): "[...] parte-se da experiência da vida cotidiana (familiar, profissional, social) para ir em direção à teoria, aos saberes dos programas acadêmicos, para em seguida, voltar à experiência, e assim sucessivamente" (GIMONET, 2007, p. 16).

É a mesma ideia presente na função social da escola na formação multifacética das gerações, que representam a garantia de futuro, apontada por Krupskaya, em que o trabalho em sua expressão educativa, necessariamente, media as relações sociais e, consequentemente, os processos escolares.

Escopo muito parecido com a proposta de escola unitária de Gramsci (2000), na aproximação entre educação e cotidiano, o que pode ser exemplificado também nas vivências, significando autoeducação, pois assim sendo, transforma a si mesmo, como a sociedade.

> [...] o estudo ou a maior parte dele deve ser (ou assim aparecer aos discentes) desinteressado, ou seja, não deve ter finalidades práticas imediatas ou muito imediatas, deve ser formativo ainda que 'instrutivo', isto é, rico de noções concretas (GRAMSCI, 2000, p. 49, destaque nosso).

Assim, talvez estejamos autorizados a dizer que a fundamentação da metodologia da PA seja uma prática educativa dotada de sentido a partir das vivências pedagógicas situadas no

contexto do cotidiano e pelas considerações da constituição dos sujeitos por meio da interação com o ambiente.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **A crise na educação**: Entre o passado e o futuro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972,

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2004.

BRAGA, R. **Rebeldia do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Editora Boitempo, 2017.

CALDART, R.S. "Elementos para a Construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo". **Revista Trabalho Necessário**, vol. 2, n. 2, 2004.

CAPRILES, R. **Makarenko**: o nascimento da Pedagogia Socialista. São Paulo: Editora Scipione, 2002.

CLÉNET, J.; GÉRARD, C. **Partenariat et alternance en éducation**: des pratiques a construire. Paris: Édtions L'Hartmattan, 1994

FREIRE, P. **A Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: Saberes Necessários à Prática Educativa. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1986.

GIMONET, J. "Nascimento e desenvolvimento de um movimento educativo: as casas familiares rurais de educação e orientação". **Anais do Seminário Internacional de Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento**. Salvador: UNEFAB, 1999.

GIMONET, J. **Praticar e compreender a Pedagogia da Alternância dos CEFFAs**. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

HELLER, A. **Sociologia de la vida cotidiana**. Barcelona: Editora Península, 1994

KRUPSKAYA, N. **A Construção da Pedagogia Socialista**. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2017.

LEONTIEV, A. N. **Actividad, conciencia y personalidad**. Buenos Aires: Ciencias del Hombre, 1978.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. São Paulo: Editora Centauro, 2004.

MAKARENKO, A. **Poemas Pedagógicos**. São Paulo: Editora Horizonte, 1976.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita**: atividades de retextualização. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

MARX, K. **O Capital**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1983

NASCIMENTO, P. **O espaço escolar na elaboração do conhecimento pelo aluno camponês**: elaboração do conhecimento pelo aluno camponês caso da Escola Família Agrícola de Porto Nacional, Tocantins (Dissertação de Mestrado em Educação). Brasília: UnB, 2000.

NOSELLA, P. **As origens da pedagogia da alternância no Brasil**. Vitória: Editora da UFES, 2012.

OLIVEIRA, M. K. "Pensar a educação. Contribuições de Vygotsky". *In*: CASTORINA, J. A. *et al*. **Piaget-Vygotsky**: novas contribuições para o debate. São Paulo: Editora Ática, 2012.

PINO, A. "As marcas do humano: às origens da constituição cultural e a criança na perspectiva de Lev. S. Vigotski". **Psicologia em Revista**, vol. 22, n. 3, 2016

PINO, A. "O social e o cultural na obra de Vygotsky". **Educação e Sociedade**, vol. 21, n. 71, 2000.

PRESTES, Z. R. "A sociologia da infância e a teoria histórico-cultural: algumas considerações". **Revista de Educação Pública**, vol. 22, n. 49, 2013.

PRESTES, Z. R. **Quando não é quase a mesma coisa**: análise de traduções de Lev Semionovitch Vigotski no Brasil – Repercussões no campo educacional (Tese de Doutorado em Educação). Brasília: UnB, 2010.

SAVIANI, D. **A Pedagogia no Brasil**: história e teoria. Campinas: Editora Autores Associados, 2008

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política. Edição Comemorativa. Campinas: Editora Autores Associados, 1999.

SAVIANI, D. **História das Ideias Pedagógicas**. Campinas: Editora Autores Associados, 2013.

SCHLESENER, A. H.; SCHLESENER, A. P. **Antônio Gramsci**: escritos escolhidos (1915-1920). Marília: Editora Lutas Anticapital, 2022.

SCHROEDER, E. "Conceitos espontâneos e conceitos científicos: o processo da construção conceitual em Vygotsky". **Atos de Pesquisa em Educação**, vol. 2, n. 2, 2007.

SILVA, C. "Plano de formação, letramento e práticas educativas na pedagogia da alternância". **Educação e Pesquisa**, vol. 46, 2020b.

SILVA, C. "Tempo e espaço: ponto de contato em gênero discursivo na pedagogia da alternância". **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, vol. 20, n. 1, 2020.

SILVA, C. "Gênero caderno da realidade nas práticas educativas da pedagogia da alternância". **Trabalho em Linguística Aplicada**, vol. 58, n. 3, 2019.

SMOLKA, A. L. B. "Ensinar e significar: as relações ensino em questão. Ou das (não) coincidências nas relações de ensino". *In*: SMOLKA, A. L. B.; NOGUEIRA, A. L. H. (orgs.). **Questões de desenvolvimento humano**: práticas e sentidos. Campinas: Editora Mercado de Letras, 2010.

TEIXEIRA, E. S.; BERNARTT, M. L.; TRINDADE, G. A. "Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de

literatura e perspectivas para a pesquisa". **Educação e Pesquisa**, vol. 34, n. 2, 2008

TOASSA, G.; SOUZA, M. P. R. "As vivências: questões de tradução, sentidos e fontes epistemológicas no legado de Vigotski". **Psicologia USP**, vol. 21, n. 4, 2010.

VAN DER VEER, R.; VALSINER, J. **Vygotsky, uma síntese**. São Paulo: Editora Unimarco, 1996.

VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares. *In*: VIDAL, D. G. **Culturas escolares**: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária (Brasil e França, final do século XIX). Campinas: Editora Autores Associados, 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2001.

ZALTRON, M. A. **"Переживание" (perejiváni e) e o "trabalho do ator sobre si mesmo" em K. Stanislávski**. Rio de Janeiro: Editora da UNIRIO, 2012.

CAPÍTULO 9

Orientação Profissional e Vocacional no Contexto Moçambicano

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL NO CONTEXTO MOÇAMBICANO

Bernardo Alfeu Uachisso

Orientação Profissional e Vocacional é um processo educativo que tem como finalidade, ajudar aos jovens no processo de tomada de decisão quanto ao seu percurso escolar e profissional, permitindo o melhor conhecimento de si de modo a engrenar-se no mercado de emprego.

Constitui motivações sobre o estudo a necessidade de compreender e analisar o estágio actual da orientação profissional e vocacional no contexto moçambicano, ainda mais a integração do país nas diferentes teorias. Preocupa também despertar a sociedade moçambicana sobre aspectos relativos à orientação vocacional, assim como as acções que são desenvolvidas e o que demais deve ser efetivada para aos jovens e adolescentes em Moçambique.

Desta forma, constitui discussão, o tema "Orientação Profissional e Vocacional no Contexto Moçambicano", como um dos elementos fundamentais que tem consequências na vida profissional e adulta do indivíduo, assim como para a produtividade e crescimento da economia nacional.

Este capítulo é resultado de uma pesquisa qualitativa desencadeada no país através de meios electrónicos na recolha de dados, onde 370 jovens com formação superior foram inquiridos em que mais de metades responderam que nunca receberam ajuda de orientação na sua vida escolar e formação profissional e de seguida são os que receberam ajuda familiar.

As reflexões desta pesquisa permitiram elencar um conjunto de desafios para o país, nomeadamente a construção de programas sistematizados de Orientação Escolar e Profissional, a necessidade de incorporar no ensino formações, palestras, cursos, criação de gabinetes de orientação profissional que ajude e preparem os adolescentes, também a necessidade de integrar, no ensino superior, uma disciplina relativa a área para os diferentes cursos ministrados no ensino superior.

Como forma de reduzir a consciência juvenil no uso de factores extrínsecos para a escolha de formação profissional, interesses familiares que afastam a possibilidade vocacional do jovem colocando em causa a possibilidade de produtividade no país e realização individual.

A desorientação é um fenômeno que prejudica a vida social, o desenvolvimento, verifica-se nas escolas e na sociedade em geral a falta de orientação profissional e vocacional coadjuvado de falta de professores qualificados e actuantes, que não conseguem responder às necessidades que os novos desafios que o processo de orientação profissional e vocacional coloca aos moçambicanos. Este processo ainda é uma utopia e conclui-se que Moçambique se enquadra na perspectiva da teoria não psicológica que descarta os aspectos intrínsecos na orientação profissional.

REVISÃO DA LITERATURA

Segundo Pestana e Páscoa (2002, p. 150), Orientação Escolar e Profissional é uma actividade que visa o apoio das escolhas profissionais através de conhecimentos de si próprio (aptidões, interesses, capacidades,) e de informações sobre cursos e saídas profissionais. A orientação é um termo genérico e abrangente,

empregado para designar o apoio, ajuda prestada a pessoas para ajuste a situações de vida.

A orientação profissional e vocacional segundo OCDE (2004, p. 85), objectiva-se na perspectiva de permitir aos jovens gerir e planear os seus percursos de formação profissional, segundo os seus objectivos de vida, relacionando as suas competências e interesses com as oportunidades a nível de formação e de mercado de trabalho.

Bem como de criação do próprio emprego, contribuindo, assim, para a sua realização pessoal, consequentemente para que o jovem construa a sua identidade pessoal e profissional, promover no jovem a elaboração do seu projecto de carreira e de vida, reconhecer a importância de idealizar seu projecto de vida e de futuro profissional, permitir com que se explorar o auto e hétero - conhecimento pessoal e profissional dos jovens, personalidade, interesses, aptidões, valores, e consciencializá-los da importância deste conhecimento.

Ajudar as empresas e organizações a ter um quadro de pessoal motivado, apto para o trabalho e com capacidade de adaptação, capaz de aceder e beneficiar-se de oportunidades dentro ou fora do local de trabalho, ajudar as economias locais, regionais e nacionais, através do desenvolvimento da população activa e da sua adaptação às solicitações económicas e às circunstâncias sociais em mudança, ajudar ao desenvolvimento de sociedades nas quais os cidadãos contribuam activamente para o seu desenvolvimento social, democrático e sustentável.

Para Pereira (2000, p. 165), a Orientação Profissional é actividade a ser desenvolvida junto aos alunos para propiciar "novos meios de pensar a sua realidade, considerando as mudanças advindas do processo histórico da sociedade que vivemos e fazemos". Na perspectiva do Muller (2009, p. 39), a Orientação Profissional, tem

como finalidade a ampliação da consciência do indivíduo sobre a realidade, instrumentando-o para agir, no sentido de transformar e resolver as dificuldades que essa realidade lhe apresenta, possibilitando uma reflexão acerca dos aspectos trabalho, informar sobre as profissões e possibilitar autoconhecimento relacionados à escolha.

Este é um processo de construção, não uma descoberta mágica de algo escondido dentro do indivíduo. Diversos indivíduos, assim como seus pais, esperam que o orientador dê a palavra final, transferindo-lhe todas as responsabilidades de uma solução rápida e correcta. A profissão é apenas a primeira grande escolha de uma sucessão que o jovem tem que enfrentar ao longo de sua carreira profissional e pessoal.

Depois surgirão escolhas com relação à área dentro da profissão, local de trabalho, especializações e como se promover profissionalmente. Segundo Sortane e Falusso (2008, p. 341), com a escolha profissional o jovem resolve sua crise de identidade e estabelece-a. O processo de escolher uma carreira é o primeiro confronto significativo com o senso de maturação se não de envelhecer. Porém, a escolha de uma profissão é a escolha mais importante da sua vida, isto é, o indivíduo sente tal decisão como fatal porque determina de que modo será o resto da sua vida.

Os autores Doron e Parot (2002, p. 560), destacam que é a “componente lógica da moderna racionalização da escolaridade". É a resposta de uma dupla verificação feita já no fim do século XIX: a escolha dos estudos muitas vezes não corresponde adequadamente às aptidões e os gostos dos alunos gerando atrasos, fracasso, desgostos e crise de identidade reveladas nas famílias, uma lógica de reprodução ou asserção social, abismo compatível com a prospecção racional dos viveiros de talentos que a competição internacional exige.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, ORIENTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO VOCACIONAL

De entre as responsabilidades da escola, encontra-se a questão vocacional que não existe isolada, mas interdependente com a questão da realização escolar, do relacionamento com os outros significados, da construção da autonomia, da identidade (DUARTE; VILLAÇA 2004, p. 55).

A escola é uma modalidade de Orientação Vocacional desenvolvida de forma sistemática em todos os níveis da educação. É compreendida como um esforço do sistema educativo e de toda a comunidade dirigida a contribuir para a reforma educativa ajudando as pessoas com actividades na sala de aulas, a relacionar a educação e trabalho e a adquirir competências gerais para um positivo desenvolvimento de carreira de forma a permitir a cada um fazer do trabalho, remunerado ou não, uma parte significativa do seu estilo de vida (MUNHOZ; SILVA 2011, p. 89).

De acordo com Rodríguez e Figueira (1995, p. 288), os principais objectivos da educação para a orientação profissional são alcançar uma consciência realista de si mesmo, estar ciente das oportunidades oferecidas pelo mundo laboral, compreender o momento económico em que vive, estando preparado para as transformações aceleradas do mundo do trabalho e da sociedade, aprender a escolher e a tomar decisões e adquirir as competências necessárias para o trabalho.

Barros (2010, p. 98), considera a Orientação Vocacional como parte integrante da escola que tem um começo precoce das actividades de orientação, preparação e de aproximação ao mundo de trabalho e a sua continuação a diferentes níveis, em conformidade com as necessidades e características do desenvolvimento individual, ao longo de todo o processo educativo.

Entende-se que o assunto em debate conduz a uma necessidade na perspectiva do Gonçalves (1995, p. 100), é preciso perceber também que a infância é uma das fases em que o processo vocacional e as escolhas vocacionais resultam da interacção entre o indivíduo e a sociedade em que ele se insere quer seja na escola, quer com os pais, familiares, professores e vizinhos. Assim sendo conclui-se que o desenvolvimento vocacional ou de carreira insere-se no desenvolvimento psicológico do sujeito.

Ao interagir, o sujeito vai explorando alternativas e possibilidades e vai-se confrontando com elas, construindo desta forma uma ideia acerca de si e do mundo, portanto, as interações, na teoria de Vigotsky citado por Pereira (2010, p. 78), constituem um forte imperativo para o desenvolvimento do indivíduo por transportarem informações culturais e ajudarem na organização e no controlo do comportamento individual, e ocorrem entre o sujeito e a sociedade, a cultura e a sua história de vida, as oportunidades e situações de aprendizagem.

INTERVENÇÃO VOCACIONAL NAS ESCOLAS

Barros (2010, p. 109), a intervenção vocacional, pressupõe uma diversidade possível de objectivos para um sujeito nos diferentes momentos da sua vida e na interacção com diversos contextos, onde vai construindo o seu percurso de vida, em função das suas percepções e experiências, das competências que vai ou pretende desenvolver e dos objectivos que vai definindo.

O mesmo autor na mesma obra, a intervenção implica pensar quais as características significativas para os indivíduos neste ou naquele contexto, quais as exigências do mesmo e o que podem eles fazer para adoptar e para adaptarem o contexto a si próprio, visa

preparar os indivíduos para, autonomamente lidarem com as transições.

Para Spokane (1991, p. 56), intervenção vocacional é considerada um campo heterogêneo e diversificado. É definida como toda e qualquer actividade, programa, intervenção ou esforço, com intenção de aumentar o desenvolvimento vocacional ou facilitar a tomada de decisões vocacionais das pessoas, isto é, como "qualquer actividade destinada a promover a capacidade da pessoa para tomar bem as suas decisões e desenvolver a sua carreira".

Não é estranho que sobre a prática educativa em jeito de síntese Hoyt (1995, p. 342), sugere que se produza um conjunto de benefícios para a melhoria do processo de ensino/aprendizagem como:

- A mudança de atitude por parte dos educadores/professores que condicionam alterações consistentes da postura profissional que se prolonga para além de pressões ou apoios externos;
- A melhoria do processo de ensino/aprendizagem, na relação entre alunos e professores, motivação de ambos e no êxito académico dos alunos.

Em consonância com o que foi referido a anteriormente Barros (2010, p. 180), a intervenção deverá considerar mais do que a escolha, a preparação para a tomada de decisões, ir para além das aptidões, interesses e valores que caracterizam o sujeito, a forma como ele pode utilizar essas características, as competências, os passos para que deve desenvolver, para se aproximar da pessoa que pretende ser.

Assim sendo, conclui-se, segundo Simões (1972, p. 98), que a escola deve estar baseada em programas de Intervenção

Vocacional, suscita igualmente, uma observação integrada e continuada, atenta à realidade concreta dos processos de aprendizagem ao longo da sua evolução, dos interesses e das expressões vocacionais, que da infância a adolescência se revelam, desde as actividades desinteressadas e ignorantes dos seus fins até ao trabalho interessado, ao interesse pelo trabalho e por determinada actividade profissional, dentro e fora da escola.

Tal conclusão é secundada pelo Pinto, (2004, p. 78), na sua afirmação, preparar uma pessoa para assumir um papel profissional com significado e utilidade social, numa linha de prevenção e correcção da marginalização, ajudando-a a aumentar a flexibilidade laboral e a melhorar a empregabilidade, suscita novas formas de abordagem do desenvolvimento humano e social, fundamentados por novos modelos de intervenção nas escolas.

TEORIAS EM ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL

Teoria do Processamento Cognitivo de Informação **-** advoga a cognição como uma série de estádios, que inicia com a percepção externa e interna de estímulos e culmina com a implementação da decisão do problema resolvido (BARROS, 2010, p. 335). Esta abordagem faz-se representar por três domínios, nomeadamente:

1. O domínio do autoconhecimento;
2. O domínio do conhecimento profissional;
3. O domínio das competências de tomada de decisão. Nesta teoria, o processo de tomada de decisão vocacional diz respeito ao processo através do qual o cliente integra o autoconhecimento e o conhecimento

> do mundo profissional para tomar uma decisão (FARIA, 2008, p. 70).

Teoria Não Psicológica - entendem que a escolha de profissões do indivíduo é causada por elementos externos (teoria do acidente, teoria económica, teoria cultural e sociológico). Estas são teorias que descrevem o processo de inserção das pessoas no trabalho, descartam a possibilidade de "orientabilidade";

Teoria psicológica – são as que analisam os determinantes internos do indivíduo que explicariam os seus movimentos de escolha. Este teria um papel activo (parcialmente), e as condições socioeconómicas-culturais teriam uma função secundária e;

Teoria Geral – esta interpreta as teorias psicológicas como sendo as que analisam os determinantes internos do indivíduo que explicariam os seus movimentos de escolha. Este teria um papel activo (parcialmente) e as condições socioeconómicas-culturais teriam uma função secundária.

MODELO DA APRENDIZAGEM SOCIAL

Segundo Krumboltz (1994, p. 56), explica que as escolhas vocacionais são feitas, reconhecendo o impacto dos factores genéticos, as condições, as ocorrências do meio com que o sujeito interage e os sociais, educacionais e condições do mercado de trabalho.

Neste sentido, Barros (2010, p. 341), encara que a ênfase é posta na importância das experiências de aprendizagem e nas competências de aprendizagem das tarefas que decorrem da

interacção entre factores genéticos, ambientais e essas experiências de aprendizagem instrumental ou associativa.

Isto conduz a percepção de que as competências de abordagem das tarefas podem ser muito relevantes para os percursos de carreira quando se cultivarem nos hábitos de estudo, na forma como o sujeito define os objectivos e procura as informações profissionais ou aborda a tomada de decisão resultante da interacção de todos os factores e da crença que ele tem de si próprio e do mundo exterior a ele.

Quanto ao assunto seguindo o ponto de vista de Savickas (2002, p. 124), permite entender que as preferências vocacionais, que compõem a personalidade vocacional, mudam durante o percurso de vida do indivíduo. Ele argumenta que a aplicação objectiva do uso de traços pessoais para encontrar uma combinação de trabalho precisa de ser reforçada por uma experiência pessoal subjectiva de fazer acepção de situações. Esta perspectiva pessoal ajuda as pessoas a tornarem-se mais flexíveis para descobrirem os seus papéis de vida e encontrarem um propósito para guiar os seus comportamentos de carreira.

RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO E ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL

Segundo Simões (1972, p. 43), a escola não existe somente, para dar a cada criança a formação tradicional no meio social dos seus pais, mas sim, para satisfazer as aspirações de toda a população que pretende seguir estudos mais longos e mais teóricos e, as necessidades de uma economia que só pode recrutar o pessoal qualificado, cumprindo deste modo com a sua exigência de formar integralmente o homem.

Para Taveira (2003, p. 211), considera pertinente o fornecimento de um serviço de orientação com objectivo de apoiar o sujeito no processo de desenvolvimento de sua identidade pessoal e projecto de vida, planificar e executar actividades de orientação e educação profissional, através de programas de acção de aconselhamento em grupo ou individual, colaborar com outros serviços em vista a organização de informação e orientação profissional, desenvolver acções de informação e sensibilização da comunidade em geral, no que respeita à problemática que as opções escolares e profissionais estão envolvidas.

Na perspectiva do Konigstedt (2008, p. 89), refere que a integração dos objectivos vocacionais no currículo escolar exige que a escola se reorganize enquanto instituição e em relação aos esforços de todos implicados no processo de formação integral dos alunos tais como os pais, professores, especialistas e comunidade.

Quanto ao assunto em discussão Taveira (1997, p. 39), advoga que compete ao aluno condicionar informações não apenas socioculturais, mas tecnológicas, discussões a respeito do seu quotidiano, visitas de estudo, o contacto com as profissões, com vista a desenvolver o autoconhecimento, o conhecimento da realidade em que vive, ajudá-lo a fazer opções profissionais acertadas, assim como a explorar de forma crítica determinada profissão e expectativas autênticas relativas às suas escolhas.

Do que foi abordado pelos autores, tira-se a ilação de que a família, escola e a comunidade precisam de encontrar especialistas que irão coordenar e orientar a acção dos pais/encarregados de educação, e os que se disponibilizarem em apoiar aos professores na apresentação das diversas informações acerca das profissões existentes na sua comunidade, nas abordagens destas matérias e nível de exigências das mesmas, de forma a evitarem situações de percepções distorcidas ou barreiras na exploração vocacional por parte dos alunos.

No que concerne a este aspecto quanto às condições segundo Lange e Neuser (1985, p. 71), para que o jovem enfrente às inúmeras dificuldades que o sistema socioeducativo e económico o apresenta após a saída do ensino básico, este deve-se:

- Ser educado para uma conduta laboral por meio da escolha de conteúdos laborais essenciais, o espírito económico e formas de actuação metódica;
- Ser fornecido uma orientação geral acerca do mundo económico e laboral, através da apresentação das estruturas e exigências, sob considerações de questões de carácter técnico, económico e social,
- Ser introduzido temáticas da escolha profissional através de orientação específica acerca do mundo profissional, campos profissionais, grupos profissionais e profissões.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Esta parte da metodologia destina-se à explicação minuciosa, detalhada, rigorosa e exacta de toda a acção que foi desenvolvida no processo da elaboração do artigo. É a parte de explicação do tipo de pesquisa, do instrumento utilizado, do tempo, do tratamento de dados e de tudo aquilo que se utiliza na pesquisa sobre o tema.

Este capítulo é resultado da pesquisa bibliográfica que admitiu a uma revisão da literatura que consistiu em estudo crítico-avaliativo do material publicado, sobre o tema Orientação Profissional e Vocacional, enquadrando-o no contexto moçambicano. A revisão da literatura permite com que na base das obras já produzidas se compreenda até que ponto em Moçambique

os autores alcançaram e esgotaram os autores que já se propuseram a discutir o assunto relativo ao tema em questão. Serve, ainda, de base para que as lacunas deixadas possam merecer um estudo profundo por meio de procedimentos científicos. O presente estudo, permitiu que seja definido um ângulo de estudo que não tenha sido usado por outros investigadores.

O tipo de estudo é qualitativo porque não se faz uma análise de quantificação dos dados, mas uma explicação por via percentual das atitudes dos que preencheram o formulário de inquérito introduzido no sistema de correio electrónico, onde se extraiu o link e enviado a diversas plataformas electrónicas da zona centro, norte e sul do país. Estas plataformas são basicamente onde se poderia encontrar com facilidade o grupo alvo, estudantes no activo e fora do activo do nível médio e superior. São elas em que deveriam responder sobre entidades que teriam proporcionado ou influenciado na escolha da sua formação profissional em Moçambique.

O desemprego em Moçambique

Segundo Floriano (2018, p. 7), a criação de emprego é o elemento chave e o maior desafio para o desenvolvimento de Moçambique, conforme é reconhecido pelas diversas políticas públicas. O Plano Quinquenal do Governo (PQG 2015-2019) tem como enfoque central o aumento do emprego, da produtividade e competitividade para a melhoria das condições de vida dos moçambicanos.

Para esse efeito, o Governo de Moçambique, pretende desenvolver acções visando a criação de mais oportunidades de emprego e melhoria da empregabilidade da mão-de-obra. O enfoque

no emprego não se limita ao simples aumento do número de empregados, mas à criação de emprego decente.

Como refere a *Estratégia de Emprego e Formação Profissional em Moçambique 2006 – 2015*, o objectivo da promoção do emprego decente não é apenas a criação de novos postos de trabalho, mas descobrir um sistema social e económico que garanta uma segurança e emprego básico, ao mesmo tempo que seja capaz de se adaptar às circunstâncias de rápidas mudanças, num mercado altamente competitivo.

Contudo, apesar da elevada prioridade das entidades públicas, o desemprego continua a ser um flagelo para a economia e população Moçambicana. Como refere a supracitada Estratégia, o desemprego e emprego precário são responsáveis pela elevada taxa de pobreza absoluta na população. Factores como: i) elevadas taxas de analfabetismo, principalmente entre as mulheres; ii) baixos índices de produtividade no sector agrícola familiar, de onde provêm os rendimentos de mais de 80% da população; e, iii) fraca disponibilidade de infra-estruturas básicas nas zonas rurais (estradas, energia, água, telecomunicações e outras) são, simultaneamente, causa e consequência, quer da pobreza absoluta, quer do desemprego (FLORIANO, 2018, p. 7).

Características do mercado de trabalho moçambicano

Segundo o INQUÉRITO INTEGRADO À FORÇA DE TRABALHO - *IFTRAB 2004/05*, a maioria da população moçambicana trabalha no ramo de agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura (78,5%), quer para o sexo masculino (68%) quer para o feminino (87,3%). Na área urbana, a percentagem da população trabalhando na agricultura, pecuária, caça, pesca e silvicultura

(40,1%) é relativamente mais baixa que na rural (92,7%). O trabalho doméstico é hoje a principal fonte de emprego para as mulheres e constitui a terceira maior ocupação, depois de camponês e pequeno comerciante (CASTEL-BRANCO, 2017).

Por seu turno, o *Censo às Empresas de 2014-15*13 revela que as pequenas e médias empresas constituem 96,9% do sector privado (92,7% pequenas e 4,2% médias) em Moçambique e 60% das pequenas empresas dedicam-se ao comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos, constituindo esta uma das principais actividades quer do sector formal como informal.

Em função destas características, facilmente verificamos que uma parte significativa da PEA, ao não conseguir inserção no sector formal, acaba por exercer uma actividade geradora de rendimento na economia informal.

O Ministério da Planificação e Desenvolvimento estima que a economia informal contribua para 40% do PIB em Moçambique. Não existem, contudo, dados actualizados, nacionalmente representativos e pormenorizados sobre este sector.

Assim, pode-se concluir que o mercado de trabalho em Moçambique é caracterizado pelo peso significativo do desemprego e subemprego, maioritariamente nos jovens e mulheres, e uma predominância do não assalariado e informal, que assume uma natureza estrutural e decorre de vários factores como identificados na *Estratégia de Emprego e Formação Profissional 2006-2015*, nomeadamente:

1. Da incapacidade da economia em gerar postos de trabalho em número suficiente para absorver os desempregados, incluindo os jovens que anualmente ingressam na população economicamente activa;

2. Da baixa oferta educativa no geral, da formação profissionalizante no particular e do abandono escolar, principalmente nos jovens, que antecipa a entrada destes no mercado;
3. Da redução do peso do Estado como empregador, dada a mudança do papel deste na economia;
4. Da tendência decrescente de utilização de mão-de-obra moçambicana nas minas da África do Sul;
5. Da procura de uma força de trabalho cada vez mais qualificada, capaz de acompanhar a evolução tecnológica;
6. Da elevada taxa de mortalidade das empresas;
7. Da grande vulnerabilidade do sector agrícola aos desastres naturais que, em determinados períodos, geram situações pontuais de desemprego;
8. Dos elevados índices de pobreza absoluta e limitada disponibilidade de emprego fora do sector agrícola nas zonas rurais.

Apesar destes constrangimentos estruturais serem simultaneamente do lado da oferta e da procura de trabalho, qualquer política de promoção de emprego tem de priorizar a empregabilidade dos cidadãos e, desse modo, ajustar as características da procura às exigências do mercado de emprego. Para isso, torna-se necessário aprofundar o conceito de empregabilidade.

FACTOR QUE CONTRIBUEM PARA A CRIAÇÃO DA CULTURA DE TRABALHO

A cultura de trabalho é um valor individual e colectivo que é assumido através dos processos de socialização do indivíduo. As instituições que concorrem para a criação da cultura do trabalho são:

A família

A família incute o gosto pelo trabalho, o espírito de sacrifício, superação das dificuldades, procura de soluções, solidariedade e se aprende a combater o egoísmo e se cultiva a auto-estima.

O Estado

O Estado tem o papel de aprovar o quadro normativo e político que incentiva o trabalho e o desenvolvimento de empreendimentos privados e garantir a materialização do Estado social proclamado na Constituição da República o que significa que o Estado assume um papel de regulador do processo produtivo.

A escola

A escola deve preparar o aluno não para ser empregado, mas para ser empregador, não para pedir emprego, mas para criar emprego, isto é, em todos os subsistemas de ensino o aluno deve ser dotado do saber.

Saber ser munido de valores e atitudes que o levem a enfrentar e superar os desafios da vida, ciente de que a vida é um desafio, é uma luta que só pode ser vencida com sacrifício e trabalho. Portanto a escola é um centro de socialização fundamental que deve ser um local de trabalho não só do professor como também dos alunos.

As Organizações Sociais

As organizações da sociedade civil têm um papel cívico a desenvolver para que mais cidadãos entendam e assumam que o trabalho é a fonte da vida. As organizações devem funcionar como instituições de promoção do amor ao trabalho.

Os Órgãos de Comunicação Social

Os Órgãos de Comunicação Social tem o papel de informar e formar o cidadão estimulando-o para o trabalho, replicando as experiências de sucesso induzindo os cidadãos para boas práticas que concorrem para o aumento da produção e da produtividade**.**

Diferenças entre trabalho e emprego

O trabalho é antigo e tem a idade do homem, pois o trabalho emerge da necessidade que o homem teve de agir para se alimentar, para se proteger, para enfrentar as adversidades ambientais, para a sua sobre-vivência, enquanto que o emprego emerge da revolução industrial quando se estabelecem relações contratuais de prestações de serviço por parte de um empregado perante um empregador.

Portanto o conceito de trabalho está ligado a actividade em si de realização de um serviço na forma de emprego ou auto emprego, enquanto que o emprego é um conceito formal e jurídico que se refere a relação contratual laboral que pressupõe a prestação de determinados serviços ao empregador em troca de uma remuneração ao empregado.

O Estado é produto do trabalho, pois a evolução da organização da sociedade foi produto do trabalho humano que permitiu que o homem buscasse as soluções necessárias para suprir as suas necessidades humanas, enfrentar as adversidades naturais, permitir a sua adaptação às condições ambientais ou de transformação das condições ambientais para a sua 4 comodidade em função das características e necessidades humanas.

O surgimento do Estado é um reflexo da evolução das relações de trabalho, pois como fruto do trabalho do homem primitivo, a sociedade humana conheceu excedentes de produção que exigiam a necessidades de uma gestão dos mesmos e a substituição da divisão natural do trabalho pela divisão social do trabalho que contribuiu para a sedentarização do homem.

E a estruturação da sua organização que foi evoluindo em função da evolução das relações sociais do trabalho que quanto mais se fossem tornando complexas exigiam novas formas de organização societária, que no seu ponto mais alto evolui para uma sociedade política modernamente conhecida como Estado.

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E VOCACIONAL EM MOÇAMBICANO

Objectivos da Orientação Escolar e Profissional o Permitir aos alunos gerir e planear os seus percursos profissionais, de acordo com os seus objectivos de vida, relacionando as suas competências e interesses com as oportunidades a nível de formação e de mercado de trabalho, bem como de criação do próprio emprego, contribuindo, assim, para a sua realização pessoal; o Contribuir para que o aluno construa a sua identidade pessoal e profissional; o Promover no aluno a elaboração do seu projecto de carreira e de vida; o

Reconhecer a importância da construção de um projecto de vida e de futuro profissional; o Explorar o auto e hetero-conhecimento pessoal e profissional dos jovens: personalidade, interesses, aptidões, valores, etc.

E consciencializá-los da importância deste conhecimento; o Ajudar as empresas e organizações a ter um quadro de pessoal motivado, apto para o trabalho e com capacidade de adaptação, capaz de aceder e beneficiar de oportunidades dentro ou fora do local de trabalho; o Ajudar as economias locais, regionais e nacionais, através do desenvolvimento da população activa e da sua adaptação às solicitações económicas e às circunstâncias sociais em mudança;

Moçambique representa uma nação do sudeste da África, tendo como limites a Leste o Oceano Índico, a Norte a Tanzânia, o Malawi e a Zâmbia, a Oeste o Zimbabwe e a África do Sul, e a Sul a Suazilândia. Desde a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, Moçambique tem sido visto como uma das maiores histórias de sucesso em África de reconstrução pósguerra e recuperação económica.

O país tem uma população de 20.579.265 de acordo com o III censo populacional de 2007. Destes dados 29.8% é população urbana e 70.2% é população rural, sendo que ainda deste total 52% são mulheres o que corresponde a 10.7 milhões de habitantes. A maior parte da população está entre os 15-64 anos, sendo portanto um país com uma população jovem (SARMENTO, 2011, p. 3).

De acordo com Ussene (2011, p. 110), a reintegração social dos adolescentes e jovens passa necessariamente pela escola, este facto é vivenciado em Moçambique assim como em tantos outros países na órbita da terra. Por sua vez a escola tem o dever de orientar vocacionalmente, e proporcionar um ensino mais fortalecedor, que conduza a procura de vagas e áreas de formação vocacionais, tornando-se deste modo relevante, o que numa linguagem técnica

diria -se que o adolescente é orientado a conhecer a si e definir o que melhor pode fazer e consequentemente encontre a sua satisfação e desejos na vida adulta e saiba fazer na área de forma diferenciada.

Neste sentido, o Sistema Nacional de Educação (SNE), através da lei 4/83, de 23 de Março e revista pela lei 6/92, de 6 de Maio, define como um dos objectivos para a educação: desenvolver na criança, no jovem e no adulto habilidades e conhecimentos de carácter vocacional, que permitam uma integração plena na sua comunidade, e define como perfil do graduado no âmbito do desenvolvimento pessoal, continuar a aprender e enfrentar situações novas de forma independente, no âmbito socioeconómico assumir atitudes de apreço sobre o seu próprio trabalho e dos outros.

Essa graduação possibilitará ao graduado maior conhecimento e domínio sobre as técnicas de trabalho e de poder continuar com a sua formação para os níveis subsequentes, como é o caso de Certificado Vocacional 3 designado por (CV3) que o mesmo formando sai adoptado de ferramentas necessárias para enfrentar os desafios de emprego na medida em que já estará munido de Conhecimento, Habilidade e Atitude (CHA).

Estas competências, segundo a AGENDA (2025), passam necessariamente, quer por atribuir maior ênfase na introdução da educação e formação profissional que permita ao cidadão produzir riqueza e recursos de vida para si e para os seus dependentes e assim como para o País, auto - empregando-se e empregando outros moçambicanos, quer pela possibilidade das escolas, criarem espaço, para que as aprendizagens de actividades práticas sejam vistas como pertencentes ao desenvolvimento social, económico e cultural do local onde o jovem está inserido, visando a formação de habilidades e competências, que facilitem a sua integração na comunidade.

A escola tem ainda o papel de identificar as necessidades do aluno no campo da das aulas práticas, assessorar recursos humanos

e financeiros para a execução e monitoria, estimulando os pais encarregados de educação e profissionais destas e de outras áreas para contribuírem com os conhecimentos que tem sobre as profissões.

Diéguez e González (1995, p. 89), considera que em Moçambique as Escolas Comerciais e Industriais, Institutos Comerciais e Industriais tem a missão de garantir e implementar estratégias de emprego e formação profissional em Moçambique, e garantir a execução diversas acções e que segundo Ussene (2011, p. 150), temos informação e orientação profissional, promoção do equilíbrio entre a procura e a oferta de emprego, concepção e implementação de programas de formação profissional e Formação profissional por entidades públicas e privadas, entre outras.

De acordo com a OCDE (2004, p. 203), a educação e a orientação profissional e vocacional na perspectiva de prestação sistemática de serviços visando a exploração do mundo do trabalho é, igualmente limitada, embora a orientação deve ser parte integrante do processo que ajuda a preparar a transição dos jovens.

O PEE I (2005, p. 108), enfatiza a prioridade central do ensino básico dando ênfase na melhoria da qualidade da educação e na retenção dos estudantes até à 7ª classe, propondo por isso, aumento de esforços para desenvolver a Educação Técnico Profissional e Vocacional, um ensino secundário com características profissionalizantes, que se estende ao Ensino Superior em Moçambique.

Deste modo, do abordado as ilações tiradas sobre o tema, a seguir são apresentados dados de pesquisa realizada de forma célere e que permitiram compreender o estado actual em que se situa o país na perspectiva da orientação profissional e vocacional.

APRESENTAÇÃO DE DADOS E DISCUSSÃO

Dos inquiridos sobre ajuda em orientação profissional e vocacional 94,3% frequentam o ensino superior em Moçambique e 5,7% terminaram o ensino médio. Os inquiridos são de diferentes pontos do país, mas com mais destaque para a zona sul.

De acordo com os dados patentes na tabela abaixo, 37.8% apontou que não tiveram qualquer ajuda na escolha de curso a frequentar, contra 2.7% que tiveram orientação feita na escola secundária onde estudavam ou Universidades onde pretendia ingressar.

Enquanto isso, 18.9% apontou que não tiveram nenhuma ajuda formal e institucional no processo de escolha do curso que deveriam seguir no ensino superior, o que fez com que a decisão fosse muito mais familiar, tendo em conta as condições, contingências, o contexto e a dinâmica em que se encontravam, sobretudo em termos económicos e financeiros para custear as despesas de formação.

De seguida estão os que ingressaram numa formação por facilidades e oportunidades correspondentes a 8.10%, facto que não valoriza um espaço vocacional e também não tão conveniente para um país.

Tendo em conta os dados patentes na Tabela 1 pode-se notar que há pouca influência de instituições e mecanismos formais de orientação vocacional e profissional no processo de escolha do curso a seguir no ensino superior, o que faz com que as pessoas sigam áreas de formação tendo em conta a influência de familiares, amigos e próximos que relatam sobre determinados cursos e determinadas instituições de ensino superior..

Tabela 1 - Quem Ajudou na escolha do curso que frequenta ou que frequentou (médio ou Superior)

Entidades que ajudaram na escolha	Ocorrências	% Autêntica
Familiares	70	18.9%
Professores		0
Familiares e Professores	10	2.7%
Palestras		0
Gabinetes de Apoio		0
Orientações feitas nas escolas ou equipe de universidades	10	2.7%
Universidade		0
Curso de formação em orientação profissional e vocacional	40	10.7%
Vocação	40	10.8
Facilidade e oportunidades	40	10.8%
Ajuda de Amigos	10	2.7%
Publicidade		0
Sem Qualquer Ajuda	140	37.8%
Sem Resposta	10	2.7%
Total	370	100%

Fonte: Elaboração própria.

Este aspecto no contexto moçambicano, é sustentado pelos autores Ussene (2011) e Chibemo e Canastra (2015), que denunciam a ausência de programas sistematizados de Orientação Escolar e Profissional. Os autores sugerem directrizes para a implantação de programas de intervenção sistematizados que integrem a avaliação entre seus objectivos como forma de garantir tanto a oferta quanto a continuidade dos programas.

Tanto que outros destacam a importância de estudar e promover o comportamento vocacional por meio de intervenções que visem o desenvolvimento vocacional (USSENE, 2011), com o acompanhamento de jovens nas transições entre os diferentes níveis de escolaridade, e também na transição do mundo escolar para o mercado de emprego (CHIBEMO; CANASTRA, 2015).

De acordo com os dados é notório que, a maior parte de jovens ingressam no ensino superior ou a uma formação profissional sem nenhuma ajuda, isso, demonstra uma verdade clara de que no país falar duma orientação profissional é ainda uma utopia, a prova disso verifica-se que quando há uma vaga todos concorre sem ter o mínimo paixão, ligação e pior sem se identificar com o ofício.

Existe uma ausência nas escolas do ensino médio, de formações, palestras, cursos, gabinetes de orientação profissional que ajudem e preparem os adolescentes e jovens na fase de escolha mesmo com a existência de instrumentos legais, leis, decretos e outros tipos de material que abordem esse assunto, incluindo directrizes claras de procedimentos necessários com vista a realização efectiva de uma orientação profissional.

Há ausência em muitas instituições do ensino superior da integração de disciplina de orientação profissional que poderia ajudar os jovens a pensar sobre a grande importância vocacional na vida adulta e no mundo do trabalho.

A colaboração institucional das parcerias entre o Ministério de Trabalho e da Educação que constitui forte na contribuição de aspectos de orientação profissional entre outras entidades no processo prevalece fraca, a concorrência a vagas de emprego depende de factores intrínsecos com a entidade provedora da vaga.

Os pais assistem pouco os seus filhos o que se traduz no futuro na falta de escolha, o jovem então, olha para a oportunidade de emprego para o sustento da família, o que origina a falta de dedicação e o país fica dependente, porque tem falta de técnicos profissionais vocacionados.

O contexto de Moçambique no concerne a orientação profissional e vocacional encontra seu enquadramento na Teoria Não Psicológica a qual defende que a escolha de profissões dos indivíduos é causada por elementos extrínsecos (teoria do acidente,

teoria económica, teoria cultural e sociológico). Estas são teorias que descrevem o processo de inserção das pessoas no trabalho e fazem um descarte da possibilidade de "orientabilidade".

Desafios de Moçambique em orientação profissional

No contexto moçambicano, pode-se perceber que a questão de orientação vocacional é uma miragem no seio da sociedade. Muitos jovens não têm nenhuma orientação sobre qual carreira ou profissão podem seguir.

Geralmente formam-se segundo as oportunidades de emprego, facilidade de continuação e condições económicas afastando o aspecto vocacional. Entende-se que o estudo conduz a percepção de que Moçambique tem alguns desafios que podem contribuir para produtividade e satisfação dos desejos profissionais dos jovens reduzindo o stress na vida adulta, nos termos a seguir:

- Construir programas sistematizados de Orientação Escolar e Profissional, com directrizes para a implantação.
- Incorporar nas escolas do ensino médio, formações, palestras, cursos, gabinetes de orientação profissional que ajudem, preparem os adolescentes e observâncias instrumentos legais, leis, decretos e outros tipos de material que abordam o assunto no país.
- Estudar-se formas de nas instituições do ensino superior haver integração de disciplina de orientação profissional e vocacional para que possa ajudar os jovens a pensar sobre a importância da orientação profissional e vocacional na vida adulta, no mundo de trabalho, na economia do país e na satisfação

individual e combatendo deste modo para a redução da probabilidade do stress laboral.

- Reduzir a consciência juvenil que consiste em o emprego ser condicionado por factores extrínsecos.
- Reduzir a perspectiva de a orientação profissional e vocacional ser conduzida por interesses familiares, porque afastam a possibilidade vocacional do jovem colocando em causa a esperança de produtividade e satisfação individual.
- Afastar o país da Teoria Não Psicológica a qual defende que a escolha de profissões do indivíduo é causada por elementos extrínsecos, e para um enquadramento uma teoria que tem considerações a orientação intrínseca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Orientação Profissional e Vocacional é um processo educativo com finalidade de ajudar aos jovens no processo de escolha e tomada de decisão quanto ao seu percurso escolar e profissional, permitindo o melhor conhecimento de si e as exigências do mercado.

Desta forma, este serviço possibilita ao jovem conhecer e compreender, entre outros aspectos, os seus valores, capacidades, interesses, metas e objectivos da vida, bem como as alternativas que o ensino e o mercado de trabalho oferecem tendo em conta as competências, habilidades e atitudes adquiridas ao longo do seu aprendizado.

A sua observância permite com que os jovens encontrem uma ocupação, sejam mais produtivos, sintam-se realizados, façam as coisas com paixão e criem um diferencial no mundo laboral. Em

Moçambique, segundo os dados do presente estudo, em cada 370 jovens, 37.8% não recebe nenhuma orientação profissional e vocacional por qualquer uma das vias do processo e 18.9% recebe dos seus pais que consiste em seguir as carreiras preferidas pelos seus progenitores, deixando do lado a sua vocação, consequentemente a isso, terminada a formação volta à família e fica desocupado sobrecarregando a economia familiar e do país.

Abordar sobre uma orientação profissional em Moçambique, ainda é uma utopia, demonstrada pela ausência nas escolas do ensino médio, de formações, palestras, cursos, gabinetes de orientação profissional que ajudem, preparem aos adolescentes e jovens na fase de escolha mesmo com a existência de instrumentos legais, leis, decretos e outros tipos de material que abordem esse assunto, incluindo directrizes claras de procedimentos necessários com vista a realização efectiva de uma ajuda profissional.

Em Moçambique, os jovens têm a oportunidade de emprego para sustento da família, não como uma questão vocacional que contribua para a produtividade e satisfação dos desejos individuais na vida adulta, como consequência disso, os moçambicanos podem estar a consumir mais do que produzem.

Em suma, no contexto de Moçambique, a orientação profissional e vocacional encontra-se enquadrada na Teoria Não Psicológica a qual defende que a escolha de profissões dos indivíduos é causada por elementos extrínsecos e estes descartam a possibilidade de orientabilidade.

REFERÊNCIAS

BARROS, A. F. “Desafios da psicologia vocacional: modelos e intervenção na era da incerteza”. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, vol. 11, n. 2, 2010.

GIACAGLIA, L. R. A.; PENTEADO, W. M. A. **Orientação educacional na Prática**. São Paulo: Editora Pioneira, 1980.

MULLER, T. P. *et al*. "Serviço de Orientação Profissional do LIPO - UFSC a comunidade: Traçando novos caminhos". **Revista Eletrônica Extensiva**, n. 7, 2009.

PEREIRA, M. C. "O que a Escola pode fazer – Um projeto de Orientação Profissional do Ensino Fundamental e Médio". *In*: OLIVEIRA, D. I. (org.). **Construindo Caminhos**: Experiências e Técnicas em Orientação Profissional. Recife: Editora da UFPE, 2000.

PESTANA, E.; PÁSCOA, A. **Dicionário Breve de Psicologia**. Lisboa: Editora Presença, 2002.

PINTO, H. R.; TAVEIRA, M. C.; FERNANDES, M. E. "Os professores e o desenvolvimento vocacional dos estudantes". **Revista Portuguesa de Educação**, vol. 16, n. 1, 2003.

TAVEIRA, M. C. **Exploração e Desenvolvimento Vocacional de Jovens**. Braga: Universidade do Minho, 2000.

USSENE, C. I. **Desenvolvimento Vocacional de Jovens**: Estudo com alunos do Ensino Secundário Moçambicano (Tese de Doutorado em Psicologia). Braga: Universidade do Minho, 2011.

VIGOTSKY, L. S. **Psicologia Pedagogia**. São Paulo: Editora Loyola, 2001.

WASSERMANN, S. **Brincadeiras sérias na escola primária**. Lisboa: Editora Horizontes Pedagógicos, 1990

CAPÍTULO 10

Psicologia, Psicologia Sócio-Histórica e Educação

PSICOLOGIA, PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA E EDUCAÇÃO

Michel Goulart da Silva

Neste artigo procura-se discutir o nascimento da psicologia enquanto campo do conhecimento científico. Para tanto, discute-se a psicologia inserida no desenvolvimento das ciências ocorrido a partir do Renascimento, aproximadamente no século XVI. Para realizar o debate, parte-se de bibliografia acerca da História da Psicologia, procurando inseri-la no desenvolvimento filosófico e epistemológico que marca a consolidação das Ciências Humanas.

Neste sentido, discute-se a perspectiva positivista, problematizando diferentes aspectos dessa corrente, que dominou as Ciências Sociais no século XIX, mostrando como isso redundou numa perspectiva mecanicista para a Psicologia, entre outros campos do conhecimento.

Em contraste, apresenta-se o desenvolvimento do marxismo como perspectiva que apresenta uma compreensão dialética e concreta da psicologia, partindo seus estudos das condições materiais da sociedade. Procura-se, ademais, mostrar como isso redundou na compreensão de educação, especialmente por conta da corrente soviética, depois da Revolução Russa, em 1917.

CIÊNCIA E PSICOLOGIA

Não seria exagero afirmar que "as pessoas, normalmente, têm um domínio, mesmo que pequeno e superficial, do conhecimento

acumulado pela Psicologia científica" (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 15). Contudo, parte das noções e ideias que se têm da psicologia acabam sendo impregnadas pelo senso comum. O senso comum é constituído de conhecimentos espontâneas, intuitivos, produzidos socialmente pelo homem no seu cotidiana a partir do contato com a realidade, através dos sentidos.

Em contraste, a ciência pode ser definida como "conjunto de conhecimentos sobre fatos ou aspectos da realidade (objeto de estudo), expresso por meio de uma linguagem precisa e rigorosa. Esses conhecimentos devem ser obtidos de maneira programada, sistemática e controlada, para que se permita a verificação de sua validade" (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 19).

O surgimento da ciência psicológica está ligado ao surgimento e à consolidação do que poderíamos chamar de Ciência Moderna (SILVA, 2020). Esse processo se deu a partir dos séculos XVI e XVII, na Europa, no contexto do Renascimento. O período está marcado pela decomposição do modo de produção feudal, pela transição ao capitalismo e pelo surgimento de uma burguesia mercantil, que século após século enriquece e ascende a postos de poder do Estado.

No que se refere às ciências, esse momento caracterizou-se pelo desenvolvimento de métodos experimentais e empíricos nas investigações, afastados das especulações metafísicas que tomavam como pressuposto a onipresença de um Deus Todo-Poderoso. Nesse processo, segundo Engels (1985, p. 15-16),

> [...] foi atenuada a ditadura espiritual da Igreja. Os povos germanos repeliram-na, em sua maioria, tendo adotado o Protestantismo, enquanto, entre os povos latinos, estabeleceu-se uma alegre liberdade de pensamento, imitada dos árabes e alimentada pela filosofia grega, recentemente descoberta, tendo-se

> assim preparado o terreno para o materialismo do século XVIII.

Procurava-se constituir um campo científico que partisse da análise dos fenômenos da natureza. Nesse processo,

> [...] com a ascensão da burguesia, produziu-se o grande ressurgimento da ciência. Voltava-se a cultivar a astronomia, a mecânica, a física, a anatomia, a fisiologia. A burguesia necessitava, para o desenvolvimento de sua produção industrial, de uma ciência que investigasse as propriedades do corpo físico e o funcionamento das forças naturais. Mas, até então, a ciência não havia sido mais que a servidora humilde da Igreja, não lhe sendo prometido transpor as fronteiras estabelecidas pela fé; em outras palavras, havia sido tudo menos uma ciência. Agora, a ciência se rebelava contra a Igreja; a burguesia precisava da ciência e se lançou com ela na rebelião (ENGELS, 2005, p. 21-22).

Entre as contribuições, que se refletiram na Psicologia científica, há as de Descartes, que, ao postular a separação entre mente e corpo, tornava possível algo até então impossível: o estudo do corpo humano morto – que, desprovido do espírito, era concebido como uma máquina. Mas, apesar dos avanços ocorridos no período, precisou de um longo processo para que as ciências rompessem em definitivo com as crenças religiosas. Engels aponta:

> O ato revolucionário pelo qual a investigação da Natureza declarou sua independência e repetiu, de certo modo, a queima de bulas papais, realizada por Lutero, foi a edição da obra imortal em que

> Copérnico, embora timidamente e já próximo da morte, lançou à autoridade eclesiástica sua luva de desafio a respeito das coisas da Natureza. A partir desse ponto, as ciências naturais se emanciparam da teologia, muito embora os esclarecimentos a respeito das pretensões daquelas e desta se arrastem até os nossos dias, não tendo ainda entrado em determinadas cabeças (ENGELS, 1985, p. 17).

O surgimento da Psicologia científica tem como marco a criação do primeiro Laboratório de Experimentos de Psicofisiologia, por Wilhelm Wudt, na Alemanha, em 1875. Essa experiência apontava para "o desligamento das ideias psicológicas de ideias abstratas e espiritualistas, que defendiam a existência de uma alma nos homens, a qual seria a sede da vida psíquica" (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 26).

O desenvolvimento técnico produzido pela chamada revolução industrial, que afetava não apenas as formas de trabalho como a sociedade em seu conjunto, colocava novos problemas e necessidades para a sociedade europeia, em meados do século XVIII e principalmente durante o século XIX.

Era preciso desenvolver novos conhecimentos e, como consequência, novos métodos e campos científicos, a fim de dar respostas e soluções práticas aos desafios então colocados pelo desenvolvimento da indústria e da economia. Nesse contexto "os problemas e temas da Psicologia, até então estudados exclusivamente pelos filósofos, passam a ser, também, investigados pela Fisiologia e pela Neurofisiologia em particular" (BOCK; FURTADO; TEIXEIRA, 1999, p. 39).

Os diferentes campos das chamadas ciências humanas – História, Sociologia, Antropologia – se desenvolveram, utilizando e desenvolvendo métodos próprios de investigação de um mesmo

objeto, o ser humano. Nesse período, marcado pela ascensão da burguesia ao poder e a consolidação do Estado liberal, as ciências dão ênfase à razão, à liberdade humana e à possibilidade de transformação do mundo real.

Constituía-se a ciência moderna, experimental, empírica e quantitativa, "que buscou desvendar as leis da natureza e construir um conhecimento pela experiência e pela razão" (BOCK, 2001, p. 15). Procurou-se também constituir um método que permitisse aos cientistas observar a realidade e construir um conhecimento racional.

No século XIX, esse conhecimento científico se caracterizou, em grande medida, pelo "mecanicista, porque se pautou na ideia de leis de funcionamento regular do mundo, guiado por leis que poderiam ser conhecidas "pelo "determinista, porque pensou o mundo como um conjunto de fenômenos que são sempre causados e que essa relação de causa-efeito pode ser descoberta pela razão humana" (BOCK, 2001, p. 15-16).

Essas características têm forte proximidade com os fundamentos que sustentam a corrente positivista, para a qual "a sociedade é regida por leis naturais, isto é, leis invariáveis, independentes da vontade e da ação humanas; na vida social, reina uma harmonia natural" (LOWY, 1994, p. 17).

Partindo dessa compreensão, entende-se que a sociedade pode "ser epistemologicamente assimilada pela natureza", sendo "estudada pelos mesmos métodos, *démarches* e processos empregados pelas ciências da natureza" (LOWY, 1994, p. 17). Consequentemente, segundo essa concepção, "as ciências da sociedade, assim como as da natureza, devem limitar-se à observação e à explicação causal dos fenômenos, de forma objetiva, neutra, livre de julgamentos de valor ou ideologias" (LOWY, 1994, p. 17).

Nesse cenário, em 1875, Wundt procurou distinguir a Psicologia como ciência, tendo como objeto a "experiência consciente". Essa nova ciência procurava "pensar a consciência com processo ativo na organização de seu conteúdo pela força da vontade" (BOCK, 2001, p. 16).

Para Wundt, o pensamento humano era produto da natureza e criação da vida mental, sendo o indivíduo, ao mesmo tempo, criatura e criador. Wundt, contudo, pressupunha "uma regularidade no homem, como se fosse uma máquina dotada de funcionamento próprio", além de "causas para o 'efeito homem' que observamos" (BOCK, 2001, p. 17). Em Wundt "há marcadamente a perspectiva do homem apriorístico, como estruturas ou mecanismos prontos que permitem seu funcionamento regular enquanto ser humano" (BOCK, 2001, p. 17).

As teorias psicológicas de origem liberal têm sido dominantes na Psicologia. O liberalismo é ideologia fundamental do capitalismo, nascido no contexto das revoluções burguesas, propondo, no início, a destruição do feudalismo e seu regime, mas depois se transformando em ideologia de manutenção da ordem capitalista.

Um dos fundamentos dessa ideologia é a valorização do indivíduo, visto como "um ser moral que possui direitos derivados de sua natureza humana. Somos indivíduos e somos iguais, fraternos e livres, com direito à propriedade, à segurança, à liberdade e à igualdade" (BOCK, 2001, p. 18).

Com o desenvolvimento desse campo do conhecimento, o ser humano foi colocado no centro das pesquisas, diante da possibilidade de ver, de pensar, de fazer, tornando-se a escolha uma exigência e um elemento da condição humana, nascendo a noção de "eu", do indivíduo.

Esse campo do conhecimento de dedica a estudar o "mundo interno", caracterizando-se a psicologia "fundamentalmente por

pensar o homem a partir da noção de natureza humana", a qual "nos iguala e exige liberdade, como condição para desenvolver nossas potencialidades como seres humanos" (BOCK, 2001, p. 19).

Nessa perspectiva, o *fenômeno psicológico* aparece descolado da realidade em que o indivíduo está inserido ou mesmo descolado do próprio indivíduo que o abriga. Acredita-se que o mundo "externo", estranho ao "eu", impede e dificulta o pleno desenvolvimento do mundo "interno", sendo um lugar no qual o indivíduo é obrigado a estar e ao qual, portanto, precisa se adaptar. Por conseguinte, o fenômeno psicológico é visto de forma abstrata, uma característica humana naturalizada, estranha à realidade concreta dos sujeitos.

PSICOLOGIA, MARXISMO E EDUCAÇÃO

Em meados da década de 1920, o psicólogo soviético Vigotski lançou as bases da Psicologia Sócio-histórica, procurando construir uma teoria que superasse as tradições liberais e estudasse o mundo psíquico humano como construção histórica e social, portanto dialética.

Essa formulação "fundamenta-se no marxismo e adota o materialismo histórico e dialético como filosofia, teoria e método", concebendo "o homem como ativo, social e histórico" (BOCK, 2001, p. 17). Nessa compreensão, a sociedade é entendida como produção histórica humana, a partir das relações concretas dos homens entre si, mediada pelo trabalho, e as ideias como representação da realidade material. Parte-se do pressuposto de que

> [...] os homens têm de estar em condições de viver para poder "fazer história". Mas, para viver, precisa-

> se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para a satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico, uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (MARX; ENGELS, 2007, p. 32-33).

Nesse sentido, entende-se que é a ação dos seres humanos que transformam a realidade concreta. Nesse sentido, entende-se a história "como movimento contraditório constante do fazer humano, no qual, a partir da base material, deve ser compreendida toda produção de ideias, incluindo a ciência e a psicologia" (BOCK, 2001, p. 17-8).

Cabe ressaltar, nesse sentido:

> Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência. No primeiro modo de considerar as coisas, parte-se da consciência como do indivíduo vivo; no segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos reais, vivos, e se considera a consciência apenas como sua consciência (MARX; ENGELS, 2007, p. 94).

Nessa concepção, o fenômeno psicológico deve ser entendido como produção histórica humana, não pertencendo a uma natureza abstrata e encarada como uma manifestação mecânica. Portanto, não há uma existência prévia ao próprio homem, fazendo com que a psicologia reflita as condições sociais, econômicas e culturais nas quais vivem os seres humanos. Nesse sentido, "falar do fenômeno

psicológico é obrigatoriamente falar da sociedade. Falar da subjetividade humana é falar da objetividade em que vivem os homens" (BOCK, 2001, p. 22).

Nesse sentido, as capacidades cognitivas humanas devem ser encaradas associadas a uma série de transformações qualitativas, onde cada transformação cria condições para novas transformações, em um processo histórico e dialético.

O fenômeno psicológico, portanto, "deve ser visto como subjetividade, concebida como algo que se constitui na relação com o mundo material e social, mundo este que só existe pela atividade humana" (BOCK, 2001, p. 23).

Para a Psicologia Sócio-histórica, conhecer o fenômeno psicológico significa conhecer a expressão subjetiva de um mundo objetivo, ou seja, "retirá-lo de um campo abstrato e idealista e dar a ele uma base material vigorosa" (BOCK, 2001, p. 23).

No âmbito da educação, no que se refere aos fenômenos psicológicos, o processo educativo não deve ser encarado a partir da individualidade, como se o sujeito fosse responsável pelo fracasso ou pelo sucesso.

Em uma perspectiva liberal, o indivíduo livre, que não é visto como um produto histórico das contradições da sociedade, é o responsável por suas escolhas, seus erros, seus limites, suas dúvidas, seus medos, enfim, pelo resultado de sua instrução, sendo cobrado dele uma formação específica que lhe permita algum posto no organismo social da sociedade.

Nessa compreensão,

> a escola surge como um antídoto à ignorância, logo, um instrumento para equacionar o problema da marginalidade. Seu papel é difundir a instrução,

> transmitir os conhecimentos acumulados pela humanidade e sistematizá-los logicamente (SAVIANI, 1989, p. 18).

Essa compreensão, que pode ser chamada de "tradicional", sofreu várias críticas ao longo de décadas. Essas críticas, contudo, não rompiam com a matriz liberal. Uma das manifestações dessa crítica se expressa no movimento chamado Escola Nova, para o qual

> [...] a educação, enquanto fator de equalização social será, pois, um instrumento de correção da marginalidade na medida em que cumprir a função de ajustar, de adaptar os indivíduos à sociedade, incutindo neles o sentimento de aceitação dos demais e pelos demais (SAVIANI, 1989, p. 20).

Portanto, embora se apresente como progressista, a Escola Nova não supera a ideia de uma natureza humana e a crença em uma realidade externa à qual o indivíduo precisa se adaptar. Essa compreensão centrada no indivíduo, inserida na perspectiva liberal, desconsidera o contexto social e histórico, se limitando a formular métodos que se limitam a indicar formas de ajustar o sujeito à sociedade.

Para uma compreensão histórica e dialética, que seja efetivamente crítica, da educação, é preciso ter em mente que a escola é determinada socialmente e que a realidade capitalista é dividida em classes com interesses antagônicos.

Ou seja, a escola sofre a determinação dos conflitos de interesses (de classe e outros) que permeiam a sociedade, não tendo a classe dominante qualquer interesse na transformação da escola (SILVA, 2015).

Esse fator explica os limites das teorias liberais e aponta como uma necessidade para as teorias críticas a formulação do ponto de vista dos interesses dos dominados (SAVIANI, 1989, p. 41). Ou seja, a educação deixa de ser encarada como um processo externo a um sujeito que precisa se adaptar a um mundo considerado abstratamente como hostil para se tornar um problema encarado pela dialética entre subjetivo e objetivo.

Enquanto ser histórico, não se limita a ser um mero receptor de conteúdo, mas um sujeito que pode transformar a realidade. Portanto, o processo educativo não se torna mera adaptação do indivíduo ou reprodução da sociedade em mentes passivas, mas, se rompida as relações de dominação e exploração, pode ser também ferramenta de emancipação humana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conclusão, pode-se entender que a psicologia, em seu percurso de mais de um século, vem se estabelecendo como campo científico, ainda que sofra influências do senso comum. O conhecimento psicológico, cada vez mais, precisa localizar o ser humano inserido na sociedade em que vive, no momento histórico de sua prática, no espaço em que os sujeitos agem.

Não existe uma natureza humana imutável e o indivíduo não existe apenas para si, mas é produto das condições materiais de existência. Portanto, no âmbito da educação, não cabe ao conhecimento psicológico partir de ideias preexistentes do fenômeno psicológico, mas entendê-lo em seu contexto, como produção social e histórica, que se modifica e é determinado pela existência concreta dos seres humanos.

REFERÊNCIAS

BOCK, A. M. "A Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia". *In*: BOCK, A. M. *et al*. (orgs.). **Psicologia sócio-histórica**: uma perspectiva crítica em psicologia. São Paulo: Editora Cortez, 2001.

BOCK, A. M.; FURTADO, O.; TEIXEIRA, M. L. **Psicologias**: uma introdução ao estudo de psicologia. São Paulo: Editora Saraiva, 1999.

ENGELS, F. **A dialética da natureza**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1985.

ENGELS, F. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

LOWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen**: marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Editora Cortez, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2007.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política. São Paulo: Editora Autores Associados, 1989.

SILVA, M. G. "Educação profissional, capital e força de trabalho no Brasil". **Germinal**, vol. 7, n. 2, 2015.

SILVA, M. G. "Reflexões sobre a história das Ciências Humanas". **Boletim de Conjuntura (BOCA)**, vol. 1, n. 2, 2020.

CAPÍTULO 11

A Filosofia da Psicologia e o "Novo Método" Filosófico nos Escritos Tardios de Wittgenstein: Uma Relação Prática e Necessária

A FILOSOFIA DA PSICOLOGIA E O "NOVO MÉTODO" FILOSÓFICO NOS ESCRITOS TARDIOS DE WITTGENSTEIN: UMA RELAÇÃO PRÁTICA E NECESSÁRIA

Gilberto Ferreira de Souza

A volta de Wittgenstein para Cambridge em 1929 estava carregada de compromissos filosóficos, entre os quais, o de apresentar o rosto de sua mais recente descoberta, o "novo método" filosófico ainda informe, e o de retomar as reflexões filosóficas sob a perspectiva desse novo método.

As exposições pouco explícitas e enigmáticas que caracterizam esta retomada são fundamentais para todos aqueles que queiram compreender o desenvolvimento posterior do pensamento de Wittgenstein, e refletir sobre as relações possíveis das suas observações.

O presente trabalho tem por objetivo apresentar os temas do "novo método" filosófico em Wittgenstein e da "Filosofia da Psicologia" como uma relação prática e necessária. Para tanto, iniciaremos a nossa reflexão em torno do engajamento de Ludwig Wittgenstein com os temas e problemas do método e da filosofia da psicologia nos remetendo ao início de sua carreira filosófica.

Não porque podemos encontrar lá reflexões sobre esses assuntos, mas porque encontramos uma série de pressupostos relativamente irrefletidos que gradualmente se tornarão alvos de investigações críticas do próprio Wittgenstein a partir de 1929 sob a forma de vários temas, entre eles, o método e a filosofia da psicologia. Dedicaremos, então, as primeiras observações à alguns pressupostos tractarianos da visão que o jovem Ludwig teve sobre o "método correto da filosofia" e sobre a filosofia da psicologia.

Após feito isso, apresentaremos o estado atual do debate em torno do "novo método" na filosofia tardia de Wittgenstein, as interpretações, as perspectivas adotadas, e a nossa interpretação sobre a indispensabilidade do "novo método" para a compreensão das observações filosóficas que Wittgenstein empreendeu a partir da sua volta à Cambridge.

Tendo a vista que Wittgenstein jamais descreveu explicitamente em que consiste o seu "novo método", apresentaremos algumas indicações quanto à sua natureza e características que julgamos ser fundamentais para a presente reflexão.

Por fim, observaremos que a filosofia da psicologia de Wittgenstein se insere numa perspectiva diferente da perspectiva da ciência psicológica que se desenvolveu, principalmente, no fim do século XIX e início do século XX como uma ciência fundamentada em investigações empíricas. E isto se deve ao objetivo do filósofo na obtenção de uma *apresentação perspícua* dos conceitos psicológicos expressos na linguagem para realizar o propósito de dissolver problemas metafísicos presentes na psicologia.

ALGUNS PRESSUPOSTOS TRACTARIANOS

Com o término da publicação do *Tractatus-Lógico-Philosophicus* (TLP), o jovem Ludwig acreditou ter resolvido as questões cardeais da filosofia. No prefácio da obra, ele afirma que a *verdade* dos pensamentos ali comunicados parece-lhe *intocável* e *difinitiva*, e que, em sua opinião, havia solucionado todos os problemas essenciais da filosofia.

Quanto à forma de exposição, o TLP é um livro pouco convencional. O autor elabora um sistema de numeração peculiar

que permite indicar cada uma das passagens entre diferentes níveis de argumentos, assim como entre os argumentos em um mesmo nível, e seus respectivos "pesos lógicos" no interior do discurso.

São sete proposições básicas intercaladas por comentários sistematicamente organizados mediante uma numeração que convida o leitor a seguir, minuciosamente a trajetóra completa dos diversos movimentos realizados entre os níveis lógicos e entre os argumentos, do início ao final da longa jornada ascendente. Sob este aspecto, Ludwig considerou ter escrito um "bom livro". "Bom", provavelmente, porque não tinha saltos, repetições, lacunas, casos particulares e exemplos específicos, discussões, comentários longos, diálogos ou explicações.

O projeto tractariano de esclarecimento lógico dos pensamentos é levado a cabo através do método de análise lógica das proposições que seria, segundo o autor, o método propriamente correto:

> O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural – portanto, algo que nada tem a ver com a filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório – não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto (WITTGENSTEIN, 2004; 2000).

Este método oferece ao filósofo da lógica um ponto de vista privilegiado sobre o conjunto de operações a priori realizadas com relações internas de sentido. É daí que o filósofo poderá ter a visão

correta do mundo (WITTGENSTEIN, 2004; 2000), sendo o livro um instrumento utilizado para essa finalidade, e descartado em seguida.

A concepção de filosofia para Ludwig não é a de uma ciência da natureza (WITTGENSTEIN, 2004; 2000) ou de uma teoria (WITTGENSTEIN, 2004; 2000), mas de uma atividade cujo fim é o esclarecimento lógico dos pensamentos anteriormente turvos e indistintos (WITTGENSTEIN, 2004; 2000), isso por causa das confusões a que ela (a filosofia) está repleta (WITTGENSTEIN, 2004; 2000).

A atividade filosófica se caracteriza como reflexão a respeito das relações internas ou de sentido, por contraste com a atividade científica voltada exclusivamente para relações externas, isto é, causais e mecânicas. Ludwig herdou de seus antecessores, Frege e Russell, o anti-psicologismo.

Como ele disse sem rodeios no TLP, "a psicologia não é mais aparentada com a filosofia que qualquer outra ciência natural" (WITTGENSTEIN, 2004; 2000). Ele notou que seu estudo da linguagem por sinais não corresponde ao estudo dos processos de pensamento que os filósofos costumavam considerar essencial para a filosofia da lógica, e que deveria tomar cuidado para não se envolver em investigações psicológicas irrelevantes, isto é, inessenciais (WITTGENSTEIN, 2004; 2000).

Dessa forma, o tema central do TLP **-** a natureza da proposição e as conseqüências lógico-metafísicas que fluem de sua natureza essencial **-** pode e deve ser manuseado sem referência às considerações psicológicas, isto porque seu interesse centrava-se nos esclarecimentos exclusivamente lógicos.

Ao excluir as considerações psicológicas em seu livro, Ludwig parece evitar a reflexão sobre conceitos psicológicos. Isso significava concessão a uma série de preconceitos não examinados ou irrefletidos referentes aos termos "compreender", "ter em mente"

e "pensar" como algo menos importante ou inócuo. Como confessará numa observação posterior (WITTGENSTEIN, 2004), isso ainda não estava claro para o jovem filósofo.

E a teoria do conhecimento, ou a epistemologia (*Erkenntnistheorie*) concebida como filosofia da psicologia, seria uma atividade logicamente esclarecedora dos processos de pensamento envolvidos no campo da filosofia da lógica, mas não uma teoria a respeito do conhecimento.

Para ele, a reflexão esclarecedora dos atos de pensamento diz respeito à lógica, e não deve correr o risco de confundi-la com análise de natureza psicológica, irrelevante para questões lógicas (WITTGENSTEIN, 2004; 2000). Ludwig parece reconhecer que há um limite importante a ser observado entre os dois domínios de reflexão, mas que é difícil caracterizá-lo.

Em sua volta para Cambridge em 1929, Ludwig entende que a nova filosofia deve ocupar-se com a crítica do seu antigo pensamento. No prefácio para as *Philosophische Untersuchungen* (*Investigações filosóficas* - PU), ele diz:

> Há quatro anos, tive a ocasião de ler novamente o meu primeiro livro (o 'Tractatus Logico-Philosophicus') e esclarecer seus pensamentos. Pareceu-me dever publicar aqueles antigos pensamentos juntos, e os novos, pois estes apenas poderiam receber sua reta iluminação somente pelo confronto com os meus antigos modos de pensar e tendo-os como pano de fundo (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

E é no contexto de releitura do TLP que surgem os novos pensamentos e as referências ao "novo método" filosófico.

O "NOVO MÉTODO" FILOSÓFICO

O debate em torno do "novo método" na filosofia tardia de Wittgenstein ganha mais e mais atenção a cada dia (GILMORE, 1999, p. 47). Vários trabalhos foram produzidos em torno deste tema, e as perspectivas adotadas, que são as mais diversas possíveis, estão, obviamente, dependentes e ancoradas na interpretação tanto do TLP quanto do pensamento geral de Wittgenstein.

Com relação ao pensamento de Wittgenstein, é ponto quase assente entre os comentadores que a partir de 1929, quando está de volta à Cambridge, ele passa a desenvolver uma nova filosofia crítica do TLP, inclusive de sua concepção de "método correto da filosofia".

Este método de análise lógica, atuava por demonstração, provas e evidências das ciências naturais e da lógica. A filosofia era considerada, até então, como uma atividade de elucidação que não andava com as suas próprias pernas, o que levaria à conclusão de que o método da filosofia não tinha sentido nem se justificava.

No final dos anos 20 e início dos anos 30, Wittgenstein faz várias declarações de que "um novo método havia sido encontrado". Tratam-se de declarações pouco explícitas e enigmáticas que, embora sejam fundamentais e confiáveis para qualquer um que queira compreender o desenvolvimento do seu pensamento posterior (STERN; CITRON; ROGERS, 2013, p. 1.), Wittgenstein não facilita a tarefa.

Com relação ao valor do novo método, o próprio Wittgenstein faz várias afirmações, entre elas, a mais famosa encontra-se no parágrafo 122 das PU:

> Uma das principais fontes de nossa falta de compreensão é que não dominamos uma visão clara do uso de nossas palavras. - Falta à nossa gramática uma disposição clara. Uma apresentação perspícua transmite a compreensão, que consiste em "ver conexões". Daí a importância de achar e de inventar casos intermediários. O conceito de uma apresentação perspícua é de fundamental importância para nós. Ele designa a nossa forma de exposição, a forma como olhamos para as coisas (Esta é uma "visão de mundo"?) (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

Embora, na passagem supracitada, o próprio Wittgenstein afirme ser o método de "fundamental importância" e que o mesmo "designa a forma" pela qual ele expõe seu pensamento, isto divide opiniões e é atualmente matéria de grande polêmica entre os seus intérpretes.

De um lado, temos um entendimento negativo sobre a importância do "novo método". Nesse grupo se insere Saul Kripke que considera o modo de Wittgenstein escrever como uma falha estrutural, como uma incompetência do autor ou "falta de habilidade" para escrever convencionalmente, e isto devido a sua permanente contradição não resolvida entre não querer apresentar teses em filosofia e, ao mesmo tempo, apresentar teses céticas.

De maneira semelhante, Stephen Hilmy interpreta o "novo método" de Wittgenstein como uma "lacuna pessoal", "uma idiossincrasia estilística" advinda de uma insatisfação meramente psicológica, uma constante sempre presente nos seus escritos (HILMY, 1987). De outro lado, há um grupo de acordo quanto à "importância fundamental" do método para o pensamento posterior de Wittgenstein. Entre eles, se encontra Anthony Kenny. Este afirma que "o método tem o mérito de receber lugar central no pensamento tardio de Wittgenstein" (KENNY, 1984).

Na esteira de Kenny (1984), Gordon Baker (1991, 2004) e Peter Hacker (1986; 1990; 2010), que talvez sejam os maiores defensores da posição de que o método é de suma importância para se entender Wittgenstein, afirmam que "embora o conceito de *übersichtlich Darstellung* de Wittgenstein em si não seja claro, ele é obviamente importante", "um fio condutor do pensamento posterior de Wittgenstein" (BACKER, 2004).

Há, ainda, outros autores que escreveram obras ou parte delas dedicadas a defender a importância do método filosófico de Wittgenstein, entre os quais citamos David Stern (2011), Avrum Stroll (1994), Nicolay Milkov (2012), Erich Ammereller e Eugen Fischer (2017), Arley Moreno (2009), Mauro Engelmann (2012; 2013), Richard Gilmore (1994) e Gilberto Souza (2017).

Na introdução de sua obra dedicada ao método de Wittgenstein nas *Philosophische Untersuchungen*, Fischer e Ammereller afirmam:

> A abordagem filosófica posterior de Wittgenstein é pouco convencional. As observações que afirmam a sua concepção dos problemas filosóficos e do método pertencem às seções mais marcantes das *Investigações Filosóficas*: mesmo uma leitura superficial de suas observações sobre a natureza da filosofia é suficiente para fazer o leitor perceber que os pensamentos de Wittgenstein sobre esta matéria estão notavelmente em desacordo com as concepções tradicionais do que é a filosofia.
>
> Curiosamente o suficiente, estas observações, apesar de serem as mais negligenciadas, como vários estudiosos têm enfatizado, destacam os aspectos mais revolucionários do seu trabalho posterior e claramente constitui a chave para a adequada compreensão (AMMERELLER; FISCHER, 2004).

O nosso pensamento se dirige, de forma geral, em concordância com a segunda linha de interpretação, ou seja, concebendo que o novo método é indispensável para a compreensão das observações filosóficas que Wittgenstein empreendeu a partir da sua volta à Cambridge.

Wittgenstein jamais descreveu explicitamente em que consiste o seu "novo método". Expôs, apenas, indicações quanto à sua natureza. Assim, entre as suas inúmeras indicações, podemos mencionar algumas que julgamos estar entre as mais importantes para a presente reflexão.

a) Wittgenstein dedica uma grande parte dos seus trabalhos para rejeitar o ideal de método científico presente na filosofia. Para isso, ele tenta expor em suas observações as marcas do "espírito" do autor que procura distanciar-se das obras dos cientistas e filósofos científicos bem como enfatiza a diferença entre filosofia e ciência;

b) Distante do estilo do TLP, nas PU presencia-se os interlocutores, as frases curtas e espontâneas próximas à oralidade, abundantes interrogações, inúmeras objeções aos juízos que o senso comum, habitualmente, toma como evidentes, e convidam ao diálogo e à discussão;

c) Wittgenstein notou que para se alcançar a clareza em suas investigações filosóficas, havia a necessidade de filosofar de alguma outra maneira que não fosse mediante a asserção de doutrinas. Assim, em suas observações não há teses que afirmam que as coisas devem ou não ser, como uma condição de possibilidade do nosso pensamento ou raciocínio (WITTGENSTEIN, 2004; 1968);

d) A concepção de filosofia para Wittgenstein não é a de uma ciência da natureza, ou de uma teoria, mas uma

atividade cujo fim é o esclarecimento lógico dos pensamentos anteriormente turvos e indistintos, isso por causa das confusões a que ela (a filosofia) está repleta. A atividade filosófica se caracteriza, portanto, como reflexão a respeito das relações internas ou de sentido, por contraste com a atividade científica voltada exclusivamente para relações externas, isto é, causais e mecânicas (WITTGENSTEIN, 2004; 2000);

e) A investigação filosófica para Wittgenstein seria apenas a descrição dos usos dos conceitos. Nesse sentido, o método (ou métodos) de esclarecimento é descritivo. Os usos de expressões problemáticas são descritos no seu contexto elaborado e nos jogos de linguagem em que são incorporados. (WITTGENSTEIN, 2004; 1968);

f) Wittgenstein não se propõe explicar a natureza dos fenômenos, mas altera as perguntas que parecem assemelhar-se a um problema apresentando um conjunto de casos similares um ao lado do outro para eliminar a perplexidade;

g) Wittgenstein revela o novo método como um "lugar de apoio" (*a real resting place)* para realizar e/ou "resolver um propósito" *(something settled).* Em outras palavras, o método seria o ponto de apoio para a realização do propósito, a saber, permitir variar um ponto de vista apresentado inicialmente como expressão definitiva e absoluta de uma verdade (RHEES, 1981, p. 125-126).

h) Não há nada de hipotético nas observações filosóficas de Wittgenstein que possa tornar necessária a confirmação empírica ou a desconfirmação, ou que possa ser mais ou menos provável. A investigação é totalmente a priori, e assim também são as observações gramaticais arranjadas para resolver os problemas filosóficos (WITTGENSTEIN, 2004; 1968);

i) Uma tarefa importante reservada ao filosofar consiste na dissolução dos problemas filosóficos. Isso significa que não se procura responder de forma positiva a uma questão, pelo contrário, através de uma análise minuciosa anula-se a pergunta e o problema desfaz-se na anulação. Sobre isso, observa o filósofo, "Os problemas são dissolvidos no sentido próprio [do termo] – como um torrão de açúcar na água" (WITTGENSTEIN, 2004; 2005);

j) Os movimentos revistos do pensamento podem ser interpretados como variações de uma e mesma ideia: um movimento que ora procura aproximação tentando focar os pormenores que escapam ao olho nu, e um movimento que ora procura o afastamento tentando obter uma visão do todo. Era como se Wittgenstein pudesse ver e pensar as questões, as quais ele obsessivamente se debatia, sob perspectivas e abordagens diferentes e pudesse a partir de diversas tentativas de esclarecê-las, escapar à hipnose da maneira habitual de apresentar, aproximar do centro da questão e compreender melhor o papel, as conexões e os limites dos conceitos reais. Para isso, dizia: "Estou a filosofar agora como uma velha que está sempre a perder qualquer coisa e a procurá-la: ora os óculos, ora as chaves";

k) Enquanto no TLP a noção de linguagem é analisada de forma isolada e desvinculada das circunstâncias concretas da vida, as obras tardias de Wittgenstein se referem a importância dos contextos em que os signos linguísticos são inseridos, pois o que uma pessoa expressa não depende simplesmente do que ela diz, mas das circunstâncias que mostram qual jogo de linguagem está sendo jogado: "Como as palavras são entendidas não é dito apenas por elas" (WITTGENSTEIN, 2004; 1967). Assim, as palavras adquirem sentido somente no contexto de uma proposição, uma proposição adquire sentido somente em um "contexto" de uso no jogo de linguagem, e um

"jogo de linguagem" tem sentido apenas no contexto de uma "forma de vida";

l) Segundo Wittgenstein, a atividade filosófica tem função terapêutica e visa substituir as formas ideais de expressão por formas da linguagem ordinária, auxiliar alguém a libertar-se do fascínio e incômodo de certas expressões, assim como enunciar usos habituais e inventar novos usos. Nesse sentido, as palavras deveriam ser reconduzidas do seu sentido metafísico ao sentido trivial e familiar que os falantes lhes atribuem no dia a dia (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

Então, como não há definições e poucas menções diretas a respeito do "novo método" nos escritos filosóficos de Wittgenstein (embora, há inúmeras declarações pessoais que não citamos), colhemos algumas observações que nos permite formar uma concepção razoavelmente clara da natureza e objetivo do novo método.

Assim, a crítica filosófica que Wittgenstein empreende com relação à psicologia e à matemática, trabalho concentrado desde a volta à Cambridge (1929) até sua morte (1951), se configura como uma prática do "novo método" filosófico anunciado em 1929. E como o objetivo deste artigo é relacionar o "novo método" de Wittgenstein com a Filosofia da Psicologia, passemos agora a sua crítica filosófica à ciência psicológica no contexto da prática do "novo método" que reflete como contribuições do filósofo à Psicologia.

A FILOSOFIA DA PSICOLOGIA COMO UMA CRÍTICA À CIÊNCIA PSICOLÓGICA

Com relação ao escopo da Filosofia da Psicologia nos escritos de Wittgenstein, embora não se possa traçar um limite claro

e definitivo nos escritos deste autor, por várias razões, mas principalmente por encontrar conceitos e reflexões referentes ao tema dispersos em vários outros escritos desde a preparação do TLP até *Über Gewißheit* (ÜG), uma questão que Joachim Schulte levanta pode ser problematizada: a Filosofia da Psicologia de Wittgenstein é um trabalho à parte e autônomo ou é parte de um projeto maior e subordinada aos interesses mais gerais da sua filosofia? (SCHULTE, 1995, p. 1).

Por um lado, especialistas com a autoridade de G. H. Von Wright e do próprio Schulte, entre outros, consideram que as observações do último Wittgenstein sobre filosofia da psicologia representam realmente algo novo, uma reconfiguração de temas e conceitos (MARQUES, 2007). Por outro lado, Budd e Hacker (1993; 2010) entendem que este tema específico é derivado e subordinado à sua concepção mais geral de filosofia.

Esta problematização pode ser reduzida, senão eliminada, quando fizermos uma leitura das novas observações do próprio Wittgenstein como uma retomada que se insere em um novo contexto, mas cujo pano de fundo indispensável é o TLP.

No caso particular da filosofia da psicologia, apenas recentemente começaram a aparecer alguns trabalhos dedicados a explorar o alcance das considerações inovadoras de Wittgenstein com relação ao sujeito psicológico que se estendem para além dos estreitos limites do cartesianismo, do behaviorismo, da psicanálise e dos pretensiosos fundamentos de uma psicologia que se quer científica.

A Filosofia da Psicologia concebida por Wittgenstein de forma sistemática, embora tenha origem em meados de 1940, tornou-se conhecida muito tardiamente. Por volta de 1980, as observações do autor feitas como anotações são publicadas

resultando em *Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie* (BPP).

Pouco mais tarde, em 1982, surge o primeiro volume de *Letzte Schriften zur Philosophie der Psychologie* (LSPP) e nos anos seguintes segue-se o segundo volume. Antes disso, porém, parte destes manuscritos foi alvo dos editores, e publicado sob o, já mencionado, título *Über Gewißheit* (ÜG) em 1969.

Sabe-se agora que tanto BPP quanto LSPP estão diretamente ligados à PU, obra referencial da fase final do pensamento de Wittgenstein, já que grande parte da mesma foi elaborada no tempo em que o filósofo dava aulas sobre temas da psicologia.

Além disso, sabe-se também que os escritos que constituem ÜG pertencem aos manuscritos dedicados à filosofia da psicologia de Wittgenstein, e que nesses textos o autor faz inovações profundas quanto ao tratamento dos termos psicológicos, oferecendo assim material para a renovação do estatuto teórico da Psicologia e de suas pretensões científicas bem como para a delimitação da Filosofia e do seu método.

A ciência psicológica se desenvolveu, principalmente, no fim do século XIX e início do século XX como uma ciência fundamentada em investigações empíricas, realizadas por meio de metodologias experimentais e matemático-estatísticas sobre o comportamento. Segundo essas metodologias, a experiência ou a vivência subjetiva teria caráter secundário em favor de uma fundamentação do comportamento a partir de um observador externo.

Contudo, a filosofia da psicologia de Wittgenstein, não se insere nessa perspectiva experimental, isto porque o que interessa a ele em sua investigação são os fundamentos ou princípios que constituem a análise e uso dos conceitos psicológicos.

> Para a matemática é possível uma investigação muito análoga à nossa investigação da psicologia. Ela é tão pouco uma investigação matemática quanto a outra é uma investigação psicológica. Nela *não* se calcula, p. ex. não é logicista. Poderia merecer o nome de uma investigação dos "fundamentos da matemática" (WITTGENSTEIN, 2004; 1982).

A abordagem desenvolvida por Wittgenstein não se concentra em uma explicação causal, mas sim em uma *descrição das exteriorizações* dos conceitos psicológicos proferidas na linguagem. Nesta perspectiva, a psicologia não deveria tratar o âmbito do psíquico da mesma forma como a física trata de seus objetos.

> Um paralelo enganador: a psicologia trata dos processos na esfera da psicologia como a física trata dos processos da esfera do físico. Ver, ouvir, pensar, sentir, querer não são *no mesmo sentido* objetos da psicologia como o movimento dos corpos e os fenômenos elétricos, etc. são objetos da física. E isso se vê no fato de o físico ver, ouvir, refletir sobre esses fenômenos e informar-nos acerca deles, enquanto que o psicólogo observa as *exteriorizações* (o comportamento) do sujeito (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

O que Wittgenstein quer enfatizar na investigação dos conceitos psicológicos não deve ser fundamentado na análise de um fenômeno físico, ou seja, não se trata de uma pesquisa científica. Para ele, os fenômenos psicológicos, por serem vivências na primeira pessoa (vivências próprias e exclusivas do sujeito), não podem ser reduzidos a uma explicação fisiológica: "O conceito psicológico paira intocado por cima da explicação fisiológica. E a

natureza do nosso problema torna-se por isso mais clara" (WITTGENSTEIN, 2004; 1982a).

Dessa maneira, os escritos sobre a filosofia da psicologia propostos por Wittgenstein teriam como fim a obtenção de uma *apresentação perspícua* dos conceitos psicológicos expressos na linguagem. O conceito de *apresentação perspícua* (*übersichtlich Darstellung*) diz respeito ao nosso modo de apresentar [*Darstellungsform*] as coisas, ao modo como as coisas aparecem e, concomitantemente, ao modo como podemos fazer conexões e relações intermediárias entre os conceitos.

Assim, este conceito mantém, nos escritos de Wittgenstein, relação com o tema da psicologia, da cultura e das cores como afirma Hebeche (HEBECHE, 2002, p. 59-70), mas também com outros temas como a matemática, a linguagem, a lógica, a ética, etc. E o propósito de Wittgenstein com a realização de uma apresentação perspícua dos conceitos psicológicos, seria dissolver problemas metafísicos que estariam há tempos na psicologia, mas que no fundo nada mais seriam que problemas conceituais, isto é, confusões linguísticas, e libertar os filósofos da completa escuridão e da quase irresistível tentação do método da ciência:

> Os filósofos têm constantemente diante de seus olhos o método da ciência, e são irresistivelmente tentados a colocar e a responder a questões do mesmo modo que a ciência faz. Essa tendência é a verdadeira fonte da metafísica, e leva o filósofo a mais completa escuridão (WITTGENSTEIN, 2004; 1992).

E esse procedimento metodológico que Wittgenstein aplica na filosofia da psicologia segue o proposto já nos escritos a partir do ano de 1929, qual seja, de ser uma investigação puramente descritiva

que não pretende levantar hipóteses ou construir teorias explicativas de caráter sistemático, hermético e conclusivo. Sobre isso, o filósofo adverte:

> Era certo dizer que nossas considerações não deviam ser considerações científicas. A experiência 'de que isto ou aquilo possa ser pensado contra nosso preconceito' – o que quer que isso signifique – não podia nos interessar. (A concepção pneumática do pensamento.) E não devemos construir nenhuma espécie de teoria. Não deve haver nada de hipotético nas nossas considerações. Toda *explicação* deve desaparecer e ser substituída apenas por descrição. E esta descrição recebe sua luz, isto é, sua finalidade, dos problemas filosóficos. Estes problemas não são empíricos, mas são resolvidos por meio de um exame do funcionamento de nossa linguagem, de tal modo que este seja reconhecido: *contra* o impulso de mal compreendê-lo. Os problemas são resolvidos não pelo acúmulo de nova experiência, mas pela combinação do que é já há muito tempo conhecido. A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento do nosso entendimento pelos meios da nossa linguagem (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

É possível perceber, nesta passagem, que a rejeição de Wittgenstein em construir uma teoria filosófica, mantém vínculo com uma particular concepção a respeito daquilo que o próprio filósofo toma como "investigação filosófica" (WITTGENSTEIN, 2004; 1980). Para ele, a investigação filosófica, inclusive a investigação sobre conceitos psicológicos, seria de ordem *conceitual*, e seria nada mais do que a descrição dos usos dos conceitos, e no caso da psicologia, dos conceitos psicológicos.

> Nossa consideração é, por isso, gramatical. E esta consideração traz luz para o nosso problema, afastando os mal-entendidos. Mal-entendidos que concernem ao uso das palavras; provocados, entre outras coisas, por certas analogias entre as formas de expressão em diferentes domínios da nossa linguagem. Muitos deles são afastados ao se substituir uma forma de expressão por outra; isto se pode chamar de "análise" de nossas formas de expressão, pois esse processo assemelha-se muitas vezes a uma decomposição (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

Para Wittgenstein, tanto a psicologia quanto a matemática da sua época estariam envolvidas em uma confusão gramatical que impediria a compreensão correta dos conceitos usados por ambas as ciências, visto que na psicologia existem métodos experimentais enquanto na matemática existem métodos demonstrativos, e em ambas existem confusão conceitual.

Por essa razão é que ele faz um paralelo entre ambas as ciências nas suas observações, com o objetivo de realizar uma investigação de caráter *conceitual*, dado que o método da psicologia pressupõe o uso dos conceitos na linguagem, que não são alcançados pelo método experimental, isto porque, segundo Wittgenstein, confusão conceitual e método experimental passam um pelo outro de forma desaprumada:

> A existência do método experimental nos faz crer que teríamos os meios para nos livrarmos dos problemas que nos inquietam; embora problema e método passem um pelo outro desaprumados (WITTGENSTEIN, 2004; 1968).

De uma perspectiva wittgensteiniana, pode-se dizer que não é possível livrarmos dos "problemas que nos inquietam" na filosofia

e na psicologia utilizando o "método experimental" pois este não resolve questões de caráter conceitual. E para resolvermos tais questões e ficarmos em paz com elas, Wittgenstein sugere treinarmos para alcançar uma perspicuidade em nossa visão e apresentação dos usos conceituais, que se dá somente mediante a aplicação no "novo método".

CONCLUSÃO

Os compromissos filosóficos de Ludwig Wittgenstein a partir de 1929 incluíram as retomadas das convicções filosóficas do jovem Ludwig em início de sua carreira filosófica, isto é, das concepções tractarianas de "método correto da filosofia" e de "filosofia da psicologia". Estes pressupostos irrefletidos se tornaram alvos favoritos das novas investigações após 1929, em várias direções e sob múltiplas perspectivas, dada a exigência da natureza da nova investigação em curso.

As explorações em torno do ainda informe "novo método" filosófico se deram inicialmente através de declarações pouco explícitas e de observações enigmáticas, foram ganhando corpo com traços distintivos, sempre em contraste com o método científico. As explorações em torno da "filosofia da psicologia" mostraram-se frutíferas ao longo do tempo e de grande valor para o pensamento contemporâneo tanto em termos de "método" para a filosofia quanto à natureza e status da própria psicologia.

Os aspectos principais do novo método filosófico de Wittgenstein, como procuramos expor neste texto, são praticamente negligenciados pela maioria dos comentadores do filósofo e pelos investigadores e acadêmicos de nosso tempo. Contra isso, vale ressaltar quatro de nossas observações feitas acima.

A abordagem sobre o "novo método" filosófico de Wittgenstein é pouco convencional quanto ao modo de escrita, é negligenciada (na prática) pela maioria dos comentadores do autor, é revolucionária em comparação com a tradição filosófica, e constitui a "chave" "indispensável" para a adequada compreensão das observações filosóficas de Wittgenstein.

Tudo isto significa que a filosofia da psicologia é uma prática ou uma aplicação do "novo método" filosófico que Wittgenstein empreendeu após a publicação do TLP (1929) até sua morte em 1951. Trata-se de uma relação prática e necessária entre ambos os temas: método e filosofia da psicologia.

Ou seja, só é possível compreender as observações sobre a filosofia da psicologia nos escritos tardios de Wittgenstein pelo o filtro do novo método, e só é possível compreender a natureza e das características do novo método, vendo-o aplicado nas mencionadas observações.

REFERÊNCIAS

AMMERELLER, E. "Puzzles about rules following – PI 185-242". *In*: AMMERELLER, E.; FISCHER, E. (eds.). **Wittgenstein at Work**: Method in the Philosophical Investigations. London: Routledge, 2004.

AMMERELLER, E.; FISCHER, E. (eds.). **Wittgenstein at Work**: Method in the Philosophical Investigations. London: Routledge, 2004.

BAKER, G. "Philosophical Investigations section 122: Neglected *A*spects". *In*: ARRINGTON, R.; GLOCK, H. J. (eds.). **Wittgenstein's Philosophical Investigations**: text and context. London: Routledge, 1991.

BAKER, G. **Wittgenstein's Method**: Neglected Aspects. London: Blackwell Publishers, 2004.

BAKER G.; HACKER P. **Wittgenstein**: Understanding and Meaning - Volume 1 of an analytical commentary on the Philosophical Investigations - Part 1 – the essays. Oxford: Blackwell, 2005.

BLACK, M. **A Companion to Wittgenstein´s Tractatus**. New York: Cambridge University Press, 1971.

BUDD, M. **Wittgenstein's Philosophy of Psychology**. London: Routledge, 1993.

SCHULTE, J. **Experience and Expression**: Wittgenstein's Philosophy of Psychology. Oxford: Clarendon Press, 1995.

ENGELMANN, M. L. "Wittgenstein's New Method and Russell's 'The analysis of Mind'". **Forthcoming Journal of Philosophical Research**, vol. 37, 2012.

ENGELMANN, M. L. **Wittgenstein's Philosophical Development**: Phenomenology, Grammar, the Genetic Method, and the Anthropological View. New York: Palgrave Macmillan, 2013.

FANN, K. T. **Wittgenstein's Conception of Philosophy**. Berkeley: University of California Press, 1971.

FREGE, G. "Gottlob Frege: Briefe an Ludwig Wittgenstein". **Grazer Philosophische Studien**, 33/34, 18 GF-LW, de 28-6-19, 1989.

GILMORE, R. A. **Philosophical health**: Wittgenstein's method in "Philosophical investigations". Lanham: Lexington Books, 1999.

HACKER, P. **Insight and Illusion**: Themes in the Philosophy of Wittgenstein. Revised Edition. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HACKER, P. **Wittgenstein**: Meaning and Mind. Oxford: Basil Blackwell, 1990.

HACKER, P. "The Development of Wittgenstein 's Philosophy of Psychology". *In*: COTTINGHAM, J.; HACKER, P. (eds.). **Mind, Method, and Morality**: Essays in Honour of Anthony Kenny. Oxford: Oxford University Press, 2010.

HEBECHE, L. **O mundo da consciência**: ensaio a partir da filosofia da psicologia de L. Wittgenstein. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2002.

HILMY, S. **The Later Wittgenstein**: The emergence of a New Philosophical Method. Oxford: Basil Blackwell, 1987.

KENNY, A. "'Wittgenstein *on the* Nature *of* Philosophy'". *In*: KENNY, A. (ed.). **The Legacy of Wittgenstein**. Oxford: Brasil Blackwell, 1984.

KENNY, A. **Wittgenstein**. Oxford: Blackwell Publishing, 2006.

KRIPKE, S. **Wittgenstein on Rules and Private Language**: An elementary Exposition. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

LEAVIS, F. R. "Memories of Wittgenstein". *In*: LUDWIG, R. **Wittgenstein**: Personal Recollections. Oxford: Blackwell, 1981.

MARQUES, A. "Vivência e significado. Introdução aos Últimos Escritos sobre a Filosofia da Psicologia de Wittgenstein". *In*: WITTGENSTEIN, L. **Últimos escritos sobre a Filosofia da Psicologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

MILKOV, N. "Wittgenstein's Method: The third phase of its development (1933-36)". *In*: MARQUES, A. (ed.). **Knowledge,**

Language and Mind: Wittgenstein's Early Investigations: Wittgenstein's Thought in Progress. Berlin: Walter de Gruyter, 2012.

MORENO, A. "Como ler o álbum?" *In*: MORENO, A. (org.). **Wittgenstein**: como ler o álbum? Campinas: Unicamp, 2009.

RAMSEY, F. "Critical Notices". **Mind**, vol. 32, 1923.

RHEES, R. **Ludwig Wittgenstein**: Personal Recollections. Oxford: Blackwell, 1981.

SCHULTE, J. **Experience and Expression**: Wittgenstein's Philosophy of Psychology. Oxford: Clarendon Press, 1995.

SOUZA, G. F. "Wittgenstein e a tradição filosófica: aspectos metodológicos". **Griot: Revista de Filosofia**, vol. 15, n. 1, 2017.

STERN, D. "On Dialogues — Wittgenstein's Literary Style and Philosophical Methods." *In*: DREHMEL, J.; JASPERS, K. (eds.). **Wittgenstein-Vorträge**: Annäherungen aus Kunst und Wissenschaft [Wittgenstein Lectures: Approaches from Art and Science]. Hamburg: Junius Verlag, 2011.

STERN, D.; CITRON, G.; ROGERS, B. "Moores's Notes on Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1930-1933: Text, Contex, and Content". **Academia.edu** [2013]. Disponível em: <https://www.academia.edu>. Acesso em: 02/04/2023.

STROLL, A. **Moore and Wittgenstein On Certainty**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

WILLIAMS, M. "Wittgenstein's Rejection of Scientific Psychology". **Journal for the Theory of Social Behavior**, vol. 15, 1985.

WITTGENSTEIN, L. **Wittgenstein's Nachlass**: The Bergen Electronic Edition. Oxford: Oxford University Press, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **Tractatus Logico-Philosophicus**. London: Routledge, 2000.

WITTGENSTEIN, L. **The blue (BB) und Brown Books (BrB)**. Oxford: Blakwell, 1992.

WITTGENSTEIN, L. **The Big Typescript**. Oxford: Blackwell, 2005.

WITTGENSTEIN, L. **Zettel**. Oxford: Basil Blackwell: 1967.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophische Bemerkungen**. Oxford: Basil Blackwell, 1974.

WITTGENSTEIN, L. **Philosophical Investigations**. Oxford: Basil Blackwell, 1968.

WITTGENSTEIN, L. **Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie I**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

WITTGENSTEIN, L. **Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie II**. Oxford: Basil Blackwell, 1980.

WITTGENSTEIN, L. **Last Writings on the Philosophy of Psychology I**. Oxford: Basil Blackwell, 1982.

WITTGENSTEIN, L. **Last Writings on the Philosophy of Psychology II**. Oxford: Basil Blackwell, 1992.

WITTGENSTEIN, L. **Über Gewißheit**. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES

Adaiane Amélia Baccin é psicóloga no Hospital Universitário de Santa Maria (UFSM). Mestre e doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail para contato: adaiane.baccin@ebserh.gov.br

Amanda Vieira Souza é graduanda em Engenharia de Materiais Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Áreas de interesse de pesquisa: Indústria Química, e, Psicologia. E-mail para contato: amandavieira2000@yahoo.com

Anderson Fernandes da Silva é graduado em Ciências Biológicas Mestre em Ciências da Saúde pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail para contato: fernandes.centrooeste@hotmail.com

Bernardo Alfeu Uachisso é professor da Universidade São Tomás de Moçambique (USTM). Doutorando em Gestão pela Universidade São Tomás de Moçambique (USTM). E-mail para contato: bwachisso@gmail.com

Camila Daltro Ferreira é graduada em Psicologia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestranda em Estudos Interdisciplinares pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail para contato: camila.daltro@ufba.br

SOBRE OS AUTORES

Daniela Lemos Simões Sobral é professora do Instituto Itapetiningano de Ensino Superior (IIES). Especialista em Saúde Coletiva pela Universidade Católica Dom Bosco (UCDB). E-mail para contato: daniela.sobral2@docente.suafaculdade.com.br

Daniele Cristina Coelho é graduanda em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Área de interesse de pesquisa: Indústria Química. E-mail para contato: daniiele133@gmail.com

Edleusa Nery Garrido é professora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Mestra em Saúde Comunitária. Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: edleusagarrido@gmail.com

Érica Henrique Ribeiro-Andrade é docente dos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA). Mestre em Cognição e Linguagem. E-mail para contato: ericahribeiro@yahoo.com.br

Flávia Cristina Silveira Lemos é professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em História pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: flaviacslemos@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Elói Martins Senhoras é docente da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Pesquisador do think tank IOLEs. Graduado em Economia, Política e Geografia. Doutor em Ciências. Post doc em Ciências Jurídicas. E-mail para contato: eloisenhoras@gmail.com

Gilberto Ferreira de Souza é professor do Instituto Superior de Filosofia e de Teologia (ISFIT), em Timor Leste. Mestre e doutor em Filosofia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail para contato: gilbertosouza_2005@yahoo.com.br

Jéssica Alexandra Majevski Endlich é graduanda em Enfermagem pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Área de interesse de pesquisa: Farmacologia. E-mail para contato: jessica.endlich@outlook.com

Jéssica Luchi Ferreira é residente no Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais da Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Psicologia pela Universidade Vila Velha. E-mail para contato: jessicaluchif@gmail.com

Luciana Oliveira dos Santos é professora da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Mestre e doutora em Saúde Coletiva pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail para contato: lutsi2005@gmail.com

SOBRE OS AUTORES

Maria de Fátima Assis é professora da Universidade Federal de Jataí (UFJ). Mestre em Educação. Doutora em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). E-mail para contato: mafapessoa@gmail.com

Michel Goulart da Silva é técnico em assuntos educacionais do Instituto Federal Catarinense (IFC). Doutor em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: michelgsilva@yahoo.com.br

Mylena Pimentel Klein é estagiária no Hospital Dia e Maternidade Unimed Vitória. Graduanda em Medicina pela Universidade Vila Velha. Área de interesse de pesquisa: Medicina da família. E-mail para contato: mylenaklein123@hotmail.com

Raphael Fonseca Braga de Melo é pesquisador voluntário de Iniciação Científica. Graduando em Psicologia pelos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA). E-mail para contato: raphaelmelo@isecensa.edu.br

Rebecca Rodrigues Cedro de Brito é pesquisadora voluntária de Iniciação Científica. Graduanda em Psicologia pelos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA). E-mail para contato: rebeccabrito@isecensa.edu.br

SOBRE OS AUTORES

Milena Ribeiro Siqueira é pesquisadora voluntária de Iniciação Científica. Graduanda em Psicologia pelos Institutos Superiores de Ensino do CENSA (ISECENSA). E-mail para contato: milenasiqueira@isecensa.edu.br

Rodrigo Eustáquio Telles Vieira é professor universitário. Mestre em Políticas Públicas e Desenvolvimento Local pela Escola de Ciências da Santa Casa de Misericórdia (EMESCAM). E-mail para contato: jessicaluchif@gmail.com

Silvio José Lemos Vasconcellos é professor da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Doutor em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail para contato: silviojlvasco@hotmail.com

Stephani Vogt Rossi é graduada em Medicina pela Universidade Vila Velha. Áreas de interesse de pesquisa: Medicina de Família e Comunidade, e, Medicina geral. E-mail para contato: stevogt.sv@gmail.com

Teresa Cristina Rego é professora da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em História e Filosofia da Educação. Doutora em Psicologia da Educação pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: teresare@usp.br

SOBRE OS AUTORES

Sabrina de Souza Lança é graduanda em Medicina pela Universidade de Vila Velha. Áreas de interesse de pesquisa: Saúde da Família, e, Medicina da Familia. E-mail para contato: sabrinasl@live.com

Wellington Carvalho Pereira é graduado em História e Sociologia. Mestrando em Educação e Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail para contato: wellington.carvalho.pereira@usp.br

Wendy Anara Cristina Souza Gonçalves é graduanda em Engenharia de Materiais pela Universidade Federal de Itajubá (UNIFEI). Área de interesse de pesquisa: Indústria Química. E-mail para contato: wendyanara@unifei.edu.br

NORMAS DE PUBLICAÇÃO



NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

A editora IOLE recebe propostas de livros autorais ou de coletânea a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período do ano. O prazo de avaliação por pares dos manuscritos é de 7 dias. O prazo de publicação é de 60 dias após o envio do manuscrito.

O texto que for submetido para avaliação deverá ter uma extensão de no mínimo de 50 laudas. O texto deverá estar obrigatoriamente em espaçamento simples, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas dentro do corpo do texto.

A submissão do texto deverá ser realizada em um único arquivo por meio do envio online de arquivo documento em Word. O autor / organizador / autores /organizadores devem encaminhar o manuscrito diretamente pelo sistema da editora IOLE: http://ioles.com.br/editora

Copyright © Editora IOLE
2023

CONTATO

EDITORA IOLE

Caixa Postal 253. Praça do Centro Cívico

Boa Vista, RR - Brasil

CEP: 69.301-970

@ http://ioles.com.br/editora

+ 55 (95) 981235533

eloisenhoras@gmail.com

Copyright © Editora IOLE
2023